



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

JULIANA CARDOSO FIDELIS

“TRATAMENTO DIFERENCIADO”: sobre reconhecimento e consideração em
torno do sistema biomédico no Alto Trombetas

Belém
Jan/2019

JULIANA CARDOSO FIDELIS

“TRATAMENTO DIFERENCIADO”: sobre reconhecimento e consideração em
torno do sistema biomédico no Alto Trombetas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho

Belém

Jan/2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)**

C268t CARDOSO FIDELIS, JULIANA.

"TRATAMENTO DIFERENCIADO": sobre reconhecimento e consideração em torno do sistema biomédico no Alto Trombetas / JULIANA CARDOSO FIDELIS. — 2019.

157 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. LUCIANA GONÇALVES DE CARVALHO
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

1. Comunidades Quilombolas; . 2. Mineração;. 3. Reconhecimento,.4. Consideração.. I.Título.

CDD 301

JULIANA CARDOSO FIDELIS

**“TRATAMENTO DIFERENCIADO”: sobre reconhecimento e consideração em
torno do sistema biomédico no Alto Trombetas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia
da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre. Aprovada em:

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho (PPGSA/UFPA) – Orientadora

Profa. Dra. Voyner Ravena Cañete (PPGSA/UFPA) - Examinadora Interna

Prof. Dr. José Maurício A. P. Arruti (PPGCS/Unicamp) - Examinador Externo

Profa. Dra. Edna Alencar (PPGSA/UFPA) – Examinadora Interna (Suplente)

Dedico esse trabalho a toda a minha família, amigos e pessoas amadas, que estiveram ao meu lado ao longo do percurso, em especial à vó Zoca

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a todos os deuses, orixás, cabocos, santos, forças e energias com os quais aprendemos a ter fé e que me permitiram chegar até aqui.

Ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por revolucionar o país com a democratização da educação superior.

À ex-presidenta Dilma Rosseff e ao ex- ministro da educação Fernando Haddad, por expandirem juntos o número, as sedes e o acesso a Pós-Graduação no Brasil.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (MEC), pela concessão de bolsa de que possibilitou a realização desse trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, nas pessoas do seu corpo técnico e docente, no qual tive a oportunidade de aprender mais sobre antropologia e sociologia.

À professora Luciana Gonçalves de Carvalho pela orientação, apoio, incentivo e amizade, além das valiosas lições sobre antropologia e pela confiança depositada em mim e no meu trabalho desde a graduação.

Aos colegas de curso, Diego Cruz, Evillys Martins de Figueiredo, Camila Cordeiro de Miranda, pessoas amigas com as quais compartilhei bons momentos.

Aos amigos Carlyle Martins, Angélica Malato e Eliana Malato por se tornarem a minha família nesses dois anos e por sempre me darem abrigo, conforto e conversas de incentivo.

Aos amigos Mariana Andrade e Renato Lemos, por aparecerem na minha vida com a força e a beleza de raios, trovões e arco íris, que trouxeram força, amizade e carinho para os meus dias.

A Diego Perez Ojeda del Arco, que com companheirismo, paciência, amor e confiança estive e estará junto, vida afora.

Ao meu pai, Adalberto Fidelis, por me ensinar que a educação muda o mundo.

À minha mãe, Ivaneide Cardoso, pela força que lhe é característica e por me acompanhar sempre com confiança, amor e respeito diante de minhas decisões.

À minha avó materna, Izolina Cardoso, por ter plantado em mim o interesse pelo tema da saúde e por ter me ensinado tanto, sobre tudo.

E, por fim, a todos as pessoas que conheci e interagi no Território Quilombola Alto Trombetas II, sem os quais essa pesquisa não existiria. Em especial, a todos que compõem a coordenação executiva da ACRQAT, pela disposição e ajuda na realização da pesquisa, pela paciência e confiança no meu trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa apresenta aspectos das reivindicações sobre os serviços de saúde, originalmente reservados a funcionários da Mineração Rio do Norte, e as estratégias de acesso a serviços biomédicos, tal qual elas vêm sendo tomadas por oito comunidades remanescentes de quilombos em Trombetas (Oriximiná/PA). Trata-se da demanda por reconhecimento e consideração enquanto sujeitos morais e de direitos forjada pelos quilombolas residentes no Território Alto Trombetas II, os quais, organizados, negociam junto a MRN acesso à medicina convencional/hegemônica. Nesse contexto, considerando a insuficiência de serviços públicos prestados em diversos segmentos no território, bem como as transformações do “modelo de saúde tradicional” operante com base em conhecimentos repassados ao longo de gerações e ainda acionados nas comunidades, pretende-se apresentar reflexões acerca das condições de acesso aos serviços biomédicos, de como elas são experimentadas pelas populações e tratadas nos debates/discursos relacionados à empresa mineradora. Dessa maneira, partimos da hipótese de que a liberação e as condições de acesso a esses serviços se constitui como uma questão moral de consideração, pautada no desenvolvimento de uma noção de “tratamento diferenciado”, que os considere e que os possibilite perceber estima social, como sujeitos morais e de direitos. A pesquisa se desenvolve por meio de trabalho etnográfico, baseado metodologicamente na abordagem multisituada, pela qual seguimos as relações fundamentais com base nos discursos emergentes que compõem campos de negociação e entendimentos sobre reconhecimento.

Palavras-chave: Comunidades Quilombolas; Mineração; Reconhecimento, Consideração.

ABSTRACT

This research presents aspects of claims and strategies of access to biomedical health services, originally reserved for the Mineração Rio do Norte employees, as they have been presented by eight *comunidades remanescentes de quilombo* in Trombetas (Oriximiná / PA). It is the demand for recognition and consideration as moral and rights subjects forged by the *quilombolas* living in the Território Alto Trombetas II, who, organized, negotiate access with Mineração Rio do Norte to conventional/ hegemonic medicine. In this context, considering the insufficiency of public services rendered in several segments in the territory, as well as the transformations of the "traditional health model" operating based on knowledge passed down through generations and still activated in the *comunidades*, it is intended to present reflections on the conditions of access to biomedical services, how they are experienced by the populations and dealt with in the discussions/speeches related to the mining company. In this way, we start from the hypothesis that the liberation and the conditions of access to these services constitutes a moral issue of consideration, based on the development of a notion of "differentiated health", that considers them and that enables them to perceive social esteem, as moral and rights subjects. This research develops through ethnographic work that is methodologically based on the multisituated approach, by which we follow the fundamental relationships based on the emerging discourses that make up the fields of negotiation and understandings about recognition.

Key-words: Quilombola Communities; Mining; Recognition; Consideration.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Alojamentos da Base do ICMBio no Lago do Erepecu	12
Figura 2: Primeira reunião para elaboração do plano de Consulta do Alto Trombetas II	13
Figura 3: Conferência municipal e Plenária de Saúde de Oriximiná	16
Figura 4: Barco Comandante de Curuçá, onde acampamos	17
Figura 5: Localização do município de Oriximiná no estado do Pará.....	22
Figura 6: Mosaico de Unidades de Conservação da Calha Norte	23
Figura 7: Áreas protegidas em Oriximiná. Em cinza claro: Terras Indígenas regularizadas (Trombetas Mapuera, Nhamundá Mapuera e Zoé); em cinza escuro: Terra Indígena delimitada T.I Kaxuyana/Tunayana; em verde: Rebio Trombetas, Flota Trombetas e Flona Saracá-Taquera	24
Figura 8: Lago do Juquirizinho	25
Figura 9: Vista da entrada da comunidade Juquirizinho	27
Figura 10: Territórios Quilombolas em Oriximiná	29
Figura 11: Produção familiar de farinha na comunidade Juquirizinho	32
Figura 12: Cerâmicas produzidas na comunidade Curuçá	33
Figura 13: Vista da entrada do Lago do Palhal	34
Figura 14: Reserva Biológica do Rio Trombetas (contornada em linha branca) e Floresta Nacional de Saracá-Taquera (contornada em linha verde).....	36
Figura 15: Mapa de zoneamento das Unidades de Conservação.....	38
Figura 16: Base do ICMBio na entrada do Lago do Erepecu.....	39
Figura 17: Platôs da MRN no TQ Alto Trombetas II.....	40
Figura 18: Guarita na entrada de Porto Trombetas.....	41
Figura 19: Área residencial de Porto Trombetas	41
Figura 20: Área comercial de Porto Trombetas.....	42
Figura 21: Área de operação do porto de Porto Trombetas.....	42
Figura 22: Platôs da MRN no TQ Alto Trombetas II.....	60
Figura 23: Grupo Focal com as mulheres da comunidade Juquiri Grande	65
Figura 24: Produção dos mapas de áreas de moradia e uso da comunidade Palhal	66
Figura 25: Lista de impactos em elaboração	66
Figura 26: Lista de caminhos e percursos e atividade econômicas	67
Figura 27: Coordenador da ACRQAT na reunião de avaliação do ECQ	68

Figura 28: Apresentação da Gerência de Relações Comunitárias (Eixo segurança e saúde) na reunião de avaliação do ECQ	69
Figura 29: Debate entre representantes da ACRQAT e da Gerência de Relações Comunitárias.....	69
Figura 30: Impostos, taxas e contribuições pagos no biênio 2015/2016.....	74
Figura 31: Eixos/projetos MRN	82
Figura 32: Beneficiários dos projetos da MRN	82
Figura 33: Prioridade na Implantação de Novos Projetos da MRN	83
Figura 34: Avaliação dos Projetos de Saúde e Segurança da MRN - (2009).....	83
Figura 35: Incidência de malária em Porto Trombetas.....	87
Figura 36: Prêmio de melhor projeto na área de saúde	90
Figura 37: Hospital de Porto Trombetas	91
Figura 38: Feirinha, Porto Trombetas.....	101
Figura 39: Posto da Feirinha.....	101
Figura 40: Fumacê do Projeto de Combate à Malária	103
Figura 41: Casos de malária no HPTR entre 1999 e 2006	104
Figura 42: Número de casos de malária no período 1999-2011	105
Figura 43: Prêmio do Projeto Quilombo.	107
Figura 44: Atendimento do Projeto Quilombo	109
Figura 45: Coordenadores da ACRQAT retiram fardos de alimentos da sede da Arqmo	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Alto I – Território Quilombola Alto Trombetas I
Alto II – Território Quilombola Alto Trombetas II
APA – Área de Proteção Ambiental
Arie – Área de Relevante Interesse Ecológico
ACRQAT – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Alto Trombetas II
ACRQBV – Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo do Boa Vista
Arqmo – Associação das comunidades Remanescente de Quilombo de Oriximiná
AIA – Avaliação de Impactos Ambientais
BV – Território Quilombola Boa vista
Conama – Conselho Nacional de Meio Ambiente
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
ECQ – Estudo do Componente Quilombola
Esec – Estação Ecológica
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
FCP – Fundação Cultural Palmares
Flona – Floresta Nacional
Flota – Floresta Estadual
FNST - Floresta Nacional Saracá-Taquera
GRI – Global Reporting Initiative
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
Inbra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Iterpa – Instituto de Terras do Pará
LA – Licenciamento Ambiental
LI – Licença de Instalação
LO – Licença de Operação
LP – Licença Prévia
MMH – Modelo médico hegemônico
MN – Monumento Natural

MPF – Ministério Público Federal
MRN – Mineração Rio do Norte
Nepa – National Environmental Policy ACT
OIT – Organização Internacional do Trabalho
Parna – Parque Nacional
Pepca – Programa de Extensão Patrimônio Cultural na Amazônia
PIS – Program de Integração Social
PNMA – Plano Nacional de Meio Ambiente
PTR – Porto Trombetas
RBRT - Reserva Biológica do Rio Trombetas
RDS – Reserva de desenvolvimento sustentável
Rebio – Reserva Biológica
Resex – Reserva Extrativista
Rima – Relatório de Impacto Ambiental
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural
RVS – Refúgio de vida Silvestre
SGA – Sistema de Gestão Ambiental
Sisbio – Sistema ICMBio
Snuc – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TI – Terras Indígenas
TQ – Território Quilombola
TR – Termo de Referência
UC – Unidades de Conservação
Ufopa – Universidade Federal do Oeste do Pará
ZCO – Zona Central Oeste

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 O contexto da pesquisa	3
1.2 A aproximação do campo e do objeto da pesquisa	7
1.3 A experiência etnográfica	9
1.3 O texto etnográfico	20
2. ÁREA DO ESTUDO.....	22
3. O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA ZONA CENTRAL OESTE	50
3.1 Noções básicas sobre Licenciamento Ambiental.....	50
3.2 O caso da Zona Central Oeste.....	59
4. A SAÚDE NA POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL DA MINERAÇÃO RIO DO NORTE.....	73
4.1 Responsabilidade social e ambiental na MRN	73
4.2 A ação da MRN no campo da saúde	84
4.2.1 A saúde na cidade-empresa	85
4.2.2 A saúde nas comunidades quilombolas	92
5. A <i>PERNOITA</i> QUILOMBOLA EM PORTO TROMBETAs e os ACORDOS EMERGENCIAIS EM TORNO DOS SERVIÇOS BIOMÉDICOS	114
5. 1 Sobre <i>pernoitar</i> , um relato de campo	115
5.2 As negociações de saúde com a MRN.....	124
6. Considerações Finais	134
Referências	139

1. INTRODUÇÃO

Em meio ao conturbado processo de licenciamento ambiental (LA) de um projeto de exploração de bauxita em terras disputadas pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Alto Trombetas II (ACRQAT), o Estado e a empresa Mineração Rio do Norte (MRN), oito comunidades quilombolas inauguraram negociações com essa mineradora a fim de instituir novos modelos de atendimento em saúde como forma de compensação dos prejuízos ambientais que ela causa na região do médio/alto curso do rio Trombetas. À frente dessas negociações estão líderes e moradores das comunidades Último Quilombo, Nova Esperança, Moura, Palhal, Juquiri Grande, Jamari, Juquirizinho e Curuçá-Mirim, que se distribuem nas duas margens do rio Trombetas, formando o Território Quilombola (TQ) Alto Trombetas II.

Assim como moradores de outras comunidades quilombolas e ribeirinhas vizinhas, eles já são atendidos por serviços de saúde que a empresa oferece, há algumas décadas, como parte das condicionantes ambientais¹ para manutenção das licenças que detém para operar na região. Porém, insatisfeitos com os atendimentos recebidos e sentindo-se prejudicados pelos impactos da mineração, os quilombolas do TQ Alto Trombetas II, por intermédio de sua associação representativa, a ACRQAT, vêm tentando pactuar com a MRN novas formas de cumprimento daquelas condicionantes. Dessa maneira, têm buscado delinear um “modelo quilombola” de oferta de serviços de saúde que julgam apropriado para si, no qual se destaca a demanda de acesso a serviços biomédicos que a empresa originalmente reservou para seus funcionários.

Instigada por essa demanda, inicialmente eu queria entender que “modelo quilombola” era esse, quais suas características e em que medida ele se pretendia diferenciado em relação ao que, até então, lhes era oferecido. Cogitei tratar-se de um modelo que combinasse com os serviços biomédicos os tratamentos e cuidados cotidianamente praticados nas comunidades, onde é abundante o uso de remédios feitos à base de plantas, resinas, óleos vegetais e animais, defumações, banhos, unguentos e outros preparos do conhecimento tradicional, frequentemente associado à intervenção de parteiras, benzedeiras, curadores e pessoas que “consertam desmentiduras”.

¹ As condicionantes são uma série de compromissos que o poder público imputa à empresa para obter e manter a autorização do empreendimento, no intuito de garantir sua sustentabilidade ambiental.

Entretanto, conforme acompanhava as discussões no âmbito da ACRQAT, percebia que os quilombolas não tinham idealizado esse “modelo” ainda. Simultaneamente, eles lutavam em várias frentes: com a MRN, com a Secretaria Municipal de Saúde, dentro do próprio território. O “modelo quilombola”, então, parecia fazer-se nas próprias discussões acerca do tema da saúde, que despontara como um tema central a partir de uma etapa do licenciamento ocorrida em 2016.

Tal etapa referiu-se à elaboração do Estudo do Componente Quilombola (ECQ) de 15 comunidades dos territórios quilombolas Boa Vista, Alto Trombetas I e Alto Trombetas II, situados na área de influência da mineração. Como parte dos estudos técnicos para o licenciamento ambiental, o ECQ deveria ser apresentado juntamente com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA),² cuja realização havia começado antes.³ O diferencial do ECQ residia no fato de ser o único estudo voltado integralmente para as comunidades quilombolas e prever, na sua metodologia, a escuta direta dos moradores por meio de trabalho de campo.

Tendo tido a oportunidade de participar da equipe responsável pelo ECQ como pesquisadora, pude acompanhar a gestação do debate sobre o “modelo quilombola” de saúde na ACRAT. Na sequência do trabalho de campo para esta dissertação, pude também acompanhar os desdobramentos iniciais desse debate. Desse modo, ao mesmo tempo que os quilombolas iam construindo uma pauta política em torno da saúde, eu ia formulando um objeto de pesquisa, em um movimento no qual indagações iniciais iam se configurando em novos problemas conforme se avolumavam estudos bibliográficos e de campo, delimitando os percursos etnográficos que viria a trilhar.

Nesses percursos, assumi como objetivo desta dissertação investigar, não exatamente o “modelo quilombola” de saúde que está sendo formulado pela ACRQAT, mas o próprio processo de gestação desse modelo, no qual pretendo demonstrar existir alta carga moral. Para tanto, observei as estratégias da associação desde suas motivações e objetivações, em diferentes situações sociais, e procurei compreender os sentidos dos seus discursos sobre a saúde, situando-os no plano mais

² Esses estudos são obrigatórios no processo de licenciamento ambiental e serão detalhados em outro capítulo.

³ O EIA envolveu campanhas de campo que se estenderam por pelo menos seis meses cada, mobilizando grandes equipes multidisciplinares divididas em zonas geográficas e com responsabilidades distintas na cobertura de aspectos dos meios físico, biótico e socioeconômico. Seu trabalho era monitorado, inclusive contando com a participação de quilombolas como “mateiros” contratados em regime trabalho temporário para delimitar/identificar áreas e espécies.

imediate do licenciamento ambiental, mas sem perder de vista o conflito socioambiental mais abrangente que se desenrola na região de Trombetas desde os anos 1970.

A seguir, exponho resumidamente algumas características do contexto de realização da pesquisa e do trabalho etnográfico que realizei. Esses tópicos serão desenvolvidos mais adiante, mas, por ora, pretendem apenas situar o leitor.

1.1 O contexto da pesquisa

Para compreender o contexto local, importa referir que nessa região do município de Oriximiná, no noroeste do Pará, os poucos serviços de saúde ofertados à população se concentram na cidade-enclave de Porto Trombetas (PTR), construída pela MRN em 1976 nas cercanias de dezenas de comunidades quilombolas. Nestas, não há postos de saúde nem Agentes Comunitários de Saúde (ACS) em número suficiente para atender às necessidades dos moradores⁴, que, necessitando de serviços públicos de saúde, precisam viajar por seis a doze horas de barco até a cidade de Oriximiná para procurar atendimento no Hospital Municipal ou nos postos municipais.

Já em Porto Trombetas, um hospital instalado em 1986 pela Mineração Rio do Norte, que atualmente é administrado por uma empresa privada em regime de gestão participativa junto à mineradora, oferece atendimento médico-hospitalar e ambulatorial, e atendimento de urgência e emergência 24 horas por dia. Designado como Hospital de Porto Trombetas (HPTR) e mais conhecido como Hospital da Mineração, seus serviços são exclusivos para os funcionários da MRN e terceirizados, e os respectivos dependentes, bem como para moradores de uma comunidade quilombola que foram cadastrados pela empresa na década de 1980 para receber tal benefício como forma de compensar danos ambientais associados à mineração.

Exceção à regra de exclusividade é o pronto-socorro, ao qual acorrem quaisquer moradores das redondezas, quilombolas ou não. Assim, em situações de urgência e emergência, o HPTR administra o primeiro atendimento e os primeiros socorros a diversos pacientes, mas, se necessário um tratamento continuado, encaminha-os para o Hospital Municipal de Oriximiná, via o Sistema Único de Saúde (SUS).

Para acessar o Hospital da Mineração sem cadastro, os pacientes e seus acompanhantes recebem autorizações de trânsito especiais na cidade fechada da MRN.

⁴ Apenas duas comunidades contam com a cobertura do Agente Comunitário de Saúde: Moura e Palhal, porém, o agente da comunidade de Palhal também faz a cobertura de duas outras comunidades menores, são elas Juquiri Grande e Jamari.

Isso porque a entrada e a circulação em PTR são controladas a partir de uma guarita, erigida na frente do porto fluvial, onde agentes de segurança privada cobram dos não residentes a apresentação de um cartão de autorização de acesso. Esse cartão é emitido, com prazo de validade determinado, pelo posto de segurança que funciona em horário comercial junto à guarita, após conferência da documentação pessoal do solicitante, cuja presença na cidade deve ser referendada por algum funcionário competente da mineradora.

Para atendimentos regulares de ribeirinhos e quilombolas da vizinhança, a MRN mantém um ambulatório em uma área de livre trânsito em Porto Trombetas, bem defronte ao porto fluvial e a uma feira de produtos agrícolas, à qual todos chamam de Feirinha. Por esse motivo, o local, onde são feitas consultas médicas previamente agendadas, é popularmente referido como Posto da Feirinha.

Como os serviços prestados pelo HPTR e pelo Posto da Feirinha não comportam a demanda de atendimentos e tratamentos de saúde por parte das comunidades quilombolas, e como forma de mitigar e compensar impactos da mineração entre seus moradores, a MRN implantou o Projeto Quilombo, com o objetivo de realizar ações de prevenção e atendimentos básicos em saúde nas próprias comunidades. Executado pela Fundação Esperança – uma instituição de reconhecida atuação na área de saúde –, esse projeto pretende ter como diferencial a metodologia de deslocamento de corpo técnico especializado, a bordo de uma embarcação exclusiva, para prestar atendimentos nas áreas quilombolas e, dessa forma, diminuir a pressão local por atendimentos no ambulatório e no hospital.

Porém, embora venha atuando nas comunidades há mais de dez anos, o Projeto Quilombo, além de ser alvo de várias críticas, não tem logrado êxito na meta de desonerar as outras unidades de saúde localizadas em Porto Trombetas. Tanto funcionários da mineradora quanto moradores das comunidades quilombolas concordam que o HPTR e o Posto da Feirinha se mantêm como as principais referências em saúde para a população local, de modo que, independentemente das ações do Projeto Quilombo, o número de atendimentos naquelas unidades tem crescido a cada ano.

Nesse cenário, em 2016, eclodiram no Território Quilombola (TQ) Alto Trombetas II, que é representado pela ACRQAT, intensas discussões sobre a insuficiência dos serviços de saúde oferecidos pela MRN como forma de mitigar e compensar os impactos da exploração de bauxita na região. Desde então, os quilombolas desse TQ se inseriram em diversos fóruns para debater o assunto,

requerendo da mineradora soluções para suas demandas em curto prazo. Entre outras, vieram à tona reivindicações de revisão do cadastro para acesso ao Hospital da Mineração, da quantidade e da qualidade dos atendimentos prestados no Posto da Feirinha, assim como das práticas e da infraestrutura do Projeto Quilombo.

O contexto propício para essas discussões foi o processo de Licenciamento Ambiental de platôs situados na chamada Zona Central Oeste (ZCO),⁵ área territorial onde se projeta uma complexa sobreposição de interesses, resumidamente exposta a seguir.

A ZCO se situa na Floresta Nacional (Flona) de Saracá-Taquera, que foi criada em 1989 na margem direita do rio Trombetas. Parte dessa Unidade de Conservação (UC)⁶ de uso sustentável abrange áreas ocupadas desde o século XIX por comunidades remanescentes de quilombos – assim reconhecidas pela Constituição Federal em 1988 – que pleiteiam a sua propriedade definitiva, com base na mesma Constituição Federal de 1988. Parte dos platôs da ZCO se encontra nas terras pleiteadas pela ACRQAT, correspondentes ao Território Quilombola Alto Trombetas II; outra parte está no TQ Alto Trombetas I, cuja titulação é reivindicada pela Associação Mãe Domingas.

À MRN interessa justamente a abertura de novas minas em áreas reivindicadas pela ACRQAT e pela Associação Mãe Domingas. Embora a empresa alegue não se tratar de uma expansão da mineração, já que, tecnicamente, não haverá aumento da capacidade de produção, mas apenas a continuidade do projeto, as comunidades representadas por essas associações entendem exatamente o contrário. Afinal, para operar as novas minas, está prevista a construção de uma nova vila de funcionários e megainstalações que viabilizem a extração, o beneficiamento e o transporte da bauxita até o porto fluvial de Porto Trombetas, além do próprio desmatamento da floresta e da

⁵ A MRN divide em zonas os platôs sobre os quais detém direitos. Os platôs da Zona Leste, os primeiros a serem abertos, estão esgotados ou em vias de esgotamento, o que torna premente o avanço para as zonas Central e Oeste.

⁶ Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), uma UC é um espaço territorial, que comporta recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, que são legalmente instituído pelo Poder Público, com os objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de admissão, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (art. 2, I). As UCs são definidas [...] “pelos governos federal, estaduais e municipais, que devem ser preservadas ou utilizadas de forma adequada e sustentável, visando a proteção de ecossistemas significativos, em termos de recursos naturais e/ou culturais. [...] [Elas] atendem a quatro finalidades principais: conservação da natureza, fruição pela população, pesquisa científica e aproveitamento econômico de seus recursos. Em certas circunstâncias, esses objetivos podem ser conflitantes, como no caso da proteção e do uso econômico” (BURSZTYN E BURSZTYN, 2012, p 511).

escavação do solo em mais 40 anos de exploração. Evidentemente, o projeto de exploração da ZCO mobiliza muitas controvérsias e divergências.

Em linhas gerais, o seu licenciamento obedeceria estritamente aos ritos estabelecidos pela legislação brasileira, sendo de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Porém, diante da diversidade de atores políticos diferentemente interessados na ZCO, o processo cercou-se de complexidades, confrontando comunidades quilombolas, mineradora e órgãos de Estado.

Iniciado em 2012, o processo de licenciamento da ZCO foi logo tornado objeto de um Inquérito Civil Público (ICP),⁷ aberto pelo Ministério Público Federal (MPF) em Santarém em função de denúncias de que MRN vinha executando atividades de pesquisa em áreas de ocupação quilombola sem ter realizado a consulta prévia prevista na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que é um direito das comunidades. Como informam Beser, Ribeiro e Carvalho (2018, p. 155), “além de recomendar a suspensão de licenças e autorizações da mineradora — o que foi acatado pelos órgãos federais responsáveis —, o MPF determinou a aplicação da consulta prévia”, o que retardou até 2016 a efetiva retomada das atividades de pesquisa na área.

Nesse ínterim, obter a anuência das comunidades quilombolas para a retomada dos estudos iniciados em 2012 tornou-se um objetivo primordial da MRN. Segundo a empresa, tratava-se do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), que é um componente obrigatório e inicial do LA, e do detalhamento geológico dos platôs, uma espécie de estudo para avaliar a qualidade da bauxita existente nas jazidas, a fim de mensurar a viabilidade econômica da exploração. Como ambos os estudos eram considerados essenciais para tomada de decisão quanto ao empreendimento na ZCO, a mineradora reforçou em seus setores de Licenciamento Ambiental e de Relações Comunitárias as ações voltadas para as comunidades quilombolas do Alto Trombetas. Assim, entre 2012 e 2015 a empresa procurou abrir canais de diálogo com líderes e moradores dos TQ Alto Trombetas I e Alto Trombetas II por meio de grupos de trabalho e reuniões regulares (BESER, 2018).

Em paralelo às ações da empresa, o MPF fechou o ano de 2015 com a recomendação de realização de um Estudo de Perdas e Danos sofridos pelas comunidades quilombolas desde o início dos estudos, em 2012. Como Beser (2018)

⁷ Para mais informações a respeito do ICP, ver Beser (2018), que analisou os eventos da consulta prévia como um drama social.

demonstrou, essa recomendação foi inspirada no caso das comunidades de Juruti Velho, que, em embate com a Alcoa, requereram o direito de serem indenizadas por prejuízos provocados pela ação da mineradora no Projeto Agroextrativista (PAE) Juruti Velho, no município de Juruti. Esse estudo não saiu do papel, mas alimentou muitas expectativas entre os quilombolas.

Quando, finalmente, em 2016, os estudos relativos ao EIA foram retomados, os quilombolas do Alto Trombetas estavam mais bem informados de seus direitos e mais preparados para os embates e negociações com a MRN. As comunidades do TQ Alto Trombetas II, em especial, parecem ter desenvolvido “competências específicas para lidar com governos, órgãos públicos, empresas, operadores do direito, ONGs”, conforme destacaram Beser, Ribeiro e Carvalho (2018, p. 156).

Foi nesse contexto de intensa disputa socioambiental, portanto, que emergiram as demandas de revisão dos serviços de saúde oferecidos pela mineradora a título de compensação ambiental. Foi nele, também, que tive o primeiro contato com as comunidades quilombolas do Alto Trombetas, no âmbito do Estudo do Componente Quilombola do qual fiz parte como pesquisadora.

1.2 A aproximação do campo e do objeto da pesquisa

Temas que, de algum modo, se ligam à saúde não eram novos para mim, seja na vida acadêmica ou na vida pessoal. Eles se faziam presentes em minha trajetória desde quando fui iniciada no mundo das ervas medicinais por minha primeira orientadora na vida, minha avó materna, que me ensinou a ter respeito e fascínio por conhecimentos locais e tratamentos não hegemônicos.

Uma vez iniciada em uma dimensão da “saúde tradicional”, busquei igualmente no conhecimento acadêmico outros entendimentos sobre os usos e sentidos da saúde na sociedade. Como aluna da graduação em antropologia (2012/2016), ficou mais claro o direcionamento do meu interesse por práticas e concepções de saúde/doença, o qual pôde ser alimentado nas pesquisas desenvolvidas no Programa de Extensão Patrimônio Cultural na Amazônia (Pepca), do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Sociedades Amazônicas, Cultura e Ambiente (Sacaca) da Ufopa.

Como membra desse núcleo, pesquisei, ao longo de três anos, “casas alternativas de cura”, chamadas de “casas de saúde”, nas cidades de Santarém, Monte Alegre e Alenquer, sobre as quais produzi minha monografia de conclusão de curso. Todas as

casas formavam uma Rede de Saúde Alternativa no Baixo Amazonas, e, conforme criavam casas “irmãs”, compartilhavam entre si conhecimentos e técnicas aplicadas à preparação de remédios e a tratamentos de saúde. O intercâmbio entre essas casas e outros agentes – por intermédio de voluntários engajados — acontecia por meio da troca, venda e doação de produtos e serviços terapêuticos, costurando por diferentes linhas e mãos uma colcha de relações recíprocas na qual a “tradição” se atualizava (FIDELIS, 2016).

A partir dessa experiência, acompanhando membros das casas em um universo de relações específicas, animadas pelo sentimento de pertença e de identidade dentro do grupo, testemunhei a vontade dos sujeitos em conhecer o que “é bom para pensar” e ressignificar a cultura diante de muitas fronteiras (BARTH, 1997[1969]; LÉVI-STRAUSS, 2012[1974]; SAHLINS, 1997). Logo, essa experiência também me daria condições para enfrentar limitações individuais e descobrir, tal como Roberto Cardoso de Oliveira (2000) nos propõe, novas afinidades no olhar como uma das funções cognitivas mais caras à antropologia.

Quando fui integrar a equipe responsável pela elaboração do ECQ, em fins de 2016, era recém-graduada em antropologia pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) e recém-aprovada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia na Universidade Federal do Pará (PPGSA-UFPA). Éramos uma equipe formada por nove pessoas com trajetórias e formações distintas, reunidas pela admiração e confiança mútua, e incumbidas de perceber, em diálogo direto com os quilombolas, quais seriam os impactos possíveis da mineração na Zona Central Oeste.

Sem dúvida, participar desse estudo era uma oportunidade rica para ampliar o raio de visão sobre a problemática da saúde em comunidades locais e me arriscar em novas questões e reflexões teóricas, alçando novos voos, desta vez em um lugar desconhecido e distante de casa. Assim, o tema da saúde, que se fazia presente em minha construção como pessoa, viria mais uma vez a guiar um empreendimento de pesquisa.

Contudo, o contexto de disputas e conflitos socioambientais em que se realizava o ECQ conferia às questões de saúde que emergiam nesse estudo uma dimensão mais política, com a qual não tivera contato até então. No diálogo com os quilombolas, predominavam expressões de insatisfação, voltadas ao Projeto Quilombo, ao Posto da Feirinha, mas principalmente, ao “tratamento diferenciado” dado a determinadas

comunidades cujos moradores possuíam o “cadastro” que dava acesso ao Hospital da Mineração, em detrimento da maioria, que era excluída dessa vantagem.

Nas queixas recorrentes dos quilombolas, esse era considerado o principal gesto de desconsideração por parte da empresa para com a população local. Notei, assim, a dimensão moral do reconhecimento, tal como ela é tomada por Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2002, p. 8), caracterizada por “situações nas quais a falta de atenção às demandas ou percepções pessoais do interlocutor é vivida como uma negação de sua identidade de cidadão e, portanto, como um insulto inadmissível”, mas que, em nosso contexto, admite a consideração como forma de reparação.

A partir daí, passei a perceber na demanda por atenção diferenciada no campo da saúde uma alta carga moral, de modo que pude vislumbrar nela aspectos da luta histórica das comunidades quilombolas do Território Alto Trombetas II em outras frentes, seja da titulação das terras ocupadas, seja dos embates com o órgão gestor das Unidades de Conservação que incidem no TQ. Graças a essa percepção, o objeto da pesquisa começou a ser definido quando, após um curto distanciamento do Trombetas e da própria experiência do ECQ, pude revisitar o campo e o próprio estudo.

1.3 A experiência etnográfica

Como já expus, o primeiro contato com o TQ Alto Trombetas II ocorreu no âmbito do ECQ, um estudo que dava às comunidades a oportunidade de se manifestar sobre o projeto de mineração diante de uma equipe interessada em saber suas opiniões e percepções.

Como membra da sua equipe, participei diretamente das atividades de campo, ao longo de 30 dias seguidos, durante os quais fiquei alojada em Porto Trombetas, o que facilitou o acesso à cidade fechada da MRN e a observação de sua organização espacial. Os deslocamentos diários para as comunidades renderam observações importantes, além de conversas informais em momentos de intervalo de reuniões, arrumação dos espaços para as atividades programadas e durante as refeições. Esses momentos foram, sem dúvida, importantes não só para obter informações, mas também para criar um mínimo de empatia e confiança com as pessoas, fundamental para o andamento do estudo. Mas, eram as reuniões e os círculos de diálogo que geravam mais informações.

Nesses diálogos com os moradores, ficou evidente que a saúde era uma de suas principais preocupações. A temática aparecia frequentemente, não só em relação aos

possíveis impactos futuros da operação na chamada ZCO, mas também quanto àqueles impactos já sentidos no dia a dia, tendo em vista a operação de mais de 40 anos da MRN na região. Havia, ainda, as críticas aos atendimentos de saúde já prestados pela mineradora como parte das condicionantes ambientais que ela tem de cumprir⁸.

Ao mesmo tempo que ficava alarmada pelas frequentes reclamações e declarações sobre a precariedade das condições de saúde das comunidades, eu percebia, ao longo do trabalho de campo no ECQ, que alguns quilombolas iam apreendendo conhecimentos relativos à legislação ambiental, e em especial às condicionantes, que passavam a ser interpretadas de acordo com suas experiências concretas. Assim, ao final do estudo, líderes e moradores locais já se utilizavam de termos da linguagem técnica e dos discursos ambientais com crescente facilidade, em clara apropriação das condições de diálogo e negociação com a empresa e com os órgãos envolvidos no licenciamento, como o Ibama e a FCP. “Vamos mitigar, vamos mitigar”, alguns diziam, enquanto outros já sabiam que o LA só prosseguiria com a aprovação do estudo pelas comunidades.

Nas reuniões do ECQ eles desenvolveram a discussão sobre o “tratamento diferenciado” que almejavam receber, a qual era incrementada em função da abertura de diálogo propiciada pela própria elaboração da peça técnica. Por isso, por mais que o ECQ fosse, às vezes, percebido como “um trabalho para a mineração”, enxerguei nele uma importante etapa histórica na interação entre as comunidades e a MRN. Entendi-o como uma situação especial que inaugurou um “tempo de negociação”, parafraseando Kuschnir (2007, p. 165) ao se referir ao “tempo da política”.

A complexa experiência de “estar lá” (GEERTZ, 2008), no ECQ, inserida no espaço de investigação das percepções nativas quanto aos impactos possíveis da expansão da mineração, foi instigante em muitos aspectos. “Lá”, percebia-me “afetada” (FAVRET-SAADA, 1977) recorrentemente pelo teor moral dos discursos de meus interlocutores quilombolas no âmbito do processo de licenciamento. Mas, fui afetada também por experiências consecutivas de adoecer em plena pesquisa de campo. Na última vez, uma situação mais grave me levou a ser inserida, pelos quilombolas que me

⁸ Ao final do percurso etnográfico e teórico, notou-se que a pauta da saúde caminha junto com a pauta educacional, mas essa discussão não acontecerá nessa dissertação.

acolhiam, em um acampamento provisório no porto da *company town*⁹ e a acompanhar de perto a jornada de quem passa dias à espera de atendimento médico.

Após o trabalho de campo no ECQ, retornei à região em quatro situações distintas. De modo geral as visitas foram de curta duração, e eu costumava permanecer lá de 10 a 15 dias. A permanência dependia muito da disponibilidade de vagas nos alojamentos,¹⁰ tanto na cidade quanto nas bases flutuantes do ICMBio, disponíveis para pesquisadores com pesquisa cadastrada no sistema do órgão (Sisbio), e do acolhimento dos quilombolas em suas casas ou em barracões comunitários. Nas primeiras viagens após o ECQ, contei com o apoio logístico do órgão ambiental, mas posteriormente o apoio se estabeleceu com suporte da ACRQAT e seus associados.

Quando hospedada em PTR, contei com a estrutura e a ajuda de técnicos da primeira base do ICMBio, inclusive técnicos quilombolas, para os deslocamentos às comunidades do Alto Trombetas II. Quando hospedada na “base do Erepecu” (figura 1) como é conhecido o flutuante, pude interagir com os moradores de Nova Esperança e Último Quilombo, que, além dos moradores de Curuçá e Palhal, me ajudaram a realizar as pesquisas.

⁹ Como são referidas as “cidades companhia”, criadas especialmente para abrigar toda a estrutura e os funcionários de empresas.

¹⁰ Pontos que servem como suporte logístico para pesquisadores na região, obedecendo às normas de gestão das Unidades de Conservação.



Figura 1: Alojamentos da Base do ICMBio no Lago do Erepecu
Fonte: Acervo da autora

O primeiro retorno foi em meados de 2017, ainda vinculada à equipe do ECQ, motivo pelo qual tive de ficar na Casa de Hóspedes da MRN, em Porto Trombetas. Nessa etapa, tive oportunidade de realizar entrevistas com interlocutores do departamento de Relações Comunitárias da empresa, responsáveis diretos pela interação com comunidades locais, e de participar da reunião de avaliação do ECQ no TQ Alto Trombetas II, para a qual a MRN havia providenciado uma estrutura de gravação audiovisual que surpreendeu, negativamente, a todos¹¹.

Nessa reunião, feita na comunidade Curuçá, na presença da Fundação Palmares, de representantes da MRN e de parte da equipe que fez o ECQ, a ACRQAT questionou muitos pontos do estudo, mas principalmente o silêncio da empresa quanto aos detalhes do projeto técnico de exploração da bauxita. Rejeitando a pressa da mineradora em aprovar os estudos da ZCO, solicitou a preparação de materiais informativos como cartilhas e demandou a intensificação das reuniões de esclarecimento e negociação com seus funcionários e dirigentes. Por fim, a ACRQAT decidiu pela não aprovação da peça técnica, exigindo-se a abertura de um ciclo de eventos de consulta às comunidades, nos moldes da consulta prévia da Convenção nº 169 da OIT.

¹¹ Falava-se de forma negativa entre os quilombolas sobre a estrutura montada, a qual denunciava a pressa da empresa em aprovar o estudo sem respeitar o “tempo das comunidades”.

Na sequência desse evento, participei de uma reunião de diretores da ACRQAT na comunidade Nova Esperança, cujo objetivo era montar o cronograma do processo de consulta¹², que incluiria uma série de reuniões informativas com setores da empresa para detalhamento de informações do empreendimento, reuniões internas das comunidades e da associação, e reuniões deliberativas para decidir sobre o assunto.

Cheguei a Nova Esperança na carona de Marquinhos, coordenador da comunidade Curuçá, uma das maiores produtoras de copaíba do Alto Trombetas. A carona fora negociada na noite anterior com Manoel, coordenador da ACRQAT, que havia pedido minha ajuda para organizar a pauta da reunião (Como se pode observar na figura 2) para dar-lhes suporte na leitura de termos técnicos, elaborar o texto do plano de consulta e registrar toda a reunião, em troca de um espaço para explicar a pesquisa que pretendia realizar junto às comunidades. Era uma espécie de passe, e eu tive que aproveitar a oportunidade para apresentar a versão resumida do projeto e tirar dúvidas sobre minhas intenções.



Figura 2: Primeira reunião para elaboração do plano de Consulta do Alto Trombetas II
Fonte: Acervo da autora

Marquinhos e sua família estavam subindo o rio Trombetas, vindo de Oriximiná, como boa parte das famílias costuma fazer para receber salários e benefícios, e comprar alguma mercadoria. Como eu estava hospedada na base do ICMBio, tudo ficava um pouco mais prático, pois qualquer embarcação com destino a Nova Esperança poderia

¹² O próprio processo de elaboração do Protocolo de Consulta, publicado em 2018, é tido como um impacto da mineração, uma vez que a “negociação” entre ACRQAT e MRN não podem não acontecer.

facilmente atracar no flutuante para me buscar. No entanto, compreendi que Manoel gostaria que essa carona acontecesse com Marquinhos, pessoa de grande estima e confiança no território.

Chegando a Nova Esperança, vi que no barracão recém-construído da comunidade,¹³ havia sido montada uma projeção com equipamentos conquistados pela ACRQAT e parte de equipamentos da escola local, emprestados por Manoel, também coordenador das escolas quilombolas. Logo, meu computador pessoal também se alinhou como equipamento disponível ao grupo, e, junto com ele, todo o meu “capital técnico”, inclusive o que sabia sobre boa parte dos procedimentos apontados pela FCP com relação ao documento que virou pauta de discussão: o plano de consulta sobre o ECQ.

A elaboração do cronograma de consulta fomentou um debate intenso visando à melhor adequação da agenda, já comprometida, de boa parte dos representantes da associação, cujas famílias, apesar de entenderem a importância desses encontros e reuniões, igualmente expressavam o descontentamento diante da perda de autonomia de trabalharem em suas roças, coletarem recursos florestais ou mesmo de estarem sossegados em suas casas, sobretudo nos finais de semana. Algumas falas, marcadas por certo ressentimento, se destacavam em meio às conversas introdutórias da reunião: “Minha agenda agora só tem reunião e a minha macaxeira tá esperando”; “a vida passa, e a agenda aperta”.

Com efeito, esse tipo de reunião tem tomado boa parte do tempo dessas pessoas, e pode-se identificar nessa situação um tipo de impacto sensível da presença da MRN na região. Afinal, a dinâmica da vida social e comunitária já havia se transformado em função da constante interação com a mineradora, a fim de cumprir pautas que interessam a ela, como é o caso do licenciamento ambiental da ZCO. Sendo assim, e acompanhando a vida local, boa parte desta dissertação seria desenvolvida graças à participação em reuniões, que compõem outra modalidade de impacto percebido na vida dos comunitários do território.

Em meados de 2017, participei de outra reunião, desta vez na cidade de Oriximiná, na casa de Manoel Siqueira e Elielma Pires, coordenador administrativo e secretária da ACRQAT. Dela participaram mais dois integrantes da coordenação executiva da associação para discutir a agenda daquele mês, que envolvia rodadas de

¹³ Feito de ubim e outras palhas, apesar da restrição de uso de recursos naturais em área de Rebio.

negociação com o ICMbio, referentes à sobreposição territorial com as Unidades de Conservação existentes no Trombetas.¹⁴

Também foram pauta da referida reunião as condicionantes ambientais da MRN e, ao final, a apresentação formal de minha pretensão de realizar pesquisa no território. No que tange à formalidade da pesquisa, o projeto estava em processo de submissão na Plataforma Brasil e já contava com toda a documentação necessária para avançar no seu encaminhamento, mas faltava o aceite formal da ACRQAT para a realização da pesquisa. Então, fiz uma apresentação formal de minhas intenções, portando uma proposta resumida e escrita em linguagem acessível, a pedido de Manoel.

Era preciso esclarecer minha presença e meus objetivos enquanto pesquisadora “da universidade” e não mais técnica do ECQ. Isso exigiria muita conversa, e não só na reunião em questão. Tive de dar explicações constantes e progressivas perante os coordenadores de comunidades, que amigavelmente me apresentavam suas dúvidas e questionavam se eu trabalhava para a MRN. Era necessário explicar que não estava mais ali para saber dos impactos da mineração, mas para uma pesquisa “da universidade”, que é minha também e podia ser do território.

Depois de explicar o projeto, que até então era de pesquisar sobre as práticas locais de tratamento e sobre como elas poderiam compor o “modelo quilombola” de saúde, Manoel disse, em tom de brincadeira, que “o estudo sobre as plantas é importante”. Chegou até a dar ideias de se criar hortas comunitárias, mas acabou falando mais seriamente comigo sobre a conjuntura de disputa socioambiental do grupo, da articulação da associação para negociar com a “mineração” e das “parcerias” entre “estudantes da universidade” e a ACRQAT em pesquisas que pudessem se somar aos interesses da associação.

Ainda em Oriximiná, entrevistei Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e a coordenação dos ACS quanto à cobertura do serviço nas comunidades quilombolas. Nessas ocasiões, sempre estive acompanhada de Bila, integrante da ACRQAT e ACS no território, e pude notar o empenho dele e de seus parceiros no sentido de articular politicamente as bases para promover mudanças no setor da saúde para os quilombolas de modo geral, e não só do Alto Trombetas II.

¹⁴ O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação Territorial do Alto Trombetas II havia sido publicado em fevereiro de 2017, abrindo um ciclo de debates com os órgãos gestores das Unidades de Conservação em sobreposição com o território pleiteado pela ACRQAT.

Em setembro de 2017, passei a estar mais próxima de Bila, que reside na comunidade Palhal. Com ele, circulei nas comunidades mais próximas como Jamari e Juquiri Grande, onde ele faz alguns serviços como ACS. Fiquei hospedada na comunidade, convivi, observei, realizei entrevistas e conversas informais com os moradores. Vi de perto a movimentação local em torno da Conferência e Plenária Municipal de Saúde de Oriximiná, que contou com pré-conferências na região do Alto Trombetas e grande participação quilombola, como podemos notar na figura 3.



Figura 3: Conferência municipal e Plenária de Saúde de Oriximiná
Fonte: Acervo da autora

Toda essa movimentação chamou para debate com os quilombolas representantes da Secretaria Municipal de Saúde e funcionários do setor de Relações Comunitárias da MRN. Dias depois das pré-conferências, dois barcos saíram dos TQs Alto Trombetas I e Alto Trombetas II, custeados pela MRN, para levar participantes para os três dias de evento em Oriximiná, que bateu recorde de participantes naquele ano.

Finalmente, em maio de 2018, me situei mais detidamente na dinâmica de circulação dos integrantes da ACRAQT entre Oriximiná, PTR e comunidades. Passei a

maior parte do tempo em trânsito entre Oriximiná e as comunidades Moura e Curuçá. Foi possível circular na Ilha do Ajudante, localizada em frente a PTR, e na comunidade Último Quilombo, na região do Lago do Erepecu. Nesta ocasião também tive acesso a um acampamento nas margens de Porto Trombetas, onde passei experiência de pernoitar¹⁵ em um barco (na figura 4) junto a um grupo de quilombolas do Alto Trombetas II em busca de atendimento médico.



Figura 4: Barco Comandante de Curuçá, onde acampamos
Fonte: Acervo da autora

No trabalho de campo, portanto, estive em constante movimento, fazendo observações nos percursos pelo rio Trombetas, desde a cidade de Oriximiná até as distintas comunidades, passando por Porto Trombetas. Seguindo o antropólogo George Marcus (1995; 2011), para quem as situações pesquisadas não se desenrolam em comunidades isoladas e fechadas, assumi que a etnografia possível, nas condições em que me achei, foi uma etnografia multisituada (MARCUS, 1995), feita na “mobilidade”, seguindo pistas etnográficas e pessoas, além de conexões entre discursos em distintos espaços de observação, na medida em que seguimos os dados etnográficos.

Esta etnografia se pauta, fundamentalmente na observação participante e na experiência vivida enquanto observadora estrangeira que é “capaz de apreender, apenas

¹⁵ Pernoitar é uma categoria nativa que, muito mais que simplesmente passar a noite, indica um misto de ação e espera que marca a busca por trabalho e atendimento médico em Porto Trombetas, na vivência cotidiana dos quilombolas do TQ Alto Trombetas II.

como objetos, realidades para as quais os nativos são relativamente, mas não necessariamente, cegos” (GOLDMAN 2003, p. 457).

Quanto à observação participante, remetemos à demonstração de Malinowski (1976 [1922], p. 31) de que o antropólogo não precisa apreender os dados de campo apenas em anotações etnográficas, mas que ele pode passar a viver momentos com seus interlocutores. Sobre isso Goldman (2003, p. 458) sugere o quanto é difícil “acreditar que Malinowski estivesse dizendo apenas que a observação participante consistiria em ‘tomar parte nos jogos dos nativos’ ou dançar com eles”. Logo, a observação participante “significa [...] muito mais a possibilidade de captar as ações e os discursos em ato do que uma improvável metamorfose em nativo” (GOLDMAN, 2003, p. 458).

Consideramos, ainda, Favret-Saada (1977), para quem a observação participante sempre foi tratada como uma etapa de mudança do antropólogo, um efeito transformador ou uma passagem para a compreensão, ressaltando o discurso do etnógrafo em detrimento das vozes coadjuvantes dos nativos. Segundo essa autora, para participar, o etnógrafo precisa, em certo sentido, ser *afetado* na experiência do outro sem que essa experiência seja apenas sua, e sem a pretensão de se tornar o outro. Neste sentido, o trabalho de campo deve ser um momento especial na formação e no treinamento do etnógrafo, marcando-o de maneira sensível. Um momento para o qual o etnógrafo precisa estar aberto e disposto a se afetar pelo que afeta o outro, criando com ele certa aproximação de horizontes.

Na experiência etnográfica, então, tal qual a etimologia da palavra “experiência” ressalta, estar lá é aventurar-se, correr riscos, pois “experiência e perigo vêm da mesma raiz” (DAWSEY, 2005, p. 163). Nessa linha, James Clifford (2002, p. 36) entende que a compreensão legítima sobre os outros acontece via coexistência em um mundo que é partilhado e experienciado em “um terreno intersubjetivo para formas objetivas de conhecimento”. Trata-se da “esfera comum”, de Dilthey (1914), sobre a qual Clifford (2002, p. 35-36) esclarece:

Deve ser estabelecida e restabelecida, a partir da construção de um mundo de experiências partilhadas, em relação ao qual todos os “fatos”, “textos”, “eventos” e suas interpretações serão construídos. Esse processo de se viver a entrada num universo expressivo estranho é sempre subjetivo, por natureza, mas se torna rapidamente dependente do que Dilthey chama de “expressões permanentemente fixadas”, formas estáveis às quais a compreensão pode sempre retomar. A exegese dessas formas fornece o conteúdo de todo conhecimento sistemático histórico-cultural. Assim, a experiência está intimamente ligada à interpretação.

Diante disso, concordamos com Lévi-Strauss, (2012[1974]) quanto a ser a etnografia uma espécie de teoria do pensamento selvagem, que aciona os elementos mais concretos da vida, percebidos e observados em campo, para então articulá-los em moldes abstratos com fôlego suficiente para dar inteligibilidade às coisas do mundo. Inteligibilidade que muitas vezes nos permite perceber nossa própria forma de viver, nossas vontades e angústias.

Esse exercício requereu rompimentos com preconceções sobre a identidade de remanescentes de quilombo, inclusive. Lidando com os quilombolas do TQ Alto Trombetas II, tive uma espécie de “desencantamento” provocado pela sua relação com a megainstalação mineral com a qual convivem há mais de 40 anos. Como diz Cardoso de Oliveira (2002, p. 7), é no processo de interpretação e tradução da experiência que é possível falar da fusão de horizontes, como o instante em que o “pesquisador coloca suas visões e pressuposições em risco, ao confrontar-se com o ponto de vista nativo ou com situações novas”.

Na pesquisa no TQ Alto Trombetas II tratou-se, na verdade, de uma experiência epistemológica de um impacto que não foi intencional, tal como Goldman (2003) vivenciou em sua pesquisa sobre democracia na cena política do movimento negro em Ilhéus.

Inicialmente interessado em uma abordagem próxima ao Estado, a partir de uma situação de campo em que ele mesmo foi afetado pelos “tambores dos mortos”, esse antropólogo passou a seguir de perto os entendimentos do grupo sobre a questão de pesquisa. Assim, Goldman (2003) discutiu a proximidade entre o mundo do etnólogo e o mundo dos nativos, sugerindo que a produção do conhecimento perpassa também a capacidade dos antropólogos de refletir epistemologicamente com as suas experiências sensíveis em campo, após ter se questionado:

Quais seriam [...] os efeitos de uma inversão dessa natureza – quando nossos informantes se mostram céticos e os antropólogos mais ou menos crédulos não importando por ora que credulidade e ceticismo sejam dados objetivos, pressupostos metodológicos ou mesmo projeções etnocêntricas – para o estudo de instituições, valores ou processos que o antropólogo considera centrais em sua própria sociedade? (GOLDMAN, 2003, p.468).

Do aprendizado de Goldman (2003), retive a importância de descentrar-se dos entendimentos pré-estabelecidos para seguir de perto os entendimentos pertinentes aos “nativos”, buscando o sentido que assumem na concretude da realidade objetiva

estudada. Se o interesse em saúde sugeriu inicialmente perceber quais seriam as práticas e noções locais (leia-se “tradicional”), por fim acabou apontando a dimensão moral da busca dos quilombolas pelo “tratamento diferenciado”. Assim, escolhemos seguir dados etnográficos no cruzamento entre as disputas socioambientais e as demandas por consideração (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002), que permitissem acreditar na etnografia, como aconselha Goldman (2003), e “levar a sério” aquilo que os nativos fazem e dizem no processo etnográfico.

1.3 O texto etnográfico

Se a experiência de campo é rica, a elaboração do texto etnográfico é, em si, outra experiência complexa. “Estar aqui”, como afirma Geertz (2009), diante da página em branco, não é menos desafiador que “estar lá”. Como o próprio autor ensina, a pretensão de explicar o outro sob a alegação de ter convivido com ele envolve seus próprios ônus, além de mecanismos retóricos que se tornaram característicos da disciplina antropológica.

Como sustenta Clifford (2002, p. 40), “a textualização gera sentido através de um movimento circular que isola e depois contextualiza um fato ou evento em sua realidade englobante” (CLIFFORD, 2002, p. 40). Esse movimento é primordial e acontece também em função da presença e da aceitação da subjetividade do pesquisador em campo, que deve ser inscrita e contada por ele.

Quando se constrói uma experiência com o outro, um mundo se abre e se traduz em uma experiência intersubjetiva que é repleta de processos criativos, que se fazem presentes na textualização das relações sociais significativas por meio da etnografia. A textualização permite a interpretação e, uma vez “fixada” na escrita, a cultura, por meio de suas partes, torna-se “texto” cheio de sentidos. Assim, o texto é lido e interpretado porque o antropólogo esteve lá, compartilhando de um mundo no qual muitas vezes se retorna, na produção da etnografia enquanto relação e construção com o outro.

No texto, elegi situações intersubjetivas e reflexionais para exercitar a capacidade de pensar a alteridade e apresentar a diferença por meio de dados concretos. Tentei conferir às situações vividas na pesquisa “um grau de dignidade”, tal qual a tarefa é entendida por Goldman (2003, p. 450), ou seja, menos como histórias míticas vividas no trabalho de campo, do que pistas importantes para entender como as relações

concretas são construídas e transformadas, buscando a constituição de uma teoria etnográfica.

O resultado do trabalho empreendido está organizado em quatro capítulos além desta introdução, que corresponde ao primeiro capítulo, e uma conclusão:

O Capítulo 2 apresenta em pormenores a área do estudo, oferecendo uma caracterização geral do Território Quilombola Alto Trombetas II, um breve histórico da sua ocupação e informações relativas à sua organização política.

O capítulo 3 apresenta noções básicas da legislação incidente sobre os processos de licenciamento ambiental no Brasil para, então, tratar especificamente do processo a partir do qual se desenrolaram as discussões quanto à saúde no território, em meio a disputas travadas entre as comunidades quilombolas, órgãos ambientais federais e a MRN. O que se expõe nesse capítulo, longe de ser uma visão completa e conclusiva do referido processo de licenciamento ambiental, é uma descrição parcial possibilitada pela oportunidade de participação em um estudo técnico em seu escopo.

O Capítulo 4 aborda as ações de saúde no conjunto de programas e projetos realizados pela MRN para mitigar e compensar os impactos socioambientais de sua operação na região de Trombetas. Em especial, foca nos projetos a partir dos quais os quilombolas do TQ Alto Trombetas II têm repensado o “modelo quilombola” de saúde que desejam.

Por fim, o Capítulo 5 traz reflexões sobre as negociações em torno do “modelo quilombola” de saúde que se pauta no acesso a serviços biomédicos. Nele desenvolvo reflexões formuladas *em e a partir* de trabalho de campo no Trombetas, particularmente da situação vivenciada junto com quilombolas que, assim como eu, buscavam atendimentos de saúde em Porto Trombetas um ano após a suspensão do acompanhamento preventivo feito pela Fundação Esperança, via Projeto Quilombo. Na ocasião, fui acometida de um problema de saúde aparentemente grave durante um período de pesquisa no território quilombola, o que me levou a ser inserida, pelos quilombolas que me acolhiam no TQ, em um acampamento provisório no porto da cidade fechada.

2. ÁREA DO ESTUDO

O Território Quilombola Alto Trombetas II fica no município de Oriximiná, na mesorregião do Baixo Amazonas, localizada na porção oeste do estado do Pará (Figura 5).

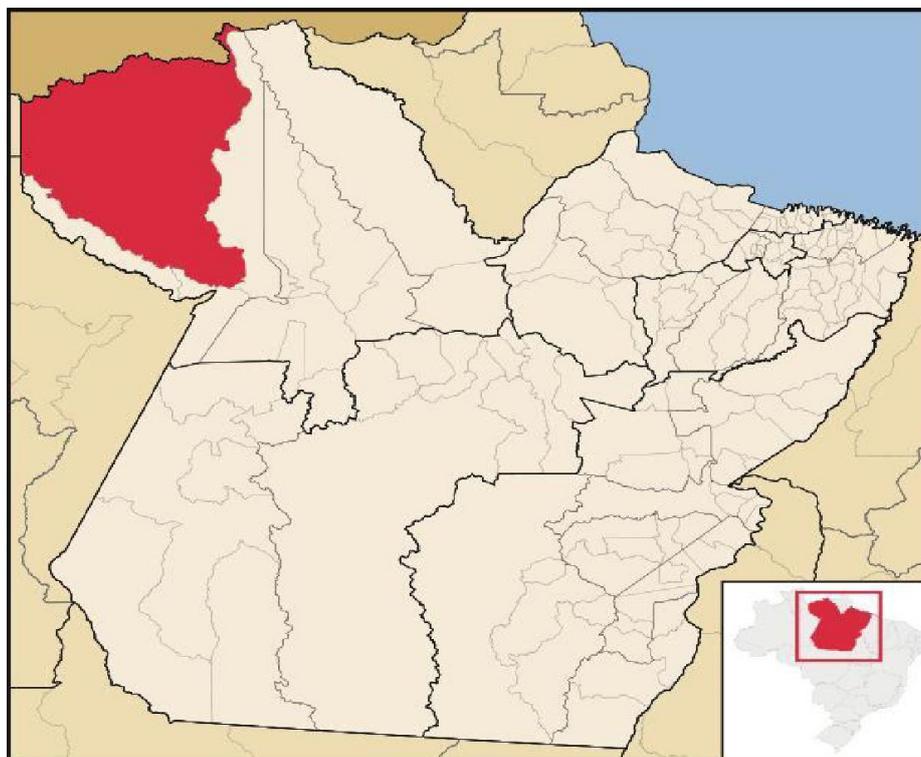


Figura 5: Localização do município de Oriximiná no estado do Pará

Fonte: <<http://orixi.wordpress.com/tag/ma>>

Essa região em, também referida como Calha Norte, comporta biossociodiversidade ímpar, que se expressa em um mosaico de Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Territórios Quilombolas (Figura 6).

A título de esclarecimento, a partir de objetivos preservacionistas e conservacionistas, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estabeleceu duas categorias para as UCs que distintamente correspondem a tipos de gestão e padrões de usos pré-definidos em “proteção integral” ou de “uso sustentável”. A proteção integral visa preservar a natureza em cinco tipos de unidade, a saber: Estação Ecológica (Esec), Parque Nacional (Parna), Monumento Natural (MN), Refúgio de Vida Silvestre (RVS) e Reserva Biológica (Rebio). Já o grupo de uso sustentável comporta sete tipos de UCs, “onde é permitida a exploração, de forma sustentável, de parte dos recursos naturais”, são elas: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de

Relevante Interesse Ecológico (Arie), Reserva Extrativista (Resex), Reserva de desenvolvimento sustentável (RDS), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e as Florestas Nacionais (Flonas) (BURSZTYN E BURSZTY, 2012, p. 513).

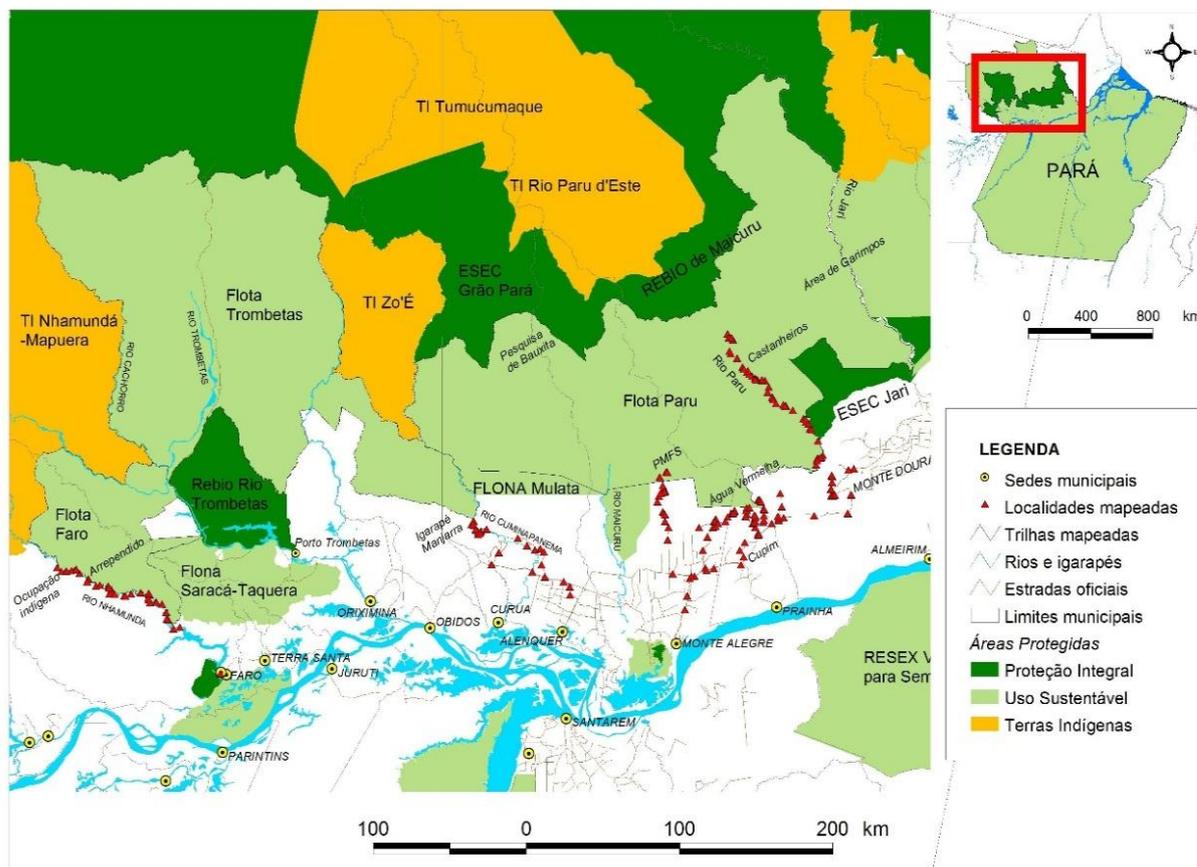


Figura 6: Mosaico de Unidades de Conservação da Calha Norte
Fonte: Ideflor-bio

Oriximiná, que é um dos maiores municípios do mundo, com área de 107.603,292 km², abriga três grandes Unidades de Conservação, a Floresta Estadual (Flota) do Rio Trombetas, a Rebio do Trombetas e a Flona Saracá-Taquera — além das Terras Indígenas (TIs) Nhamundá-Mapuera, Trombetas-Mapuera e Kaxuyana-Tunayana, partes da TI Zo'é e do Parque Nacional Indígena de Tumucumaque, e oito territórios quilombolas (Figura 7). Assim, sua vasta extensão territorial é coberta por floresta ombrófila densa preservada, muito embora as ações de madeireiras, mineradoras, pecuaristas e outros agentes estejam mudando esse cenário em diferentes áreas do município.

Terras Quilombolas e Unidades de Conservação em Oriximiná



Figura 7: Áreas protegidas em Oriximiná. Em verde claro: Rebio Trombetas, Flota Trombetas, Flota de Faro e Flona Saracá-Taquera. Em verde limão os territórios quilombolas titulados (mais cachoeira porteira que está em verde intenso); Em verde intenso os TQs que se encontram em regularização fundiária.

Fonte: Site da Comissão Pró-índio de São Paulo

Para além da biodiversidade preservada no interior das áreas protegidas, uma das características mais marcantes de Oriximiná é a diversidade étnica, vide a presença das amplas áreas indígenas e quilombolas no município. Com efeito, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população contabilizou 62.794 pessoas e uma densidade demográfica de 0,58 hab/km² no último censo, realizado 2010.¹⁶ Quase 5% da população local naquela amostra se declarou indígena, o que fez de Oriximiná o terceiro município paraense em incidência indígena no referido censo. Quanto à população quilombola, o ECQ (p. 19) informou que, “embora não seja contabilizada no censo, está estimada em torno de oito mil indivíduos distribuídos em 37 comunidades e oito TQs”.



Figura 8: Lago do Juquirizinho
Fonte: Acervo da autora

A presença da população negra na região remonta aos séculos XVIII e XIX, quando foram formados os primeiros mocambos no alto curso encachoeirado do rio Trombetas e de seus afluentes, principalmente os rios Erepecuru, Acapu e Cuminá (ACEVEDO; CASTRO, 1998). Acevedo e Castro (1998, p.161) informam que os mocambeiros, como eram chamados, construíram sua autonomia por meio do conhecimento progressivo do meio ambiente, em especial do território utilizado, e do

¹⁶ Em 2018, o IBGE estima em 72.160 pessoas a população oriximinaense.

estabelecimento de relações de troca e reciprocidade com comerciantes locais e outros grupos étnicos, os quais foram importantes para a construção de marcas identitárias específicas e para sua reprodução física e cultural.

Para as autoras, desde a instalação dos primeiros acampamentos no alto das cachoeiras, a população negra participou de diversas trocas com populações indígenas. Um dos motivos do frequente contato, inclusive, é que, nas suas primeiras subidas que os negros empreenderam às cachoeiras, lhes exigiu o aprendizado sobre o rio de águas escuras (como se pode ver na figura 8) e foi preciso encontrar quem lhes ensinasse os segredos da floresta, como sustenta Salles (2005, p. 237):

O negro se achava sozinho. Às vezes, conseguia chegar a alguma aldeia indígena e, por sorte, acabava vivendo amistosamente com os silvícolas. Bandeava-se desta forma para grupos totalmente estranhos e que, com ele, só tinham um traço comum: o ódio ao branco dominador. Há na crônica da escravidão muitos casos ilustrativos e que destroem o mito da incompatibilidade étnica.

Essa tese é corroborada por registros históricos de Henri e O. Coudreau (1886; 1903), que destacam o intercâmbio de mercadorias e a ampla relação dos povos de língua Karib na região, seja com seringueiros, castanheiros, ou habitantes de quilombos. Barbosa Rodrigues (1875) também assinala que mocambistas da área já vinham se integrando a uma grande rede de negociações com os Tunayanas¹⁷, os Chamarumás, os Drios e os mocambistas do Suriname.

Da mesma forma, em sua análise sobre a domesticação da mercadoria entre os Waiwai, Catherine V. Howard (2002) mostra que os Wabui¹⁸ (Hixkaryana e Xerew), antepassados dos Waiwai, efetuavam diversas trocas comerciais com os negros na região. Os encontros entre esses grupos eram facilitados pelo movimento dos descimentos, quando os missionários, que integravam a frente colonial e ajudavam a organizar as “caçadas” aos escravos fugidos na região, obrigavam os Wabui a “descer” o rio Trombetas para formar uma missão católica no baixo rio Nhamundá, próximo ao Amazonas (HOWARD, 2002, p. 31).

No estudo de Howard (2002), fica claro que as trocas entre os mocambeiros, no Brasil e no Suriname, e os indígenas ocorriam desde as primeiras fugas dos negros escravizados. Embora nem sempre tenham sido pacíficas, essas trocas chegaram a

¹⁷ Hoje uma das maiores etnias a integrar a Aldeia Waiwai, Mapuera. Sobre isso ver: Caixeta de Queiroz (2012; 2014).

¹⁸ A pronúncia da palavra lembra o nome do lago do Abuí, o maior do Território Quilombola Alto Trombetas I, em cujas margens fica o Abuí, uma das últimas comunidades quilombolas subindo o Trombetas.

render casamentos interétnicos e grande mobilidade às famílias, bem como a circulação de produtos extrativistas e mercadorias externas. Assim, resistindo aos ataques e as buscas de recaptura, as fugas de negros escravizados não só continuaram, mas se avolumaram ao longo do século XIX, contando, muitas vezes, com a ajuda da população indígena para alcançar locais de difícil acesso, onde seriam erguidos acampamentos de resistência (Como se pode notar na figura 9).



Figura 9: Vista da entrada da comunidade Juquirzinho
Fonte: Cumbuca Norte

Com a abolição da escravatura em 1888, os mocambos passaram a se transferir, nas décadas seguintes, para o curso mais baixo dos rios, em zonas de navegação mais fácil e mais próximas aos núcleos urbanos. Assim, formaram povoados que, após a Constituição Federal de 1988, viriam a ser reconhecidos como “comunidades remanescentes de quilombo”.

Essas comunidades se organizaram politicamente, nos anos 1980, com apoio da Igreja Católica, cuja atuação é, até hoje, objeto de lembranças muito nítidas dos quilombolas. Frequentemente, eles narram com detalhes o trabalho e as ações promovidas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), que ajudaram a conferir às populações negras da região instrumentos importantes para o seu progressivo autoconhecimento. Segundo consta no Estudo do Componente Quilombola, os padres

eram engajados e estimulavam a formação de grupos comunitários nos antigos povoados negros, conhecidos como “grupos de base”, aos quais prestavam acompanhamento sistemático e assessoria. Aos poucos, foi surgindo um senso coletivo associado a uma visão crítica da realidade, dando suporte a ações objetivas para transformá-la. Desse modo:

A transformação de núcleos de povoamento em comunidades passou, em geral, pela adoção de marcos físicos e simbólicos comuns: a capela, o centro comunitário, o barracão da sede, o campo de futebol, o santo e sua festa. Enfim, a criação de ocasiões e espaços de sociabilidade e reunião regular entre moradores foi decisiva no processo de construção das comunidades quilombolas em sua forma contemporânea, enquanto unidades sociológicas, territoriais e políticas. (ECQ, p. 31)

Com a organização política, as comunidades passaram a reivindicar a demarcação e a titulação dos atuais territórios quilombolas: Boa Vista, Água Fria, Trombetas e Erepecuru, titulados em 1995, 1996, 1997 e 1998, respectivamente; Cachoeira Porteira, titulado em 2018; Ariramba, parcialmente titulado em 2018; Alto Trombetas I, que foi parcialmente titulado na década de 1990 e aguarda titulação de outra porção territorial, juntamente com Alto Trlombetas II, que não possui área titulada.

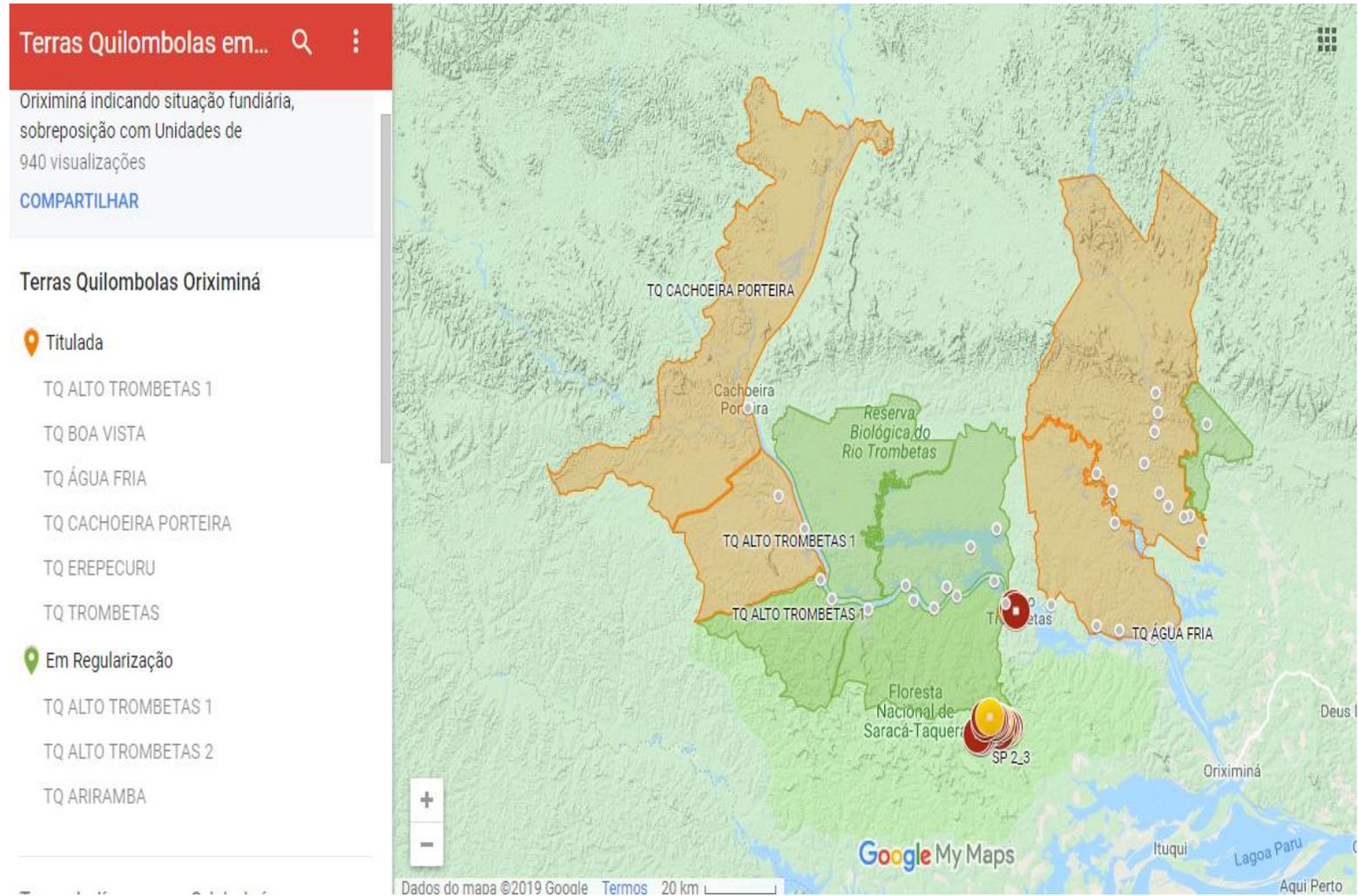


Figura 10: Territórios Quilombolas em Oriximiná
Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo

A titulação dos primeiros territórios quilombolas em Oriximiná, na década de 1990, foi realizada com base no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, segundo o qual: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Após a titulação do TQ Erepecuru (1998), porém, nota-se uma pausa prolongada na atribuição de títulos às comunidades negras do município. Entre outras questões, a identificação do sujeito do direito ao título de propriedade e a delimitação dos territórios passíveis de titulação ensejaram interpretações distintas e divergentes que retardaram processos almejados pelas comunidades.

Em 2003, o Decreto nº 4.887 regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades remanescente de quilombo, dirimindo algumas dessas questões. Em relação aos sujeitos de direitos de que trata o ADCT nº 68, o Decreto definiu comunidades remanescentes de quilombos como aquelas que se autorreconheçam como tais, de acordo com critérios como a trajetória histórica própria, relações territoriais específicas, presunção de ancestralidade negra relacionada com resistência à opressão histórica sofrida, e que tenham sido certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Já no que se refere aos processos de delimitação e titulação, eles foram redesenhados com base em critérios técnicos e burocráticos que incluíram procedimentos relativamente morosos, como a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação Territorial (RTID). Ainda pelo Decreto, esses procedimentos passaram para a competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).¹⁹

Em 2004, as comunidades de Oriximiná que ainda não tinham sido tituladas, entre elas as do Alto Trombetas II, abriram um conjunto de processos junto ao Incra, visando à titulação das terras indispensáveis para sua reprodução física, social, econômica e cultural. Assim, estamos compreendendo como Territórios Quilombolas essas áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, que estejam

¹⁹ Com o decreto presidencial 4887/2003 do Governo Lula, foram criadas e revistas etapas relativas à titulação das terras pelo Incra que, resumidamente e no melhor dos casos, vão desde a abertura de solicitação pelos interessados, passando pela certificação da FCP, pela produção do RTID (feito muitas vezes em parceria órgãos e setores do Estado, que integram juntos 4 itens para além do relatório antropológico), bem como a avaliação ou análise feita por um comitê especializado e diverso para posterior publicação, contestação e titulação. Esse processo varia de acordo com os contextos, situação jurídica particular, podendo incidir em terras públicas federais ou estaduais, áreas particulares, área de segurança nacional e unidades de conservação. Em cada situação, um procedimento diferente deverá ser adotado para a emissão do título.

identificadas, delimitadas e tituladas, ou em processo de identificação, delimitação e titulação por órgão competente.

Vale ressaltar que o texto constitucional, longe de se aplicar aos quilombos das definições históricas, que se referiam aos negros fugidos das senzalas, às rotas de fuga da escravidão e aos refúgios dos ex-escravos, dirigia-se, sobretudo, às comunidades negrais rurais do presente, em todo o Brasil. Pelo termo quilombo, a Carta Magna indicava:

[...] a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico (...) Este sentimento de pertença a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais os quilombolas se confrontam e se relacionam (SCHIMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002, p.4).

Neste sentido, ao atualizar o uso do termo quilombo para se referir ao presente, a Constituição conclamou a um novo entendimento dessa noção, em substituição à definição clássica e utilizada pelo Conselho Ultramarino para se reportar ao rei de Portugal, em 1740, segundo a qual quilombo era “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (SCHIMITT; TURATTI, CARVALHO, 2002, p. 2). Da mesma forma, ao instituir como sujeitos de direitos as comunidades remanescentes de quilombo, a Constituição promoveu uma profunda discussão e revisão dos sentidos regularmente atribuídos a essa noção, até então ligada primordialmente ao tempo histórico, passado e cristalizado que ensejou, por meio da fuga, a negação ao modelo escravista no Brasil.

Vários pesquisadores da temática (ACEVEDO e CASTRO, 1998; CHAGAS, 2001; O'DWYER, 2007; SCHIMITT; TURATTI, CARVALHO, 2002), reivindicando a devida atenção para a história das populações negras e a composição de sua resistência após a abolição, mostraram que a fuga, sozinha, não abarcou a “diversidade das relações entre escravos e sociedade escravocrata e nem as diferentes formas pelas quais os grupos negros apropriaram-se da terra” (SCHIMITT; TURATTI, CARVALHO, 2002, p.2). Considerando a economia interna desses grupos, as contínuas trocas com populações indígenas e as estratégias de reprodução e manutenção da estrutura do quilombo, os pesquisadores propuseram novas chaves de compreensão do fenômeno.

Rompendo com a ideia de isolamento que cerca a fuga para espaços longínquos e desconhecidos, O’Dwyer (2007) destacou sentidos mais relacionais que concederam autonomia relativa aos negros aquilombados, para além do movimento inicial do aquilombamento. Os grupos foram incorporando práticas de agricultura de mandioca e outros tubérculos, e a feitura de produtos como a farinha de mandioca e produção de cerâmicas, comuns a comunidades indígenas. (Como se nota nas figuras 11 e 12). Para essa autora, a própria memória das lutas dos antepassados constituiu uma primeira construção social da sua diferenciação frente a outros grupos, ao passo que ajudou a forjar, posteriormente, uma identidade que se encarnou também via compreensão da natureza envolvente, das práticas socioculturais e cooperação entre os membros do grupo.



Figura 11: Produção familiar de farinha na comunidade Juquirizinho

Fonte: Cumbuca Norte

No caso específico do Trombetas e do Erepecuru-Cuminã, O’Dwyer (2002, p. 264) argumenta que o passado se faz presente nas narrativas ancestrais e pode ser entendido por meio do “gosto pelas origens”, uma apropriação da experiência que forja uma procedência comum aos negros ocupantes dos dois rios, criando uma “história dos princípios”. Essa história é composta, inclusive, de narrativas míticas relacionadas às fugas empreendidas pelos negros escravizados, ou mesmo a um tempo que nos foi relatado, quando a caça de tartarugas era controlada em função do receio de se “encantar” junto à tartaruga maior do rio.

Esses elementos de memória seriam constituintes do que, para O’Dwyer (2002, p. 266-267), pode ter marcado o início da sociedade de quilombo. A partir de Marshall Sahlins (1990) ela entende que a ideia de quilombo, quando é ligada à figura do escravo fugido na “história dos princípios”, se torna “signo de referência” ou um objeto histórico por natureza, que dispõe de uma narrativa na qual não só se reflete o mundo existente ou pré-existente, mas especialmente um objeto simbólico, ou seja, metáforas que manejam com grande inovação os sentidos do grupo.²⁰



Figura 12: Cerâmicas produzidas na comunidade Curuçá

Fonte: Cumbuca Norte

A propósito, de acordo com a teoria dos grupos étnicos, de Fredrik Barth (1997), determinados grupos ressaltam ou elegem aspectos e traços culturais que são interessantes e relevantes na formação e reivindicação de identidade, em contraste e interação com outros grupos, como ocorre com comunidades negras que se reconhecem e diferenciam enquanto remanescentes de quilombo em diferentes cenários. No contexto estudado, a noção de grupo se aplica a, pelo menos, duas dimensões.

Em uma dimensão, o grupo é delimitado internamente ao Território Quilombola Alto Trombetas II, distinguindo-o dos demais TQ de Oriximiná com base em critérios

²⁰ Assim criam-se metáforas como a de João Diriguídon – negro que ao se encantar se torna guardião das tartarugas do Rio Trombetas – ou de Balduino, conhecido “por seus feitos notáveis: relatos de cura, de possessão e previsões desconcertantes sobre o futuro”, que inclusive previu “surgimento de uma grande cidade iluminada dentro da floresta” (O’DWYER, 2002, p.276-7) no lugar da antiga fazenda Conceição, que é hoje Porto Trombetas.

relativos à organização política, aos modos de festejar e trabalhar, entre outros. Em outra dimensão, mais ampla, o grupo remete ao “povo quilombola”, expressão que usualmente aparece em discursos que buscam assinalar continuidades e ligações ancestrais não só entre todas as comunidades remanescentes de quilombo de Oriximiná, mas também entre elas e outras comunidades congêneres em Óbidos, Santarém, Alenquer e outras localidades do Baixo Amazonas.

No plano interno, é reconhecido como membro do grupo quem faz parte das oito comunidades que integram o Território Quilombola Alto Trombetas II, quais sejam: Moura, Jamari, Último Quilombo, Juquirizinho, Curuçá, Juquiri Grande, Palhal e Nova Esperança. Essas comunidades estão situadas nas duas margens do rio Trombetas, entre dois outros TQs, o Alto Trombetas I (a montante) e Boa Vista (a jusante).

O acesso ao território é feito exclusivamente por via fluvial, em tempo que varia de acordo com o tipo de embarcação, as condições de navegabilidade do rio²¹ e a comunidade de destino, considerando como ponto de partida a cidade de Oriximiná. Em uma lancha com potente motor, a viagem da cidade até a comunidade mais distante pode levar em torno de quatro horas. Porém, os meios de transporte usuais dos moradores são barcos e rabetas,²² nos quais o tempo de viagem se multiplica por três vezes ou mais, diante das dimensões grandiosas do rio Trombetas. (Como se observa na figura 13).



Figura 13: Vista da entrada do Lago do Palhal

Fonte: Acervo da autora

²¹ Algumas comunidades ficam nas margens de lagos que secam no verão, dificultando a passagem de embarcações.

²² Pequenas embarcações feitas de madeira onde se acopla um motor para potencializar seu desempenho mais veloz.

A população, estimada em cerca de 1.500 pessoas, distribui-se em cerca de 300 famílias cujas moradias estão dispersas por áreas extensas, sendo necessário navegar por lagos e/ou rio para se deslocar entre uma e outra casa. Os moradores compartilham um modo de vida e uma história comum baseada na memória coletiva de resistência à escravidão.

No seu modo de vida, destaca-se a prática de atividades econômicas tradicionais como o extrativismo e o comércio de produtos florestais como a castanha e o óleo da copaíba, a agricultura, a caça e a pesca. No entanto, essas práticas vêm, crescentemente, dando lugar ou se associando a novas formas de trabalho remunerado na mineração e nas suas atividades subsidiárias, ou seja, senão nas minas, nos escritórios, refeitórios, alojamentos e demais instalações da MRN ou das empresas que lhes prestam serviços, nas casas de seus funcionários, em Porto Trombetas.

Na memória coletiva de resistência à escravidão, destacam-se metáforas (O'DWYER, 2002) e convicções que inspiram formas atuais de resistência a novas ameaças à sua segurança e permanência no território de 236.553.26 ha para o qual pleiteiam a regularização fundiária. Nesse pleito, expressam-se dois desejos fundamentais: um, de eliminação das sobreposições criadas em 1979 e 1989 pelo Governo Federal, com a instituição da Reserva Biológica do Rio Trombetas e a Floresta Nacional Saracá-Taquera (Figura 14), respectivamente; e outro, de restituição e reparação dos impactos negativos causados pela mineração nas áreas das comunidades, atualmente delimitadas pela Flona, desde os anos 1970.

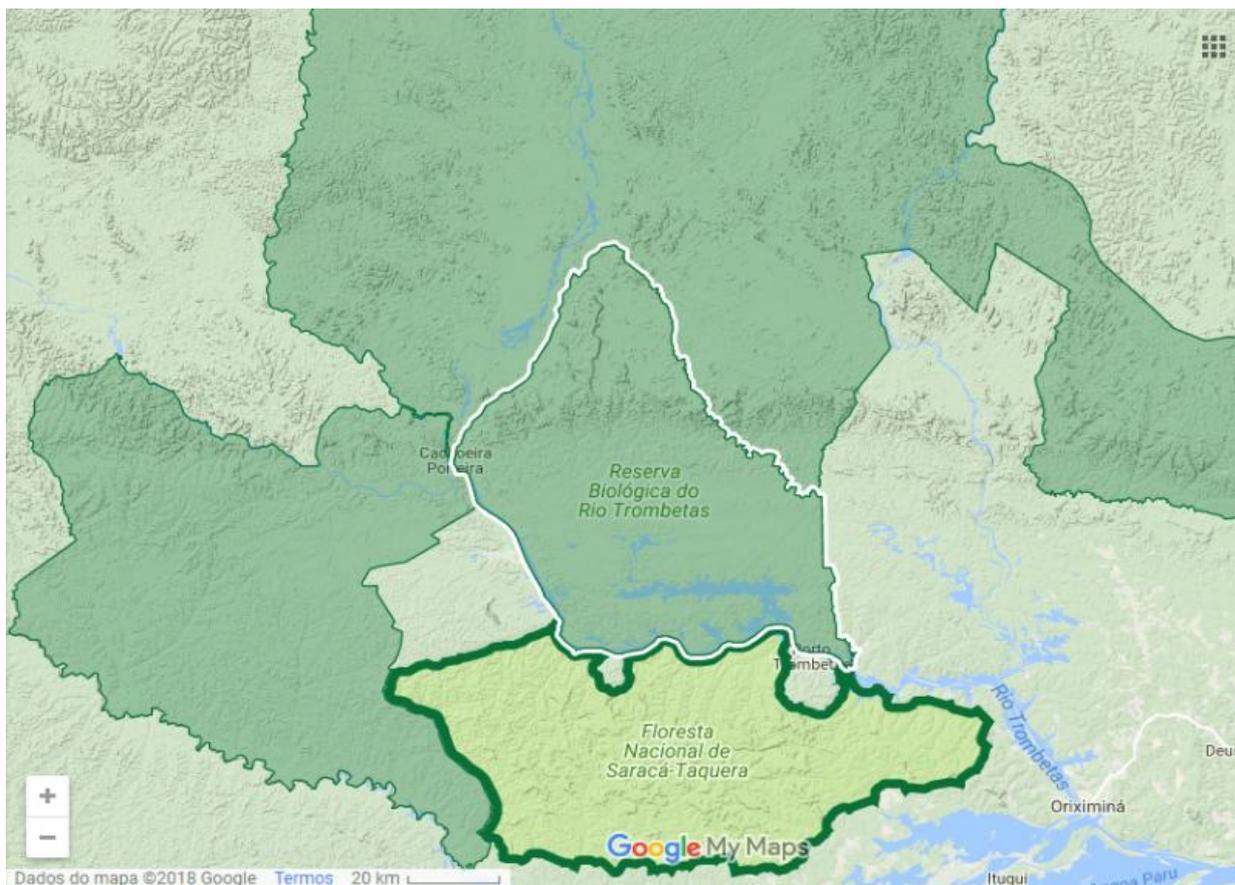


Figura 14: Reserva Biológica do Rio Trombetas (contornada em linha branca) e Floresta Nacional de Saracá-Taquera (contornada em linha verde)

Fonte: Google Maps

Além de retirar-lhes a autonomia de acesso e de uso do território tradicionalmente ocupado, até então definido por regras intracomunitárias, a concomitância da implantação da MRN e da Rebio na região deflagrou processos de reordenamento territorial que têm afetado e alterado significativamente o modo de vida da população quilombola. Como Acevedo e Castro (1998), Wanderley (2005) e outros autores demonstram, deslocamentos compulsórios, cerceamento e restrição de acesso a partes do território ocupado foram algumas experiências introduzidas no cotidiano das comunidades desde os anos 1970. É até comum que elas percebam as UCs como um impacto da mineração.

Bom, nós vamos começar pelo conflito que, se está hoje, foi causado pela mineração: são as UCs, as Unidades de Conservação. As Unidades de Conservação, elas vieram acontecer na região por uma questão da Mineração Rio do Norte, que pretendia ter em mãos – e o governo também – esse espaço, território. Foi uma forma de intimidar a população e conservar para mineração. Hoje é um conflito aqui, nosso, causado pela mineração. Toda essa área é cercada de bauxita. Tem conflito com restrições, criação de regras aqui para a comunidade, e essas regras causam conflitos porque muitos não

atendem. Tem o problema das madeiras cortadas, dos navios que já alagaram quase tudo nosso aí. (Informação verbal, ECQ, p. 144).

Com efeito, todas as áreas de uso e moradia do Território Quilombola Alto Trombetas II estão dentro das referidas UCs, como se pode visualizar no mapa de zoneamento das unidades (Figura 15). Para localizar as Unidades, basta identificar o curso do rio Trombetas em azul, atravessando praticamente ao meio as áreas coloridas em diferentes tonalidades de verde, que correspondem às UCs. Assim, acima do rio, ou seja, na margem esquerda, está a Rebio Trombetas; abaixo, na margem direita, a Flona Saracá-Taquera.

Sobre as UCs projetam-se traços e formas de outras cores, que indicam as diferentes zonas ecológicas de acordo com a intensidade de uso. Na área da Rebio, em torno de um corpo d'água que representa o Lago do Erepecu, é possível notar círculos roxos que indicam a localização de castanhais, de onde inúmeras famílias quilombolas tiram o sustento, já que o comércio de castanha, embora sazonal, é uma das poucas fontes de dinheiro para muitos durante todo o ano.

Com traços pretos, estão delineados os dois territórios quilombolas abrangidos pelas Unidades, o Alto Trombetas I e o Alto Trombetas II. Uma seta vermelha indica o TQ Alto Trombetas II (à direita, no plano). Observe-se que toda a sua área está nos limites das UCs. Assim, apesar de o mapa não o indicar, tem-se que quatro de suas comunidades estão sediadas na Rebio — Último Quilombo, Nova Esperança, Juquiri Grande e Juquirizinho; uma comunidade tem sede na Flona e na Rebio — Jamari; e três comunidades estão sediadas na Flona — Moura, Palhal e Curuçá. Considera-se como sede a área que concentra construções de uso coletivo como igreja, escola e barracão comunitário, e, eventualmente, moradias.

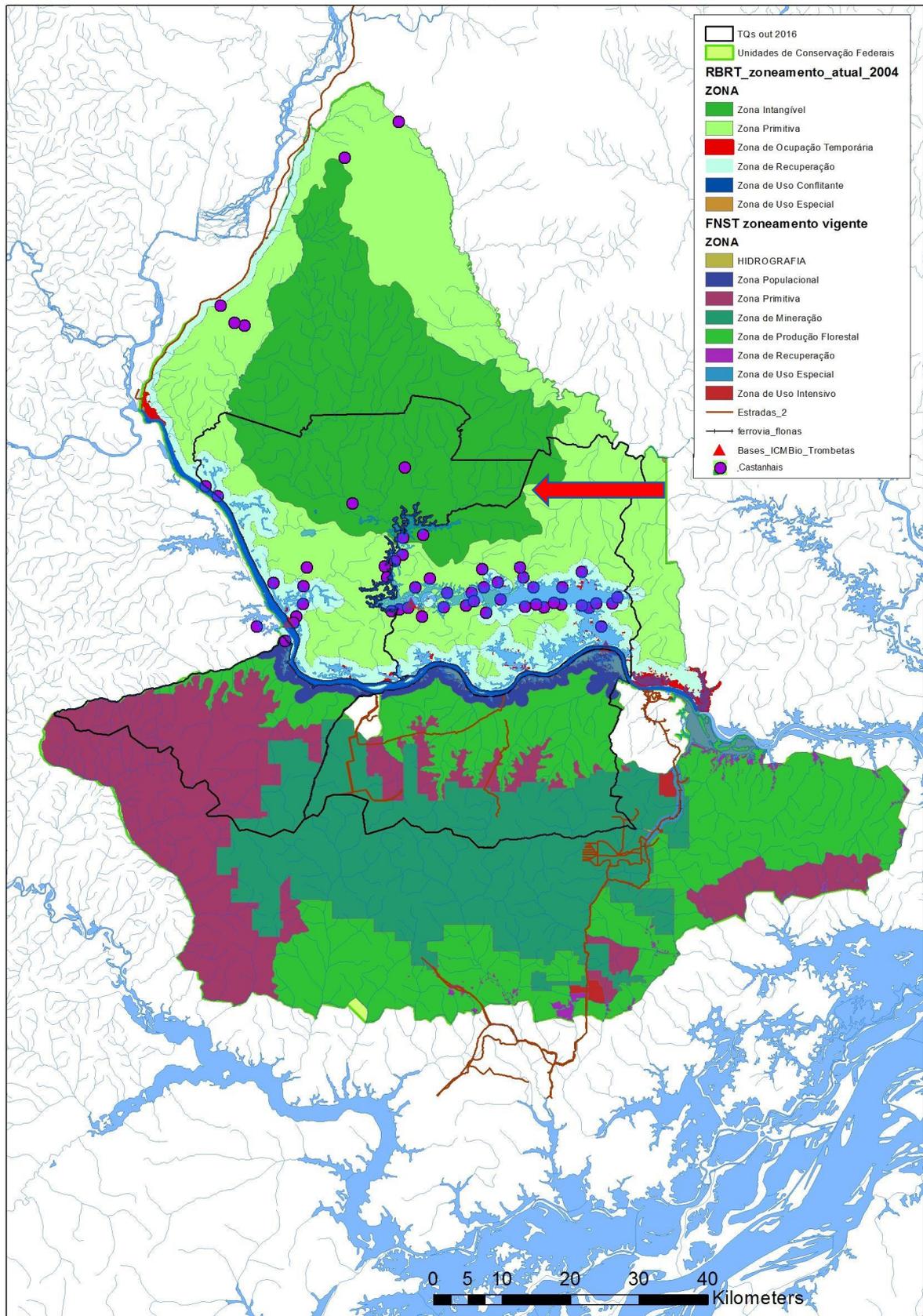


Figura 15: Mapa de zoneamento das Unidades de Conservação
Fonte: ICMBio

Todas as comunidades estão, portanto, sujeitas às restrições impostas pelas UCs, as quais são mais ou menos severas de acordo com a categoria da Unidade.²³ Para começar, até mesmo o trânsito no rio, que é única via de acesso ao território, é restrito. Duas bases flutuantes do ICMBio (indicadas na Figura 15 por um triângulo vermelho) uma posicionada na entrada do Lago do Erepecu e outra a montante do rio (já no território Alto Trombetas I) fiscalizam as embarcações que navegam na área. Como mostra a figura 16, quando nos acercamos em uma embarcação na base, na qual os próprios moradores locais devem passar, em função da fiscalização.



Figura 16: Base do ICMBio na entrada do Lago do Erepecu
Fonte: Acervo da autora

Na Rebio, que é uma UC de Proteção Integral, até mesmo a presença dos moradores é, a rigor, proibida. Na Flona, as principais restrições incidem na extração de recursos florestais, especialmente madeira, e na abertura de roças; contudo, é a exploração de bauxita, autorizada na Unidade, que responde, na prática, pelas maiores restrições sofridas pelos quilombolas quanto ao acesso à área e ao uso de seus recursos. Isso fica mais claro na figura 13, onde uma seta vermelha indica os platôs da MRN situados no TQ Alto Trombetas II: em laranja, os que já foram ou estão sendo explorados; em marrom, os que a empresa pretende explorar no futuro.

²³ A classificação das UC será exposta mais detalhadamente em outra oportunidade.

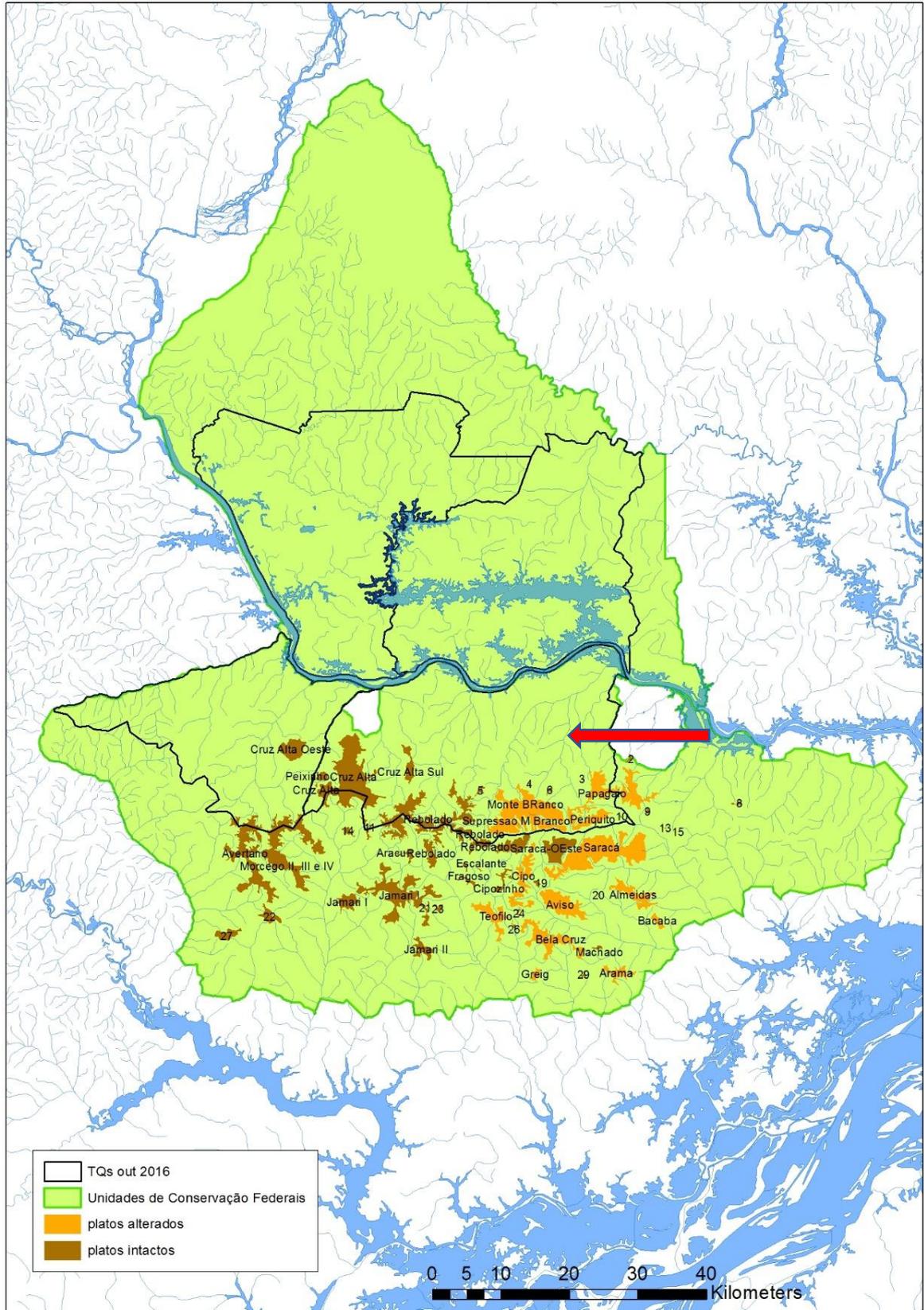


Figura 17: Platôs da MRN no TQ Alto Trombetas II
Fonte: ICMBio

Diante do exposto, as comunidades do TQ Alto Trombetas II têm lutado em diversas frentes para fazer valer os direitos assegurados pela legislação brasileira, protagonizando embates históricos na disputa territorial com uma grande empresa mineradora e órgãos ambientais federais, com suas Unidades de Conservação, que adentraram a região entre fins os anos 1960 e 1970. Ambos vêm ocupar, arbitrariamente, os lugares de referência para a população local, entre eles o local chamado Conceição, onde se instalou a “cidade da mineração”:

Quando foi em 1967 chega a mineração aí nesse lugar que nós íamos, chamado Conceição [...]. A mineração chegou antes da reserva, chegou em 67 e a gente já estava. A gente começou a trabalhar nela, trouxe uma pressão também muito forte porque aí nós fomos para lá para eu trabalhar na mineração. (trecho de entrevista concedida no ECQ Trombetas, 2016).

Sua expressão material mais sensível é a instalação da cidade fechada de Porto Trombetas (PTR), erigida em 1976, como parte do projeto de extração mineral na região de Trombetas. Esse enclave no município de Oriximiná se distingue brutalmente das comunidades quilombolas que vivem em seu entorno. Construída para abrigar funcionários da mineradora, Porto Trombetas tem energia, água encanada, residências em alvenaria, bancos, supermercados, hospital e toda uma estrutura de serviços para atender a população atual de 6.000 habitantes, dos quais 1.412 são empregados diretos da MRN e 1.500 são contratados temporários vindos Oriximiná ou de outras cidades da região como Faro, Terra Santa, Santarém e outras.



Figura 18: Guarita na entrada de Porto Trombetas
Fonte: ECQ, 2017



Figura 19: Área residencial de Porto Trombetas
Fonte: ECQ, 2017



Figura 20: Área comercial de Porto Trombetas
Fonte: ECQ, 2017



Figura 21: Área de operação do porto de Porto Trombetas
Fonte: Acervo da autora

Desde a sua chegada na região, o projeto minerário trouxe consigo a vigilância e o controle vinculados a uma perversa política de preservação ambiental, baseada na criação de Unidades de Conservação cujo regramento “inverte as práticas culturais desses grupos a transgressões à legislação” (O’DWYER, 2002, p. 255-256). Ironicamente, como narra O’Dwyer (2002), a mesma MRN, que provocava a degradação de florestas e cursos d’água, assumia um discurso favorável à preservação e à conservação ambiental.

O paradigma da preservação ambiental era defendido pela Mineração Rio do Norte como de interesse da coletividade, sendo incorporado como uma meta central em sua programação, envolvendo organismos governamentais na definição de objetivos e procedimentos comuns. Os efeitos sociais do programa sustentado por esse paradigma vinham sendo a vigilância constante não só sobre a população trabalhadora da parte industrial de Porto Trombetas, mas igualmente dos habitantes nativos, que se encontram na área externa do núcleo urbano industrial (O’DWYER, 2002, p. 269).

De acordo com Wanderley (2005, p. 4), partiu da própria mineradora a proposta de demarcação da Rebio do Rio Trombetas, que trouxe rapidamente para a *company town* instituições de Estado como o então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), com todo o seu aparelho repressor. Para o autor, portanto, a MRN entrou para a história da região como o maior agente “transformador ou potencializador das mudanças sócio-espaciais ocorridas [até então]” (WANDERLEY, 2005, p. 4). Segundo ele, a empresa criou um “espaço da mineração que não se resume ao espaço geográfico, mas espaço simbólico que testemunha seu poder e que sofreu os impactos do empreendimento e interesses do projeto” (WANDERLEY, 2005, p. 4).

Com efeito, proibidos de usar recursos da Rebio (de proteção integral) desde 1979, os quilombolas foram progressivamente conduzidos a se adequar ao

disciplinamento do trabalho e do uso do território imposto pela MRN com vistas à exploração dos recursos naturais. Em apenas dez anos, assistiram à criação de outra UC na região, desta vez com o objetivo básico de promover “o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas”.

Apoiada pela MRN, a criação da Flona Saracá-Taquera, em 1989, desconheceu a própria Constituição Federal um ano mais jovem, que reconheceu às comunidades remanescentes de quilombos o direito às terras historicamente ocupadas e determinara ao Estado a concessão dos respectivos títulos definitivos de propriedade²⁴. A Flona não só infligiu às comunidades locais, inclusive àquelas sediadas em seus limites, novas restrições para suas atividades econômicas tradicionais, mas, contraditoriamente, em seu ato de criação, previu expressamente a possibilidade de mineração em seu interior, protegendo, dessa forma, as jazidas em exploração bem como aquelas para exploração futura da MRN.

Como consequência, os quilombolas tornaram-se crescentemente dependentes de dinheiro e produtos industrializados, obrigando-se a buscar empregos no baixo escalão da MRN e suas prestadoras de serviços, bem como trabalhos temporários na vila de PTR. Como eles bem percebem, a articulação entre o Estado e a mineradora constituiu uma estratégia para reservar mão-de-obra barata e prevenir a instalação de periferias de negros ou de “gente do beiradão” atraídas por emprego nas margens do empreendimento.

Nesse cenário, segundo O’ Dwyer (2002, p. 271-272) a identidade situacional “de remanescente de quilombo emerge [...] em um contexto de luta em que resistem às medidas administrativas e às ações econômicas através de uma mobilização política pelo reconhecimento do direito às suas terras”. Essa identidade “emerge como resposta [...] diante de uma situação de conflito e confronto com grupos econômicos e agências governamentais como o Ibama [que passou a] implementar novas formas de controle administrativo e político sobre o território que ocupam” (O’DWYER, 2002, p. 268).

Essa identidade de remanescente de quilombo é um dos fatores que impulsiona a luta contínua dos moradores do Alto Trombetas II contra a mineradora e o próprio Estado. Do ponto de vista da organização política para o enfrentamento das disputas

²⁴ Gostaríamos de observar que mesmo sendo reconhecido na Constituição Federal de 1988 o direito à posse das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombo, não havia procedimentos efetivos para promover esse reconhecimento, o qual fora permitido só com procedimentos advindos com o Decreto nº 4.887/2003.

com ambas as instâncias, as oito comunidades que constituem o TQ Alto Trombetas contam com coordenações locais (um coordenador e um vice-coordenador) e são coletivamente representadas pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Alto Trombetas II (ACRQAT), que, por sua vez, é ligada à Associação das comunidades Remanescente de Quilombo de Oriximiná (Arqmo).²⁵

A Arqmo foi fundada em 1989 com o objetivo principal de assegurar direitos territoriais das dezenas de comunidades negras de Oriximiná, cuja origem remonta aos mocambos do século XIX. Como bem lembrou um morador da comunidade Moura:

Quando foi em 1988, que o tema da Campanha da Fraternidade falava sobre o negro, aí foi que a gente teve o conhecimento da história do negro, como é que vieram para o Brasil, o sofrimento que eles tinham, tudo isso... E foi assim que a gente fez. Nisso tudo, quando a gente estava organizando, a gente já tinha o sonho de criar uma associação... Quando foi no dia 25 a gente veio para cá para Oriximiná para escrever um projeto e escolher uma coordenação provisória, isso em 1989, julho de 1989. (Entrevista concedida em 03/12/12, na cidade de Oriximiná).

Os esforços da Arqmo concentraram-se, nos anos 1990, em mobilizar as comunidades negras do município para o autorreconhecimento como remanescentes de quilombos. Com o avanço dos processos de titulação dos territórios, a Arqmo também fomentou a criação de novas associações quilombolas, as quais, conforme a legislação, se tornariam titulares da propriedade das terras historicamente ocupadas. Por esse motivo, ela até hoje é considerada a “associação-mãe”, à qual as associações mais jovens se ligam em um formato de organização política segundo o qual a diretoria da Arqmo é composta por representantes de todos os territórios quilombolas, indicados pelas próprias comunidades que os integram, além dos dirigentes eleitos por todos.

Como ocorreu com outras associações, ditas “territoriais”, foi em meio às discussões relativas ao processo de titulação do território Alto Trombetas II que a ACRQAT foi criada, em 2011. Como explica Manoel Lucivaldo Siqueira, atual coordenador administrativo da ACRQAT:

[...] a ACRQAT ela nasce de uma necessidade, o nosso território foi o último a se organizar em formato de associação. Até então nós tínhamos a Arqmo como base, era ela quem cuidava da gente. Por muitos anos o nosso território nunca sequer tinha um representante na Arqmo. Até então quem representava a gente era o seu Carlos Printes, pessoa de outro território, porque nós não éramos envolvidos no movimento do Alto Trombetas. Foi quando eu retorno da educação,

²⁵ Associação das comunidades Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná (Arqmo) foi fundada em 1989 com o objetivo principal de assegurar direitos territoriais das comunidades.

que aí a gente começa a ver que tinha a necessidade da gente se envolver na Arqmo. Ai eu passo a ter um cargo na Arqmo e ai nós nos deparamos com a necessidade de formar a ACRQAT porque víamos que todos os territórios tinham as suas associações. Ai nós tivemos a ideia de fazer em 2011 a associação, a gente começou a conversar em 2010, na verdade. Mas formalizou mesmo em 2011, as pessoas que trabalharam muito para isso acontecer foram Eudes, Cleudinho, José Eudimar que é o “Pinto” e o Marquinho. Nós fomos envolvidos, éramos um grupo bem grande com a necessidade de ter um CNPJ, uma instituição que pudesse que pudesse ter o respaldo de representação do território com o objetivo de conseguir o título da terra (Em entrevista, Oriximiná, maio de 2018).

Os idealizadores da ACRQAT acumulavam “a vivência comunitária” proporcionada pelas CEBs e a apropriação do legado deixado por figuras memoráveis no trabalho comunitário, como Emanuel Crizonel, Rafael Viana, Varulho Vialha, Silvano Santos e Carlos Printes, entre outros fundadores da Arqmo, como lembra Manoel:

Esse percurso do trabalho comunitário ele veio desde quando eu era criança. Eu sempre participei das atividades da igreja. Meu padrasto era ativo nas atividades na igreja e como as comunidades foram erguidas com base no apoio da Igreja Católica, então eu partir dos 8 anos, quando eu já conseguia acompanhar ele, eu comecei a trabalhar pela comunidade. Eu fiz essa linha de tempo, primeiro muito interno, só no Moura. Só depois, na década de 1990, eu passei a trabalhar numa linha mais voltada ao território, na época nós trabalhávamos com áreas dividida pela igreja, não era afunilada essa questão do território, então eu posso dizer que já atuo assim desde os 9 anos. A questão da Arqmo... eu participei do primeiro encontro onde se começou a pensar numa associação. Foi no Pacoval, em 1986, do primeiro encontro de raízes negras do Pará. Desde já eu vinha acompanhando o movimento, mas por outro lado eu queria estudar. Então eu não acabei acompanhando a construção da Arqmo, mas mesmo assim, eu ficava muito na comunidade, então deu de acompanhar bem o movimento (Em entrevista, Oriximiná, maio de 2018).

Entretanto, os fundadores da mais jovem associação quilombola de Oriximiná também acumularam experiências distintas daquelas que orientaram os criadores das associações geradas entre as décadas de 1980 e 1990, bem como conhecimentos quanto aos problemas enfrentados nas gestões seus antecessores, e isso os inspiraria a buscar se diferenciar das associações congêneres em alguns aspectos. Quando da criação da ACRQAT, não só o contexto histórico e político do Brasil era distinto, mas também as relações das comunidades quilombolas de Oriximiná com a sociedade mais abrangente haviam se alterado consideravelmente. No caso do Alto Trombetas II, há que se

considerar, inclusive, um histórico de quatro décadas de convivência com a MRN e as mudanças que isso implicou no cotidiano das comunidades.

Para responder ao contexto em que a entidade se inseria, segundo Manoel, a equipe dirigente da ACRQAT buscou um formato de organização que considerou inovador. Sua direção foi atribuída a uma Coordenação Executiva escolhida pelo voto comunitário, e é considerada inovadora por não centralizar a administração na mão de um presidente, distribuindo responsabilidades a cada sub-coordenador que integra a gestão, como explica o coordenador administrativo:

Hoje a gente tem um formato inovador, nós não temos presidente, temos uma coordenação executiva. Ela é composta por 8 membros titulares, 8 suplentes e 8 conselheiros fiscais. Tendo uma diretoria executiva e um coordenador administrativo, que no caso sou eu e o meu suplente é o Márlisson. A gente tem uma secretária titular e uma suplente e do mesmo jeito tem o financeiro, coordenador de jovens, coordenador de cultura, de mulheres, somente existe um posto que não tem suplente que o Antônio Marcos que é o articulador, ele trabalha só, é um cara muito completo. (Em entrevista, Oriximiná, de maio de 2018).

Para Elielma de Jesus Pires, atual secretária da associação e conhecida liderança quilombola, “o respeito vem com as propostas e a trajetória de cada pessoa”. Ela possui uma trajetória em chapas vencedoras na associação e presenciou as conquistas mais importantes do território como a implantação do ensino médio, advindo com as negociações com a MRN:

Na associação eu estou há 5 anos, sempre fui secretária. Eu fui secretária no primeiro mandato de 2 anos, fui reeleita e agora tô no caminho para os três anos como secretária. A gente pode ficar por até 2 mandatos. A reeleição funciona pelo voto, a gente faz uma reunião assembleia com todas as comunidades do território, que são 8 comunidades. Lá, quem estiver interessado, se candidata para concorrer. A função da secretária é cuidar dos documentos, participar de todas as reuniões para fazer a ata das reuniões, cuidar das atas das reuniões e está sempre atento com o que tá vindo para a associação, sabe? Pode ser pelo email, pelo email que a gente sabe todas as situações, demandas, é por lá que fazemos contato, ainda mais nesse momento, que falamos frente a frente (Em entrevista, Oriximiná, maio de 2018).

Para o coordenador Manoel Siqueira a associação se fortaleceu nos últimos anos ao valorizar e lutar pela formação de seus associados e integrantes via uma educação de qualidade. Ele ainda explica que sua inserção definitiva na luta pela titulação do território Alto Tromnetas II se deu em função da sua própria mudança e vivência nos primeiros encontros em que a população negra da região participou.

Quem eu sou hoje é produto de vários fatores. Um deles eu considero muito importante, o meu auto-reconhecimento. Seja da minha etnia, seja dos meus valores, dos valores que o povo preto tem, dos meus direitos, mas partiu mesmo foi da necessidade da educação, eu via muito pela igreja que a educação abre oportunidades. O ponto de partida para evoluir na sociedade foi através educação. Quando eu comecei a trabalhar com isso eu passei a ser mais conhecido na sociedade, então comecei a ter espaço bem maior, isso a partir de 1997, porque eu trabalhava mais voltado para o território. Eu tive vários mestres na minha vida. Um dos principais foi o meu padrao. Foi o Emanuel Crizionel, chamavam para ele de carpinteiro. Ele foi o principal mestre na minha vida. No movimento, já saindo da comunidade para o território, nós tivemos vários mestres, teve o Emanuel Viana que foi uma pessoa que sempre me levou para esse movimento. Nós tivemos ai... esses caras foram muito importantes na nossa vida. Eles abriram um leque que criou várias raízes no município. A partir daí nasceu a Arqmo, essa era a primeira raiz. Depois disso nasceram novas comunidades, esses foram os mestres, ensinaram e deixaram muita coisa. (Em entrevista, Oriximiná, maio de 2018).

Com uma associação mais consciente e ativa, os embates travados pela ACRQAT especialmente com o ICMBio e a MRN, assumiram dimensões ainda maiores ultimamente, na medida em que o processo de titulação do Alto Trombetas II, aberto em 2004, teve o primeiro salto importante com a publicação, em fevereiro 2017, do RTID do território, uma peça fundamental para o reconhecimento do território quilombola, ainda que não lhe garanta a titulação.

A publicação desse documento era aguardada desde a conclusão dos estudos no território, executados entre 2012 e 2014. Sua postergação deveu-se à sobreposição entre o território pleiteado pelos remanescentes de quilombo e as Unidades de Conservação, para a qual os órgãos de Estado não encontraram solução. Diante do impasse, uma sentença judicial de 2015 obrigou à publicação dos estudos e ao prosseguimento dos procedimentos administrativos para a titulação, o que só veio a acontecer em 2017. A partir de então, as relações entre ACRQAT, Estado e MRN começaram a se modificar em aspectos positivos para as comunidades do Alto Trombetas II.

De um lado, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente e órgãos ligados às Unidades de Conservação, o Estado empreendeu, pela primeira vez desde a abertura do processo de titulação, tratativas com as comunidades para negociar questões relativas à sobreposição que têm impedido a titulação. As tratativas culminaram, em 2018, com a

publicação da Portaria de Reconhecimento do TQ²⁶, em meio a um acordo no qual o Estado conferirá, à ACRQAT, um Contrato de Concessão do Direito Real de Uso (CCDRU) do território. Assim, ainda que o título de propriedade tão sonhado permaneça distante, avizinha-se a possibilidade de receberem compensações financeiras da exploração de bauxita no TQ, como comenta Elielma de Jesus:

O processo da titulação vem ai ao longo dos anos, uns 15 anos na luta pelo território. E o CCDRU foi uma proposta do ICMBio, devido a Rebio eles colocaram essa proposta para ser CCDRU na Flona e um termo de compromisso na área Rebio. O governo não quer abrir mão da área da Rebio, então jogaram a proposta, mas mesmo com ela e a gente aceitando a CCDRU a gente vai poder continuar com o processo de titulação, para a titulação das terras. A posição da Associação quanto a essa proposta, nós ficamos preocupados, claro. Nosso objetivo é a titulação. Mas como a gente, o governo tem essa reserva e eles estão impondo muitas situações para não sair, mas não “desafetar”. A associação se preocupa com a questão do “desafetamento” da Rebio porque precisa de preservação e nós sabemos que só a comunidade não tem condição sozinha para preservar [proteger] (Em entrevista, Oriximiná, maio de 2018).

De outro lado, a MRN, também pela primeira vez desde sua implantação na região, adotou procedimentos institucionais de consulta às comunidades do TQ no âmbito do licenciamento ambiental das atividades de exploração minerária que as impactam.²⁷ Trata-se, especificamente, do projeto de mineração de bauxita nos platôs Escalante, Rebolado, Cruz Alta Leste, Jamari, Barone, Cruz Alta e Peixinho, que integram a chamada Zona Central Oeste (ZCO). Todos são localizados dentro da Flona Saracá-Taquera, e boa parte deles em áreas superpostas ao TQ Alto Trombetas II, o que confere à ACRQAT um poder de negociação nunca antes conhecido.

É justamente nesse processo de licenciamento ambiental, do qual as comunidades do TQ Alto Trombetas II participam diretamente, sob os olhares de diferentes segmentos administrativos do Estado, que a questão da saúde emerge, causando alarme e obrigando os quilombolas a repensar as próprias noções de saúde e doença, bem como os modelos de atenção e tratamento que desejam. Tal questão advém em meio a demandas de ações de educação e saúde diferenciadas como parte das compensações ambientais pelos impactos negativos causados pela mineração.

²⁶ As portarias de reconhecimento e declaração dos territórios foram publicada pelo Inbra, de acordo com a reunião ocorrida no início de junho, na qual as partes assinaram um termo de compromisso, visando garantir a sustentabilidade das comunidades quilombolas e a conservação e proteção da biodiversidade.

²⁷ Conforme Portaria Interministerial nº 60/2015.

Então, se há algumas décadas as comunidades do Alto Trombetas II já vinham discutindo a implementação de direitos territoriais e ambientais, agora, no contexto recente de licenciamento de novas áreas para exploração de bauxita no interior e no limite do TQ, os moradores passaram a incluir na pauta política local a discussão sobre políticas públicas e condicionantes socioambientais, apropriando-se, gradualmente de um novo repertório de conhecimentos sobre esses temas.

O complexo cenário atual sugere uma nova etapa na história protagonizada pelos “negros do Trombetas” desde a metade século XIX. Atravessando épocas, regimes e interesses políticos adversos, eles agora reconfiguram a luta por reconhecimento em múltiplos sentidos após quatro décadas de exploração mineral em uma das regiões mais bio e sociodiversas do país.

3. O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA ZONA CENTRAL OESTE

Este capítulo trata do processo de licenciamento ambiental da Zona Central Oeste, iniciado em 2012 e arquivado em 2018, a pedido da MRN. Trata-se de um processo conturbado e atravessado por inúmeras disputas travadas em Porto Trombetas, entre as comunidades e a mineradora, em Santarém, no Ministério Público Federal, e em Brasília, na sede da Fundação Cultural Palmares. Ele envolveu, ainda, os órgãos ambientais federais como o Ibama e o ICMBio, além de organizações não governamentais.

Para melhor entendimento do processo, a primeira parte do capítulo apresenta noções básicas do licenciamento ambiental, sem pretensão de realizar uma revisão completa sobre esse tema, que tem sido estudado com profundidade por autoras (es) como Zhouri (2010; 2011) entre outros. Aqui, o intuito é de esclarecer minimamente sobre fundamentos, marcos legais e etapas desse processo que torna a variável ambiental um objeto de disputa e discussão em projetos desenvolvimentistas no cenário nacional, os quais, muitas vezes se direcionam a terras ocupadas tradicionalmente (ALMEIDA, 2008).

No segundo momento, o processo de licenciamento ambiental da Zona Central Oeste é objeto de uma descrição, evidentemente parcial, possibilitada pela oportunidade de participação no Estudo do Componente Quilombola entre dezembro de 2016 e meados de 2017, na condição de antropóloga *insider* (DE PAULA, 2010). Como exposto acima, o processo teve início em 2012 e envolveu muitos episódios complexos sobre os quais meu entendimento é limitado. Mesmo assim, o pouco tempo de contato com suas questões a partir do ECQ permitiu fazer inferências sobre a problemática estudada nesta dissertação, já que, parafraseando Geertz (2008), estar dentro também significa “estar lá”, interpretando contextos, símbolos ou processos.

3.1 Noções básicas sobre Licenciamento Ambiental

Desde a década de 1960, quando foi inaugurada a política de integração nacional forjada no governo militar para desenvolver o mercado econômico interno, até o presente, vários foram os planos e ações que buscaram viabilizar projetos de infraestrutura no Brasil (ZHOURI et. al., 2005). Dentre esses projetos, sobressaem, no Norte do país, aqueles voltados à exploração do potencial mineral da região. Com esse objetivo, na década de 1970, foram trazidas à Amazônia, e ao Pará, em especial,

diferentes empresas estrangeiras para realizar sondagens de minérios. Em consequência, como Trindade (2001, p. 19-20) assinalou:

[...] verificou-se o início das operações de diversos projetos, entre os quais se destacam os seguintes: a exploração de bauxita metalúrgica pela Mineração Rio do Norte (MRN), 1979; a exploração de ferro e outros minérios na “província” de Carajás pela Cia Vale do Rio Doce (CVRD), 1984; a produção de alumínio primário pela Alumínio do Brasil (ALBRÁS), 1985; a produção de alumina pela Alumina do Norte do Brasil (ALUNORTE), 1996.

Programas como o Avança Brasil, do Governo de Fernando Henrique Cardoso (2000-2003) e o Programa de Aceleração do Crescimento, inaugurado no mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2008-2011) deram continuidade à integração da economia nacional ao mercado globalizado, regulado pela Organização Mundial do Comércio (OMS), via exportação em massa de recursos naturais.

A economia de exportação nacional, uma vez integrada ao campo neoliberal, se viu pressionada a responder a exigências de instituições de créditos internacionais sob o paradigma do “desenvolvimento sustentável”. Tal paradigma, segundo Zhouri et. al. (2005), baseia-se no princípio da “adequação”, cuja ideologia prega a “conciliação” de interesses econômicos, ecológicos e sociais, pautando-se na “crença de que os conflitos entre diferentes segmentos da sociedade possam ser resolvidos por meio da gestão e do diálogo entre diferentes atores para alcançar o consenso” (ZHOURI et. al., 2005) e assegurar, às futuras gerações, os recursos econômicos e naturais necessários.

Em outras palavras, para obtenção de créditos internacionais, as empresas no Brasil tiveram de se adequar a padrões de operação que visem à sustentabilidade ambiental em um modelo de desenvolvimento que preserve recursos, contribua no equilíbrio natural e na interação econômica a partir de negociações políticas e estudos científicos; tudo isso prevendo a “participação local” para a resolução de problemas ambientais e estratégias técnicas e administrativas (ZHOURI et. al., 2005).

Uma vez instaurada no debate internacional a necessidade de um desenvolvimento sustentável, países ocidentais apostaram “na capacidade institucional de resolver a degradação ambiental” (ZHOURI et. al., 2005, p. 29) e, sucessivamente, adequaram-se por meio da gestão às políticas sobre o uso de recursos naturais. Assim, englobando capacidades administrativas, técnicas e científicas, foram sendo traçadas ações institucionalizadas em prol da almejada sustentabilidade.

Segundo Zhouri et. al. (2005, p. 13), os ecologistas que denunciavam “a alienação existente entre a sociedade industrial e a natureza objetivada”, viram suas

críticas referendarem a atenção que passou a ser dada às “variáveis ambientais”, as quais ganharam relevância para a sociedade industrial a partir de sua ligação direta com soluções tecnológicas para externalidades do processo produtivo, por meio da mitigação e/ou da compensação de impactos diretos e indiretos.

A partir disso, a variável ambiental passou a ser considerada na criação de sistemas que orientam a política ambiental internacional. Como um dos resultados dessa atenção ao tema, observa-se a criação da Avaliação de Impactos Ambiental (AIA) nos Estados Unidos, em 1970, que foi revista oito anos depois. A AIA instituiu ações, planos e projetos para compor a *National Environmental Policy Act* – NEPA, que inspirou a adoção e a releitura do instrumento da AIA na Europa e na América do Sul: na Bolívia, em 1974; na Venezuela, em 1976; na União Europeia, em 1985; na Argentina, em 1987; e no Uruguai, em 1994 (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

No Brasil, a Avaliação de Impacto Ambiental foi adotada em 1983 como requisito do processo de licenciamento ambiental no âmbito da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) que permitiram associar as preocupações ambientais às estratégias socioeconômicas. A AIA se tornou, nesse contexto, uma medida preventiva a orientar ações de mitigação e compensação por meio de políticas, planos e programas instituídos a partir do Decreto nº 001/86, que regulamentou a PNMA junto ao Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).

Na Constituição Federal de 1988 (art. 225, inciso 1, IV), o estudo prévio de impacto ambiental foi mencionado, de forma pioneira, como condição para a “instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente”. Em 1997, acompanhando o texto constitucional, a Resolução nº 237/1997 do Conama instituiu o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) como requisito técnico legal obrigatório para implantação ou ampliação de “empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação”. Estipulou, também, a obrigatoriedade do Relatório de Impacto Ambiental (Rima), conforme seu art. 3º:

A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação.

De acordo com a resolução do Conama, ao Estudo de Impacto Ambiental cabem:

[...] a descrição da ação proposta e suas alternativas, um diagnóstico dos fatores ambientais suscetíveis de serem afetados pelo empreendimento proposto; a descrição e análise dos possíveis impactos ambientais da alternativa mais favorável do projeto; a definição das medidas de intervenção e dos programas de acompanhamento; e monitoramento dos impactos (Bursztyn; Bursztyn, 2012, p. 503).

O Relatório de Impacto Ambiental, por sua vez, deve ser um documento que resuma os dados e resultados do EIA, traduzindo as pesquisas especializadas em indicativos consistentes sobre as investigações, que sejam capazes de apontar “as consequências ambientais da implementação da alternativa mais favorável e, até mesmo, da decisão de não realizar o projeto” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012, p. 505). Devendo ser escrito em linguagem acessível e apresentado em formato propício à assimilação por diferentes grupos sociais, o Rima é concebido para servir como principal documento informativo dos resultados do EIA para a população interessada no processo de licenciamento ambiental ao qual se aplica.

À população, por sua vez, deve ser dada publicidade dos estudos realizados, bem como informações claras sobre o empreendimento ou atividade em vias de licenciamento e os seus possíveis impactos. A ela também é assegurado o direito de manifestação quanto ao processo, especialmente no âmbito de audiências públicas de caráter consultivo que deverão se constituir como oportunidades para “dirimir dúvidas, recolher críticas e sugestões, que devem ser levadas em consideração no processo decisório” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012, p. 503).

Por fim, na medida em que pretendem oferecer um “subsídio à análise da licença requerida” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012, p. 505), o Eia e o Rima devem ultrapassar a mera avaliação de possíveis impactos, propondo, para cada impacto elencado em seus resultados, as respectivas medidas mitigatórias e/ou compensatórias. Essas medidas, em regra compiladas no documento intitulado Plano Básico Ambiental (PBA), poderão vir a se tornar condicionantes do licenciamento ambiental, isto é, “requisitos e obrigações [a serem estabelecidas pelo poder público] para que a atividade ou o empreendimento se desenvolva regularmente (GENEROSO, 2012, p. 5). Dessa maneira, são finalidades do EIA/Rima:

Diagnosticar a situação socioambiental vivenciada por uma comunidade potencialmente afetada por um determinado

empreendimento; (2) avaliar os impactos derivados da sua implementação em termos sociais, econômicos, ambientais, fundiários, etc.; e (3) propor medidas de mitigação e/ou compensação dos impactos para as comunidades afetadas direta ou indiretamente por grandes obras de infraestrutura (hidrelétricas, hidrovias, abertura e pavimentação de estradas, portos, linhões, gasodutos, etc.) (DE PAULA, 2010, p. 253).

Como se pode depreender das características, finalidades e importância do EIA/RIMA no processo de licenciamento ambiental, sua adequada elaboração demanda, além de considerável investimento financeiro por parte do empreendedor, o tempo cabível à realização de pesquisas multidisciplinares e campanhas de trabalho de campo que, necessariamente, devem considerar os meios físico, biótico e socioeconômico nos quais o empreendimento pretende se inserir. Ademais, cabe notar que a previsão das medidas mitigatórias e compensatórias para os impactos identificados, principalmente no que se refere ao meio socioeconômico, deverá ser, em alguma instância, discutida com os próprios grupos sociais afetados, idealmente respeitando-se suas dinâmicas e seus modos de vida, o que também pode implicar a necessidade de tempo extra para articulação de e com organizações locais.

Diante do exposto, é compreensível que a fase de elaboração e aprovação dos estudos de impacto represente uma parcela importante do licenciamento ambiental, que se torna, segundo Bursztyn e Bursztyn (2012, p. 505):

um instrumento coercitivo, de comando e controle, que obriga empreendedores públicos e privados a submeterem os seus projetos a um processo administrativo de análise e avaliação dos impactos ambientais a eles relacionados. É um instrumento de política ambiental brasileira que tem maior reconhecimento e poder na gestão ambiental.

Sendo o processo de licenciamento ambiental realizado em três etapas que correspondem a três licenças sucessivamente concedidas (GENEROSO, 2012), o Estudo de Impacto Ambiental deve ser o ponto de partida do empreendimento. Logo, somente após a aprovação do referido estudo é que a Licença Prévia (LP), a primeira das três, deve ser concedida pelo órgão licenciador.

A LP, basicamente, autoriza o interessado a executar novos estudos, no caso da mineração, frequentemente eles incluem o detalhamento das jazidas a serem exploradas, o cálculo de viabilidade econômica da lavra e do transporte do minério, bem como a projeção de estruturas para o seu escoamento, entre outros fatores que interferem na decisão de seguir ou não o projeto minerador, a fim de subsidiar o planejamento da

instalação do empreendimento. Para a fase subsequente deve ser concedida a Licença de Instalação (LI), que autoriza a execução de obras e implantação de estruturas, normalmente vultosas na mineração. Finalmente, a Licença de Operação (LO) corresponde à efetiva liberação do empreendimento para operar.

Deve-se, contudo, observar que a concessão das sucessivas licenças não é automática, mas está sujeita a avaliações a serem regularmente realizadas pelo órgão ambiental. Por exemplo, em havendo condicionantes relativas aos impactos correspondentes a cada etapa, o órgão deverá fiscalizar o cumprimento das respectivas medidas mitigatórias e compensatórias. Assim, as condicionantes também “funcionam como requisitos a serem estabelecidos pelo poder público em cada uma das três etapas do licenciamento” (GENEROSO, 2012, p. 5) e “passam a ser a principal base, e talvez a única, de verificação de conformidade ambiental do empreendimento na fiscalização ou na revisão das licenças ambientais” (BRANDT; AVELAR, [201-] *apud* Generoso, 2012, p. 5).

Em tese, portanto, o processo de licenciamento ambiental no Brasil estaria assentado em sólida regulamentação, apoiado em conhecimentos científicos idôneos e referendado por ampla participação popular. Porém, o sistema apresenta algumas falhas graves capazes de comprometer severamente a sustentabilidade ambiental. Sem mencionar a ocorrência de estudos tendenciosos (FEARNSIDE; LAURENCE, 2012) ou a deturpação das formas de participação popular no processo, transformadas em “jogo de cena” (ZHOURI, 2008), há problemas menos evidentes, porém não menos importantes, na abordagem sistemática do licenciamento, sobretudo quando se trata de áreas em que incidem múltiplos empreendimentos.

Por um lado, o EIA/Rima, focado nos impactos do empreendimento que lhe dá origem, tende a desconsiderar aqueles que são gerados por outras atividades e podem convergir para tornar mais fortes os primeiros. Por isso, Moreno et. al. (2018, p. 523) enfatizam as:

[...] dificuldades de avaliar os impactos indiretos e cumulativos em contextos nos quais grandes alterações ambientais são estabelecidas em série, bem como a complexidade de mensurar como eles se projetam para além dos perímetros considerados nos estudos de impacto que atendem à legislação de licenciamento ambiental ora vigente.

Por outro lado, os EIA/Rima são, muitas vezes, replicados para diversos empreendimentos que integram um mesmo projeto ou política, por exemplo, em casos

de abertura de estradas ou sistemas de irrigação na mesma área, que demandam do empreendedor o cumprimento dos ritos de licenciamento de maneira individualizada. Dessa maneira, abordando cada empreendimento isoladamente, o próprio processo induz a “repetição de exaustivos estudos ambientais de uma mesma região [permitindo] que possíveis impactos cumulativos ou sinérgicos sejam negligenciados na análise” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012, p. 505).

Em decorrência do modelo adotado, os processos de licenciamento frequentemente contribuem para o surgimento ou o agravamento de situações de injustiça socioambiental (PORTO; PACHECO; LEROY, 2013). Segundo Moreno et. al. (2018), é no campo da saúde, geralmente negligenciado nos referidos processos, que aspectos dessa injustiça se pronunciam mais sensivelmente. Apoiados no I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas e em estudos realizados entre povos afetados por projetos minerários, os autores acreditam que:

[...] há forte correlação entre contextos socioambientais injustos, processos históricos de expropriação, discriminação, condições adversas de vida e desestruturação dos modos de existência de comunidades indígenas. Combinados, tais fatores levam a cenários nos quais esses povos vivem em situações de maior vulnerabilidade e desvantagem em relação a outros segmentos da população nacional, mesmo quando comparados com as frações mais pobres da sociedade brasileira (MORENO et. al., 2018, p. 522).

Sobre a “justiça ambiental”, vale destacar que essa expressão foi cunhada nos Estados Unidos nos anos 1980, ou seja, no mesmo período da organização da política ambiental brasileira. No contexto americano, ela nasceu em meio a um movimento que, em protestos contra decisões governamentais que autorizaram a instalação de aterros de resíduos próximos a bairros ocupados por população predominantemente negra, denunciou o viés classista e racista das leis de proteção ao meio ambiente então vigentes. Dessa forma, a questão da justiça ambiental sempre esteve intimamente ligada à necessidade de discutir direitos e saúde pública (PORTO, PACHECO, LEROY, 2013).

No Brasil, a intensificação de situações de injustiça ambiental torna cada vez mais necessária a intervenção do Estado sobre as políticas ambientais, a fim de “assegurar o provimento e o uso das condições naturais como condições de produção capitalista” (ZHOURI et. al., 2005, p. 29), atendendo a uma das dimensões centrais (a econômica) na política do desenvolvimento sustentável, assim como para garantir a implementação de medidas sociais indispensáveis para o bem-estar da população.

Porém, Zhouri et. al. (2005, p. 29) veem nesse duplo objetivo do Estado uma contradição:

O uso capitalista das condições naturais como condições para o processo de acumulação de riqueza abstrata choca-se com outras formas de apropriação social das condições naturais, seja para fins de produção de valores de uso em moldes não-capitalistas, seja para fins científicos ou lúdicos, seja como fundamento da vida orgânica ou da identidade territorial de determinadas populações e comunidades.

Acompanhando Zhouri et al. (2005), Bursztyn e Bursztyn (2012) afirmam que os objetivos de preservação e conservação ambiental, assumidos explicitamente por grandes empreendimentos e projetos desenvolvimentistas, são, no mínimo, conflitantes com a própria natureza desses projetos e empreendimentos. Para esses autores, as ações contraditórias desses agentes criam cenários de insegurança para a população mais pobre e estigmatizada, além das chamadas minorias políticas, representadas também por povos e comunidades tradicionais.

No processo de licenciamento ambiental da mineração em Trombetas, tais contradições são exacerbadas diante da miscelânea de normativas jurídicas, fundiárias e ambientais, que incidem sobre a área visada pelo empreendimento. Para entender o cenário, são necessárias algumas palavras sobre Unidades de Conservação no Brasil.

Previstas na Constituição Federal de 1988 e na PNMA; passíveis de criação pelos governos federal, estaduais e municipais; e regidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985/2000, as UC são definidas como:

Um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com os objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de admissão, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (art. 2, I).

Devendo ser “preservadas ou utilizadas de forma adequada e sustentável, visando à proteção de ecossistemas significativos, em termos de recursos naturais e/ou culturais” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012, p 511), elas

[...] atendem a quatro finalidades principais: conservação da natureza, fruição pela população, pesquisa científica e aproveitamento econômico de seus recursos. Em certas circunstâncias, esses objetivos podem ser conflitantes, como no caso da proteção e do uso econômico. (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012, p 511).

De acordo com seus objetivos, as UC são classificadas pelo SNUC em duas categorias, que, por sua vez, correspondem a tipos de gestão e padrões de usos distintos:

as UC de Proteção Integral e as UC de Uso Sustentável. As primeiras visam preservar a natureza, subdividindo-se em cinco tipos, a saber: Estação Ecológica (Esec), Parque Nacional (Parna), Monumento Natural (MN), Refúgio de Vida Silvestre (RVS) e Reserva Biológica (Rebio). Já o grupo de Uso Sustentável comporta sete tipos de UC: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie), Reserva Extrativista (Resex), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e Floresta Nacional (Flonas).

Como relatado anteriormente, o projeto minerário tem como base territorial a Floresta Nacional Saracá-Taquera, uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável onde é permitida a exploração sustentável de parte dos recursos naturais, inclusive minérios.²⁸ Ao mesmo tempo, essa Unidade de Conservação é, ao mesmo tempo, área de uso e/ou moradia das comunidades remanescentes de quilombo do Alto Trombetas II, por elas reivindicada no processo que visa à titulação de um território quilombola, com base na Constituição Federal e no Decreto nº 4.887/2003. É, ainda, uma área cujo uso, por parte dos moradores, é regulado e restringido por normas que visam à conservação ambiental, que, estranhamente, pretende se conciliar com a mineração de bauxita. Por fim, trata-se de uma UC separada de outra, a Reserva Biológica do Rio Trombetas, que é de Proteção Integral e impõe restrições ao uso e até mesmo à presença das comunidades quilombolas, que, na verdade, já ocupavam a área antes da criação da reserva.

O conjunto de contradições fundiárias e ambientais que incide sobre a Flona, chamado, na linguagem técnica, de “sobreposição”, é percebido com bastante clareza pelos quilombolas, embora a maioria deles não domine os termos técnicos e jurídicos para explica-lo. Como se depreende do depoimento a seguir, as próprias Unidades de Conservação são vistas como uma decorrência negativa da chegada da mineração ao território historicamente ocupado:

Bom, nós vamos começar pelo conflito que, se está hoje, foi causado pela mineração: são as UCs, as Unidades de Conservação. As Unidades de Conservação, elas vieram acontecer na região por uma questão da Mineração Rio do Norte, que pretendia ter em mãos – e o governo também – esse espaço, território. Foi uma forma de intimidar a população e conservar para mineração. Hoje é um conflito aqui, nosso, causado pela mineração. Toda essa área é cercada de bauxita.

²⁸ Por ter sido criada antes da Lei nº 9.985/2000, que proibiu a mineração em Florestas Nacionais, e pelo fato de seu decreto de criação ter previsto explicitamente essa atividade dentro da UC, a exploração mineral é permitida na Flona Saracá-Taquera. Para mais informações sobre a legislação pertinente e suas contradições, ver Lima (2006), Ricardo e Rolla (2006).

Tem conflito com restrições, criação de regras aqui para a comunidade, e essas regras causam conflitos porque muitos não atendem. Tem o problema das madeiras cortadas, dos navios que já alagaram quase tudo nosso aí (Informação verbal, ECQ, p. 144).

Assim, em que pesem aos objetivos nobres da política ambiental brasileira, as UC estão imersas nas contradições dos mecanismos de preservação e conservação da natureza por meio da instituição de áreas protegidas. Especialmente no que se refere às UC de Uso Sustentável, tais contradições são agravadas por outras, que recobrem a própria noção de “sustentabilidade” gerada no paradigma da adequação (ZHOURI et. al., 2005). Logo, apesar de muitos avanços na proteção do meio ambiente, as diretrizes da política nacional para o setor esbarram no problema da proteção dos recursos naturais, continuamente confrontada por interesses de abertura econômica das áreas protegidas a projetos de cunho desenvolvimentista.

3.2 O caso da Zona Central Oeste

Desde os anos 1970, a Mineração Rio do Norte detém autorizações para exploração de um conjunto de platôs situados na Flona Saracá-Taquera, parte dos quais incide no TQ Alto Trombetas II.²⁹ Esses platôs são divididos em zonas (Leste, Centro e Oeste), de acordo com o planejamento operacional da empresa, e sua efetiva exploração obedece aos processos de licenciamento ambiental descritos no item anterior.

Considerando o esgotamento dos platôs pelos quais a empresa iniciou sua operação – já consumado ou em vias de ocorrer até 2023 – a MRN iniciou, em 2012, procedimentos com vistas à expansão da área de lavra de bauxita no sentido Leste-Oeste. Assim, deu origem ao projeto Zona Central Oeste, para o qual solicitou licença, naquele mesmo ano.

A chamada ZCO abrange um conjunto de jazidas adquiridas da Alcoa e da Billiton Metais em 1992, localizadas nos platôs Cruz Alta, Cruz Alta Leste, Peixinho, Rebolado, Escalante, Barone e Jamari. Como se pode ver na figura 20, a maior parte deles, à exceção dos dois últimos e da maior porção do platô Escalante, fica nas terras pleiteadas pela ACRQAT, que são contornadas por uma linha vermelha. No território ficam também os platôs Papagaio, Periquito e Monte Branco, o qual, assim como a ZCO, vem sendo objeto de disputas e negociações com a MRN.

²⁹ Outra parte incide no TQ Alto Trombetas I.

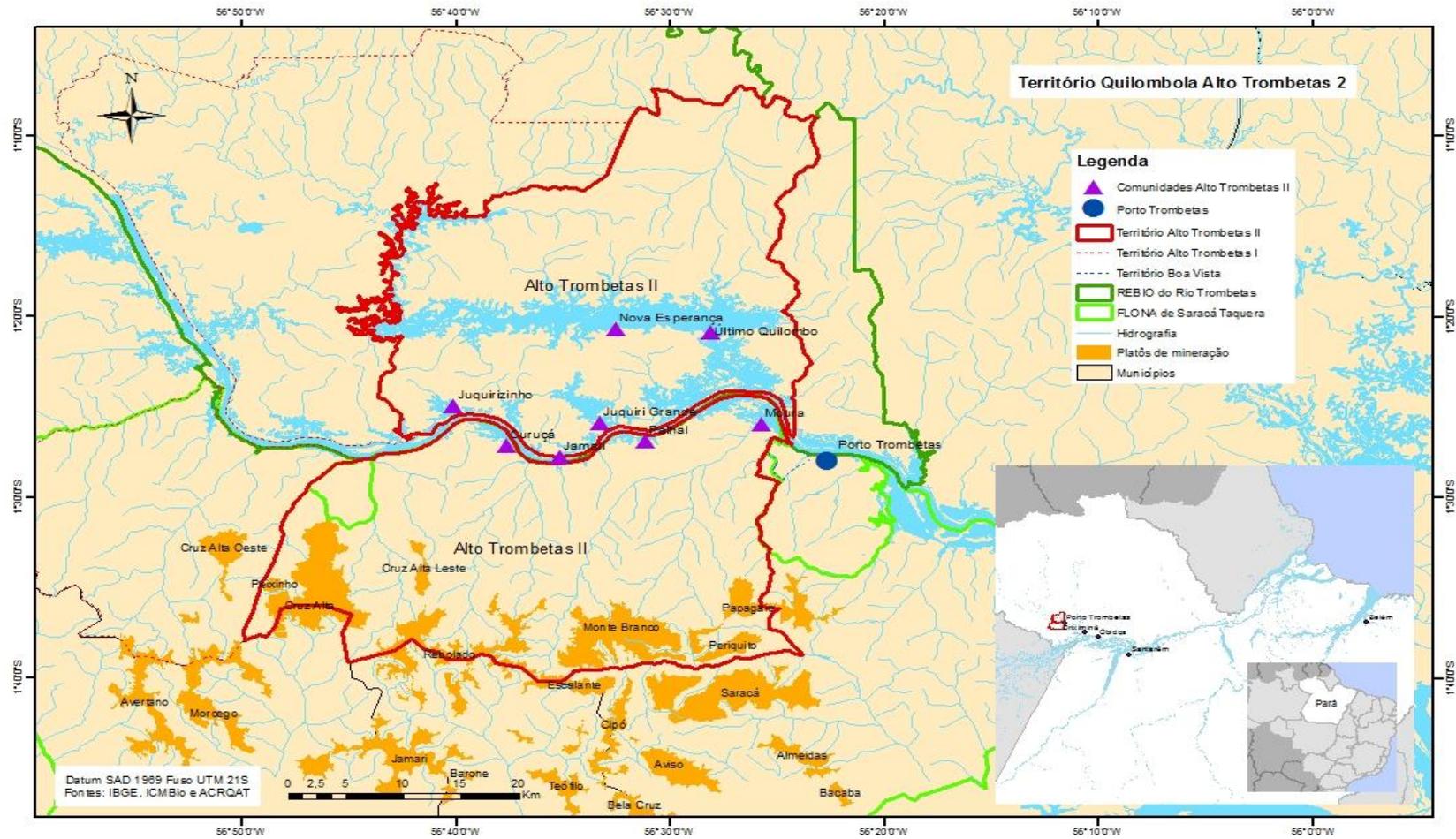


Figura 22: Platôs da MRN no TQ Alto Trombetas II
Fonte: ACRQAT

As primeiras atividades empreendidas pela MRN na ZCO, em 2012, foram capina e limpeza de ramais, bem como levantamentos *in loco* para o detalhamento geológico das jazidas e o EIA. Essas atividades se concentravam, principalmente, no platô Cruz Alta, e foram percebidas a partir da comunidade Mãe Cué, que faz parte do TQ Alto Trombetas I, vizinho à área de estudo.

A movimentação da empresa na área pleiteada pelas comunidades de ambos os TQs, em processos abertos em 2004 junto ao Incra, estava sendo realizada sem a devida atenção e respeito ao direito de consulta prévia, livre e informada prevista na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, que dispõe sobre direitos de povos indígenas e tribais. Essa Convenção, ratificada pelo Brasil em 2002 e aplicada, na realidade local, a povos indígenas e comunidades tradicionais, determina que os governos deverão “consultar esses povos, mediante procedimentos apropriados, principalmente por meio de instituições representativas, toda vez que se considerem medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afeta-los diretamente”. Determina, ainda, que essa consulta deve “ser feita de boa fé e de acordo com as circunstâncias, e com o objetivo de se chegar a um acordo ou obter consentimento sobre as medidas propostas” (C169/art.6º, “a” e “d”).

Considerando a inobservância desse direito pela MRN, as comunidades dos TQs Alto Trombetas I e II denunciaram a ação da empresa ao Ministério Público Federal (MPF) em Santarém. De imediato, o MPF abriu um Inquérito Civil e recomendou aos órgãos ambientais a suspensão das autorizações concedidas para a realização de estudos pela MRN, até que o direito à consulta fosse respeitado.

Paralelamente, determinou a realização da consulta prévia às comunidades dos TQs Alto Trombetas I e II, recomendando essa tarefa à Fundação Cultural Palmares (FCP). Em sua recomendação, a procuradora da República Fabiana Schneider argumenta que:

Incumbe à Fundação Cultural Palmares zelar e promover os direitos e interesses legítimos das comunidades quilombolas e fazer-se presente na verificação do conflito aqui verificado e na inconsistência das informações quanto à realização da consulta livre, prévia e informada.³⁰

A FCP, que já havia emitido notas técnicas referendando a realização de “consultas” às comunidades pela Mineração Rio do Norte, as suspendeu, uma vez que o MPF apontara falhas no modo como as supostas consultas foram executadas. Segundo

³⁰ Disponível em ><http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/ibama-pode-suspender-licenciamento-da-mineracao-rio-do-norte-na-regiao-do-trombetas><. Acesso em 01/01/2019.

lideranças quilombolas, a “consulta não apresentou todas as informações necessárias e acabou gerando conflitos entre as comunidades quilombolas”.³¹ Em seguida, a própria presidente da FCP, Maria Aparecida da Silva Abreu, enviou um ofício à diretoria de licenciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) explicando que:

O processo de consulta prévia, livre e informada, no caso em questão, tem demonstrado confusões e questionamentos, com divergências entre as comunidades afetadas, optamos por suspender os efeitos das notas técnicas emitidas por esta Fundação.³²

O Ibama, então, suspendeu as autorizações que havia concedido. Os procedimentos iniciados pela MRN em 2012 foram paralisados até 2016. Embora a empresa tenha tentado, por diversas vezes, reaver as autorizações, uma sucessão de recomendações do MPF, no âmbito do Inquérito Civil, manteve-as em suspenso até aquele ano.

Cabe ressaltar que, quando, finalmente, houve acordo entre as partes envolvidas no IC para liberação dos estudos do processo de licenciamento ambiental, o MPF recomendou a realização de outro estudo: o Estudo de Perdas Imateriais para reparar prejuízos causados às comunidades dos TQs Alto Trombetas I e Alto Trombetas II desde 2012.

Tal recomendação fora inspirada no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em 2005 entre comunidades do Projeto Agroextrativista Juruti Velho (PAE-JV), o Incra e a mineradora Alcoa, por intermédio pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPE-PA), o qual resultara no Estudo de Perdas e Danos de Juruti Velho (EPD-JV). Envolvendo diversas metodologias de levantamento e mensuração econômica de danos, esse estudo chegara a valores para indenização das comunidades do PAE pela mineradora (DEMEDA, 2017) e estava sendo considerado pelo MPF como medida exemplar na defesa dos direitos das comunidades tradicionais.

Embora nunca tenha sido realizado, esse estudo gerou muitas expectativas entre as comunidades quilombolas, que foram alimentadas também pelas diversas frentes de diálogo inauguradas com a empresa desde a abertura do IC, em 2012.

É notório que, entre 2012 e 2016, a MRN, pela primeira vez desde sua implantação na região, adotou procedimentos institucionais de consulta às comunidades

³¹ Disponível em ><http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/ibama-pode-suspender-licenciamento-da-mineracao-rio-do-norte-na-regiao-do-trombetas>< . Acesso em 01/01/2019

³² Disponível em ><http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/ibama-pode-suspender-licenciamento-da-mineracao-rio-do-norte-na-regiao-do-trombetas>< . Acesso em 01/01/2019.

quilombolas, no âmbito de um licenciamento ambiental, diferentemente do que ocorrera para as atividades realizadas da Zona Leste.³³ Neste sentido, a empresa precisou se adequar interna e externamente para atender a novos instrumentos da legislação ambiental brasileira, em respeito a um conjunto de direitos coletivos assegurados aos povos e comunidades tradicionais de modo geral, e às comunidades remanescentes de quilombo em especial. Esses direitos remetem tanto à Constituição Federal de 1988, quanto à Convenção nº169 da OIT, ao Decreto nº 4.887/2003, além da Portaria Interministerial nº 60/2015.

Essa Portaria Interministerial “estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Ibama”. Mais precisamente, ela disciplina “a atuação da Fundação Nacional do Índio - Funai, da Fundação Cultural Palmares - FCP, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan e do Ministério da Saúde” naqueles processos, determinando “componentes” específicos a serem observados por cada um desses órgãos.

No caso da Fundação Palmares, a Portaria nº 60/2015 institui o Componente Quilombola como um item específico (que abrange questões relativas à territorialidade, à cultura, à educação, à situação fundiária, ao patrimônio arqueológico e outras) a ser contemplado nos processos de licenciamento ambiental de projetos e empreendimentos “com ocorrência direta ou reflexa em terras quilombolas”, conforme esclarece a Sistemática do Processo de Licenciamento Ambiental da própria fundação.

Como peça obrigatória para o LA do projeto de lavra de bauxita nos platôs da ZCO, o ECQ como um de seus objetivos a proposição de medidas de controle, mitigação e compensação dos possíveis impactos socioambientais da mineração nos territórios quilombolas. Realizado a partir de pesquisas bibliográficas, documentais e de campo, considerando principalmente o ponto de vista das comunidades quilombolas, a peça técnica se compôs de relatórios individualizados por cada comunidade dos TQs Boa Vista, Alto Trombetas I e Alto Trombetas II. Para cada uma das 15 comunidades que fazem parte desses TQs, havia um conjunto de informações sistematizadas em: textos, mapas de etnozoneamento, matriz de impactos e calendário sazonal. Obedecendo à Sistemática do Processo de LA elaborada pela FCP, ele desenhava a expectativa de que a eventual concessão de licença para a mineração no Alto Trombetas contemplasse:

³³ A exploração dos platôs dessa zona tornou o Brasil o terceiro maior produtor de bauxita do mundo e a MRN a maior empresa produtora, com três minas em operação (Bela Cruz, Saracá e Monte Branco).

Além da reparação de perdas, a implementação de medidas compensatórias que contribuam para melhor estruturação das comunidades, considerando-se um horizonte de sustentabilidade social, econômica, cultural e ambiental (ECQ, p. 57).

Como todo o processo de licenciamento ambiental ao qual estava atrelado, o ECQ padecia de dificuldades e disputas. Para começar, o estudo fora contratado à mesma empresa responsável pela elaboração do EIA, na qual as comunidades tinham pouca confiança. Assim, tão logo a primeira equipe de consultores iniciou suas atividades em campo, houve estranhamentos por parte dos quilombolas. Após alguns constrangimentos, decidiu-se pela substituição dessa equipe; os quilombolas do Alto Trombetas II se reuniram e indicaram para realizar o estudo novos pesquisadores conhecedores da área e da história das comunidades.

Forjou-se, no contexto do ECQ, uma espécie de “mecanismo” que permitiu às comunidades um “controle” relativo, pelo menos na escolha de pesquisadores responsáveis pela equipe e pela produção ética do produto, com respeito ao seu espaço de fala. Como explicou De Paula (2010, p. 267):

Difícilmente um antropólogo que tenha um longo tempo de relação com uma comunidade consegue se omitir diante de um convite para participar como mediador de um processo conflituoso que a atinja, particularmente quando o conflito é proveniente da dinâmica arrebatadora do desenvolvimento (das forças produtivas). A relação de confiança e de afetividade estabelecida entre o pesquisador e seus nativos é, de fato, o grande trunfo ético e político que o antropólogo tem em mãos nestas ocasiões. A consciência deste trunfo será certamente a base da solução para futuros conflitos entre o antropólogo e o empreendedor.

A segunda equipe do ECQ, da qual fiz parte, pôde e teve que trabalhar em conjunto com os quilombolas, numa relação de respeito ao seu lugar de fala. A dinâmica de pesquisa se iniciou com uma reunião com foco no reconhecimento prévio dos participantes e na elaboração de uma agenda que se adequasse à disponibilidade dos quilombolas para a realização de visitas nas comunidades. Nessa ocasião, ocorreu a apresentação da equipe aos representantes das instituições envolvidas e das comunidades, por intermédio de suas lideranças. Também foram prestados esclarecimentos, e procedeu-se à proposição de um plano de pesquisa, que seria alterado conforme a necessidade das comunidades e a disponibilidade da equipe.

Em um mês de interação continuada nas comunidades foram realizadas visitas, entrevistas e reuniões. Por meio dessas reuniões, era reiterado objetivo do ECQ,

esclarecendo quaisquer dúvidas apresentadas pelos comunitários e eram divididos grupos focais que ficavam sob a responsabilidade de diferentes membros das equipes (como pode se observar na figura 21). Por meio dessas reuniões foram abordados vários assuntos que viriam a alimentar a matriz de impactos de cada comunidade, bem como o mapa de etnozoneamento e o “calendário sazonal” de suas atividades produtivas. Por meio desse conjunto de métodos, foram detalhados conhecimentos, práticas e formas de organização relativas às atividades como a lavoura, a pesca, a caça, o extrativismo e o trabalho em PTR, inseridas em suas respectivas épocas e lugares.



Figura 23: Grupo Focal com as mulheres da comunidade Juquiri Grande

Fonte: Cumbuca Norte

Após as reuniões com as comunidades se dividiam os de grupos focais, de acordo com afinidade de cada morador com temas que desenharam os calendários sazonais e matrizes de impactos. Na figura 22, se observa a produção de mapas de moradia e uso, já nas imagens 23 e 24, temos cartazes preenchidos com informações dadas pelos comunitários sobre os impactos percebidos, caminhos e percursos importantes no território e atividades econômicas.



Figura 24: Produção dos mapas de áreas de moradia e uso da comunidade Palhal
Fonte: Cumbuca Norte



Figura 25: Lista de impactos em elaboração
Fonte: Cumbuca Norte



Figura 26: Lista de caminhos e percursos e atividade econômicas
Fonte: Cumbuca Norte

As visitas às comunidades foram distribuídas de modo a assegurar que todas fossem ouvidas. Falou-se bastante sobre as sobreposições territoriais com as UCs, as atividades da MRN e o processo de titulação. Chamou atenção o modo como muitos quilombolas associaram o surgimento dos conflitos socioambientais a esses três fatores, de maneira articulada, como se fossem três faces de um mesmo processo social.

Porém, sempre que instados a avaliar sua situação com mais atenção à atuação da mineradora, os quilombolas foram eloquentes quanto aos impactos já sentidos e àqueles que esperam da ZCO. Entre outros, ressaltaram a poluição e o assoreamento de rios e igarapés como impactos que afetam negativamente sua qualidade de vida e saúde. A esse respeito, criticavam também o cadastro que dava a quilombolas de Boa Vista acesso à escola e ao hospital “da Mineração”, em PTR, expressando com isso um sentimento de quase ofensa, senão ofensa mesmo, contra a qual cobravam ações que “remediassem” os danos causados pela própria instalação da MRN em Porto Trombetas.

Concluídas a fase de campo e a escrita dos relatórios do ECQ, foi agendada para julho de 2017 uma reunião das comunidades do TQ Alto Trombetas II com o empreendedor e a Fundação Palmares. Na ocasião, havia como que um palco para aprovar o estudo, equipado com estrutura de vídeo e áudio, na presença da gerência das

Relações Comunitárias da MRN (Como pode ser observado na figura 25, 26 e 27). A reunião durou um dia inteiro de intensas discussões.

Nada foi aprovado, e tudo foi rediscutido. A única certeza da reunião foi a não aprovação e a revisão necessária dos relatórios de todas as comunidades do TQ, devidamente lidos, refletidos e discutidos, além da elaboração de um plano de consulta que lhes asseguraria maior segurança em reuniões e encontros, trabalhos e pesquisas sem que nenhum “palco montado” os surpreendesse.

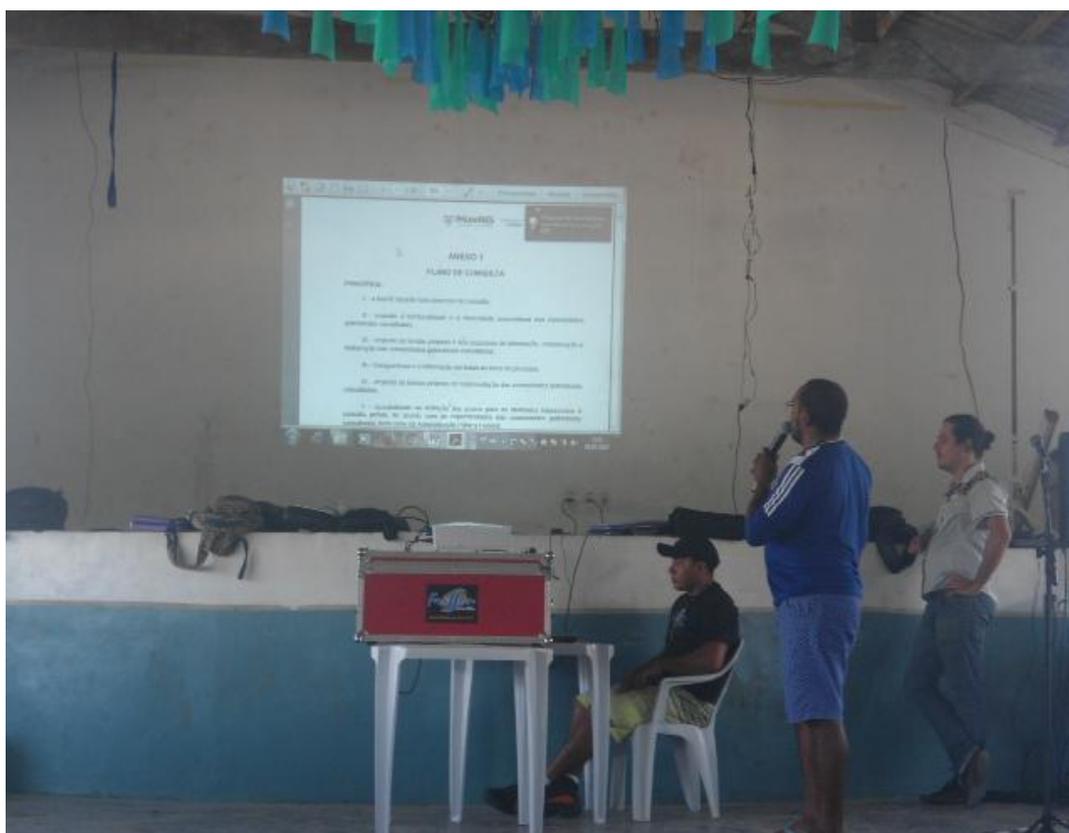


Figura 27: Coordenador da ACRQAT na reunião de avaliação do ECQ

Fonte: Acervo da autora



Figura 28: Apresentação da Gerência de Relações Comunitárias (Eixo segurança e saúde) na reunião de avaliação do ECQ
Fonte: Acervo da autora



Figura 29: Debate entre representantes da ACRQAT e da Gerência de Relações Comunitárias
Fonte: Acervo da autora

A postura da MRN foi seriamente criticada e rebatida junto à Palmares, cujo representante permaneceu no TQ para outra reunião no dia seguinte, desta vez exclusivamente entre os moradores do território. Nesses dois dias, os quilombolas adquiriram novos conhecimentos sobre os processos associados a um LA e os direitos a eles assegurados. Ao se apropriarem, a seu ritmo e modo, dos instrumentos necessários para discutir impactos ambientais, aprenderam também a avaliar as condicionantes que o poder público elencou para serem cumpridas pela MRN.

Esse aprendizado foi levado para além do ECQ, para negociações posteriores com a MRN, nas quais os quilombolas elaboraram estratégias para demandar revisões de condições da exploração de outros platôs, já em curso. Isso fica claro na fala de Elielma de Jesus:

Ultimamente nós estamos discutindo o licenciamento da zona leste, que é o Cipó e o Teófilo. Estamos também no processo da zona Central Oeste, mas nós o deixamos um pouco de lado porque foi uma demanda que a MRN colocou porque eles estão em fase de instalação nesses platôs e precisa de uma decisão. Devido nosso RTID ter sido publicado em fevereiro de 2017, nos foi concedido o direito do que tava em torno do território em 10 km, os impactos indiretos do empreendimento. Então dentro desse raio de 10 km está o Cipó e o Teófilo, da Zona Leste. Então, a MRN só libera o funcionamento se as comunidades autorizarem. Tem que passar pela Palmares, emitir nota técnica para o Ibama para que ele possa liberar e continuar o processo de extração depois. E foi assim, eles já estavam no processo de extração, mas como chegou ao nosso conhecimento que era um direito nosso possibilitado pelo RTID e venceu a licença do Ibama então nós estamos negociando, colocamos nossas propostas de condicionantes. A MRN ofertou 8 propostas de condicionantes e nós articulamos contra proposta 34, nossa proposta. Ficou mais do nosso jeito. (Em entrevista, Oriximiná, maio de 2018).

Na mesma linha, o coordenador da ACRQAT Manoel Lucivaldo fala sobre o ECQ e demonstra o quanto ele possibilitou o entendimento sobre o funcionamento do próprio processo de licenciamento ambiental e dos caminhos que podem ser traçados com as negociações feitas em reuniões, por meio das quais a população quilombola articula suas demandas:

A ZCO o ponto de licenciamento dessa zona começou conflituoso, bem conflituoso, porque a gente não entendia o processo, mas depois de muitas reuniões, depois de muito estudo que a gente foi atrás também e conseguiu fazer, conseguimos conciliar. A empresa também observou essa parte, ela recuou na hora certa. Eu posso dizer que a negociação da ZCO tá tranquila, a gente pediu em suspender e só vai retomar em julho. O [platô] Teófilo não está dentro do território, ele está em outra zona de 10 km. Na verdade quem tá dentro é o [platô] Cipó dentro desses 10 km, o Teófilo está em 30% mas eles consideraram na negociação de 50% dos 100. Ele veio pelo direito adquirido com o RTID do território, ele é uma negociação paralela, ele é um

impacto indireto muito longe e ele veio para abrir uma porta para as comunidades. Ai quando aparece o Teófilo e o Cipó, a partir de um parecer que o Ibama deu com o RTID. Quando foi em outubro a empresa solicitou o estudo de LO, licença de Operação, mas ai o Ibama considerou o RTID e solicitou da Palmares um parecer, mas a Palmares nunca se manifestou para a gente, dizer olha, tem um assunto que precisamos tratar, foi a empresa mesmo que se manifestou. Ai nós tínhamos que fazer um estudo da área, um ECQ lá porque não tem um PBAQ [Plano Básico Ambiental Quilombola] só tem o PBA, que é um Plano Básico Ambiental. Ai teria que ter um PBAQ só nós tínhamos perdido a fase de LP, a primeira fase, que faz o PBAQ e a gente não optou mais fazer o estudo, do PBAQ para fazer o ECQ. (Em entrevista, Oriximiná, maio de 2018).

Atualmente, com o avanço das pautas quilombolas e a demonstração de interesse da MRN no assunto, as negociações da demanda relativa a um tratamento diferenciado via um “modelo quilombola” de saúde estão ganhando corpo. Por ora, conforme depoimento de Manoel reproduzido a seguir, houve um acordo temporário que libera algumas vagas emergenciais no hospital da MNR, mas as negociações visam a outras melhorias, mais abrangentes, e não só na área da saúde:

Optamos por fazer um tramite legal, um termo de compromisso, com melhorias nas condicionantes. Eles apresentaram as melhorias de 8 condicionantes, nós apresentamos uma contra proposta com 38 condicionais, mas fechamos em 36. Nessas 36 a gente separa por: educação com a construção de escolas para ensino médio no AT I e At II, construção e manutenção, fortalecer as escolas do ensino fundamental, ou seja, reforma estrutura técnica, a gente já tem uma no Abui e uma no Moura. Ai a gente coloca mais como educação o fortalecimento, alimentação para as crianças, falta fazer um estudo para ser realmente o que a gente vai precisar. Colocamos também a formação continuada para as lideranças comunitárias, formação continuada em cursos técnicos, profissionalizantes, em meio ambientes e pedimos certa capacidade de bolsas, bolsas não, mas uma ajuda de custo para alunos que vão fazer faculdade na universidade pública são 36 bolsas no valor de 500 reais. Colocamos a saúde com relação à construção do posto e o melhoramento do atendimento da feirinha, a gente exigiu melhor atendimento nesse atendimento, um tratamento liberado de dentista, especialistas em várias áreas. Enquanto isso, foi conseguido as vagas disponíveis [no hospital] para as mulheres grávidas fazerem pré-natal, os idosos consultarem. Colocamos a renda, com um projeto de manejo da cadeia da castanha, construção de uma usina e o manejo do derivado da castanha na usina. Colocamos 5 casas de farinha, manejo e escoamento da farinha. Colocamos a construção de 4 casas de artesã, projeto de agricultura, piscicultura, apicultura. Casa de artesanato é no Curuçá ou no Jamari, a princípio, depois pode ir para o Erepecu. A gente colocou também a renda, manejo de copaíba nos Platôs, vários projetos de renda e além disso, conseguimos firmar um convenio, empresa e associação. Para “suportiar” a associação a fazer seus trabalhos, capacitação da sua equipe. No projeto que eu escrevi é primeiramente conseguir fazer todo mundo estudar, consegui o ensino fundamental, segundo é ter acesso a internet e saber manusear um computador. Ai conseguimos 8 sinais de internet, 8 pontos de internet para cada comunidade vai ter

uma torre e mais os telefones. Tudo isso será assinado por meio de um termo de compromisso da empresa, Palmares e ACRQAT, esse que será assinado. (Em entrevista, Oriximiná, maio de 2018).

Enfim, as discussões, os conhecimentos adquiridos e as demandas formuladas no âmbito do ECQ têm sido levadas adiante, mesmo após o encerramento desse estudo, em outros processos de licenciamento que afetam o TQ Alto Trombetas II. Como se verifica no depoimento do líder quilombola, as demandas se concentram nos seguintes setores: saúde, educação, geração de renda e comunicação. A saúde, então, emerge como questão fundamental, aproximando comunidades e mineradora em torno de um discurso de sustentabilidade e responsabilidade social e ambiental, como se verá no próximo capítulo.

4. A SAÚDE NA POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL DA MINERAÇÃO RIO DO NORTE

Neste capítulo procuro delinear o campo específico da saúde em que a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Alto Trombetas II e a MRN interagem, de perto, sob a influência do discurso de sustentabilidade e responsabilidade social e ambiental que tende a regular as disputas e negociações relativas às licenças da mineradora para operar em áreas ocupadas por comunidades quilombolas.

Inicialmente, para entender esse campo na ótica da MRN, são enfatizados processos internos de adequação técnica e política da empresa a normas ambientais e protocolos sociais vigentes, por meio da adoção de procedimentos voltados para qualidade, segurança e saúde, “sob forte discurso ideológico”, como sustenta Trindade (2001). Em seguida, são apresentados, em linhas gerais, os programas e projetos socioambientais que integram o escopo de condicionantes atreladas à manutenção das diversas licenças ambientais que possui na região do Trombetas.

No segundo item do capítulo, comento os projetos da MRN voltados para a saúde, tanto dos seus empregados quanto das comunidades remanescentes de quilombo do Alto Trombetas. Divido as observações entre duas esferas: cidade-empresa, que inclui ações nas áreas de minas; e quilombo, que se refere às comunidades, mesmo quando se trata de ações ofertadas na própria cidade.

4.1 Responsabilidade social e ambiental na MRN

No sítio eletrônico da MRN, inúmeros relatórios são disponibilizados como forma de apresentar as “demonstrações financeiras e principais realizações” anuais da empresa. São relatórios administrativos datados de 2006 a 2016; relatórios de sustentabilidade de 2012 a 2015; e o Relatório no modelo GRI - Global Reporting Initiative, produzido anualmente para representar o que a mineradora chama de “alinhamento ao mercado mundial em termos de relato de sustentabilidade”. Com isso, ela informa:

Nosso principal objetivo é informar a sociedade de forma transparente sobre nossas iniciativas ambientais, econômicas e sociais, e o Relatório no modelo GRI traz essas informações de forma detalhada.

É mais uma ferramenta à sua disposição para ajudá-lo a conhecer a fundo a MRN.³⁴

Tomando por base o ano de 2016, quando participei da equipe executora do Estudo do Componente Quilombola, o relatório administrativo da empresa registra o lucro líquido de R\$ 429,6 milhões, 19,06% maior que o do ano anterior, que fora de R\$ 360,8 milhões. O documento informa, ainda, que, entre impostos, taxas e contribuições, incluindo retenções na fonte, foram recolhidos aos cofres públicos R\$ 252,8 milhões, contra 198,2 milhões em 2015. Na tabela reproduzida na figura 30 são detalhadas informações sobre o pagamento de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto de Renda (IR), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e outras taxas.

	Unidade	2016	2015
ICMS	R\$ milhões	9,8	20,2
Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM	R\$ milhões	44,4	42,1
PIS e COFINS	R\$ milhões	20,9	8,6
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	R\$ milhões	86,8	46,2
Contribuições previdenciárias	R\$ milhões	48,1	45,6
Taxa de Fiscalização de Recursos Minerais - TFRM	R\$ milhões	27,0	24,8
Taxa de Fiscalização de Recursos Hídricos - TFRH	R\$ milhões	11,8	6,7
Outros impostos, taxas e contribuições	R\$ milhões	4,0	4,0
Total Impostos, taxas e contribuições	R\$ milhões	252,8	198,2

Figura 30: Impostos, taxas e contribuições pagos no biênio 2015/2016

Fonte: Relatório de Administração 2016, disponível no site da MRN

A respeito desses pagamentos, gostaria de destacar o ICMS e a CFEM, que, em tese, retornam ao município de Oriximiná na forma de investimentos diversos que, de alguma maneira, a empresa procura ilustrar como vantagens de sua presença na região. Ambos são instrumentos de natureza econômica e financeira definidos na legislação

³⁴ Disponível em: <<http://www.mrn.com.br/pt-BR/Sobre-MRN/Paginas/Informacoes-Financeiras.aspx/>>. Acesso em: 16 fev 2018. <<http://www.mrn.com.br/pt-BR/Sustentabilidade/Paginas/relatorioSustentabilidade.aspx>>. Acesso em: 16 fev 2018.

ambiental brasileira em obediência ao princípio do poluidor-pagador.³⁵ Segundo esse princípio, o poluidor deve, antes de tudo, preservar os recursos ambientais, restando, na impossibilidade de fazê-lo, obrigado à reparação dos danos decorrentes de sua conduta. Sobre a natureza econômica da reparação, Bursztyn e Bursztyn (2012, p. 518) ressaltam tratar-se da assunção, pelo causador, dos custos ora imputados a outros:

O processo de gestão ambiental brasileiro, que tradicionalmente utiliza instrumentos de comando e controle, começa a adotar instrumentos econômicos como uma forma mais eficiente de enfrentamento da problemática ambiental. Em nível mundial, os instrumentos econômicos vêm se mostrando bastante positivos e têm sido amplamente utilizados há mais de três décadas. [...] a abordagem econômica das políticas de meio ambiente baseia-se na ideia de que uma adequada internalização dos custos externalizados permite uma melhor gestão dos recursos ambientais.

Em relação ao ICMS, trata-se imposto arrecadado pelo Estado, que, a rigor, retorna a Oriximiná na forma do ICMS Ecológico. Adotado na década de 1990, o ICMS Ecológico não é um novo imposto, mas uma modalidade especial de distribuição do recurso arrecadado pelos Estados para municípios que cumpram determinados critérios previstos nas legislações estaduais.³⁶ Segundo Bursztyn e Bursztyn (2012, p. 520):

A lógica da introdução de critérios adicionais aos de ordem estritamente produtiva obedece a prioridades políticas de incentivo aos municípios que vistam em setores que nem sempre são contemplados, por trazerem efeitos de longo prazo, e por não representarem imediatos ou reconhecimento político eleitoral. Um município pode ser compensado, se a legislação estadual sobre ICMS assim o permitir, por ter valorizado a educação, a qualidade de vida de sua população, ou mesmo por ter parte de seu território excluída da possibilidade de gerar valores econômicos por estar de seu sob seu regime de áreas protegidas.

Oriximiná, que abriga atividades que degradam o meio-ambiente, como a própria mineração, e um conjunto de Unidades de Conservação, preenche condições para ser beneficiado na distribuição do ICMS Ecológico. Ao promover a

³⁵ O princípio do poluidor-pagador está presente no art. 225 da Constituição Federal de 1988, e no art. 4º, VII da PNMA, que determina: “ao poluidor e ao predador [cabe a] obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, e, ao usuário, [a] contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos”.

³⁶ A Constituição Federal de 1988 (artigo 158, inciso IV) dispõe, sobre a distribuição do ICMS, que caberão aos municípios “vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012, p. 519). Porém, como a legislação federal não atrela a distribuição desse imposto estritamente à circulação de bens e serviços, as legislações estaduais têm prerrogativa de adotar outros critérios de distribuição que considerem, por exemplo, a valorização da educação, da qualidade de vida, do meio-ambiente, etc.

ambientalização da distribuição de parte do tributo em questão, o ICMS Ecológico inspira-se na noção de justiça ambiental para tentar reparar danos à população mais atingida pela degradação ambiental, complementando o princípio de “‘justiça social’ que justifica as transferências de recursos estaduais aos municípios de acordo com o número de habitantes e a extensão territorial” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012 p. 520).

Já em relação à CFEM, trata-se de instrumento compensatório de natureza financeira, correspondente ao pagamento de *royalties* sobre a exploração de recursos minerais, petróleo, gás e recursos hídricos usados para geração de energia. Prevista na Constituição Federal de 1988, instituída pelas Leis nº 7.990/1990 e 8.001/1990, e regulamentada pelo Decreto nº 01/1991, é uma espécie de contraprestação exigida das empresas mineradoras no país e paga pela venda, utilização, transformação industrial ou mesmo pelo consumo do produto mineral por parte do minerador. O cálculo dessa contraprestação é feito da seguinte forma:

O cálculo da compensação é feito a partir do faturamento líquido da empresa exploradora do recurso mineral no ato da venda da produção. Isso significa que são descontados do valor bruto da venda dos tributos (ICMS, PIS, Cofins) incidentes sobre a comercialização, além dos gastos com transportes e seguros (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012 p. 522).

Nota-se que a CFEM não é um imposto, e sua cobrança está fundamentada no reconhecimento de que atividades como a mineração provocam significativa degradação ambiental e que o lugar onde elas ocorrem tende a absorver os seus “ônus (resíduos, pressão sobre a sua infraestrutura, crescimento populacional), sem necessariamente usufruir de um bônus correspondente”, como esclarecem Bursztyn e Bursztyn (2012 p. 522). Para esses autores, a CFEM representa “uma espécie de antídoto contra os efeitos negativos das economias de enclave [...] típicas da indústria extrativa que transfere riquezas para fora do território onde se situam” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012 p. 522).

Neste sentido, os recursos oriundos da CFEM devem ser aplicados em projetos de infraestrutura, saúde, educação e outros setores que, direta ou indiretamente, favoreçam a população, gerando melhoria da sua qualidade de vida e da qualidade ambiental nas localidades atingidas por atividades que degradam o meio ambiente. Com foco no plano local, observa-se que na distribuição da CFEM a maior parte das receitas fica com o município (65%), seguido do estado do qual é extraída a substância mineral

(23%) e, da União (12%). Esta última divide a sua parcela da CFEM entre instituições como o DNPM, que fica com 9,8%; o MCT/FNDC, com 2,0%; e o Ibama, com 0,2%. Em tese, parte desse recurso deveria ser aplicada em Unidades de Conservação para melhoria da qualidade ambiental nessas áreas.

No caso da MRN, a CFEM, no valor de 44,4 milhões de reais, representou 17,5% do total transferido aos cofres públicos em 2016, considerando-se taxas, contribuições, impostos e outros recolhimentos. Desse montante, 28,6 milhões couberam à Prefeitura Municipal de Oriximiná, mas, de acordo com os quilombolas do Alto Trombetas II, não houve transparência quanto à aplicação desses recursos. No que se refere à parte cabível à União, também não souberam informar se houve investimento nas duas Unidades de Conservação em que vivem.

Além desses desembolsos, a MRN investiu na contratação de comunitários para serviços de apoio ao trabalho campo no EIA, doações de equipamentos, apoio a cooperativas etc. Os investimentos se concentram em mais de 30 projetos³⁷ socioambientais que a empresa mantém na região. Parte deles integra o conjunto de condicionantes atreladas às licenças ambientais que a empresa detém; outra parte é realizada discricionariamente pela mineradora. Nas usuais palavras de um gerente de relações comunitárias, são “liberalidades”, que sua equipe sempre procurar destacar, enfatizando a realização voluntária de ações para caracterizar uma visão integral da empresa em relação à própria atuação para o desenvolvimento sustentável.

Para entender a atuação socioambiental da MRN nos dias de hoje, é preciso reconstituir brevemente o histórico de evolução da empresa. Com auxílio de Trindade (2001, p. 96), pode-se dizer que o seu empreendimento mineiro passou por três fases até chegar ao momento atual. São elas:

1. Fase de implantação, inaugurada com a prospecção (1970) de minério, seguida do embarque em 1979 das primeiras explorações de bauxita;
2. Fase de expansão, até 1988, quando se define o acordo entre os “sócios-compradores estrangeiros e a MRN, encerrando o ‘processo de arbitragem para definição de preço da bauxita’”;
3. Fase de reestruturação produtiva e adequação a condições de competitividade internacional.

³⁷ As informações podem ser acessados encontrados no Relatório de Administração 2016 disponível no sítio eletrônico da empresa: Disponível em: <<http://www.mrn.com.br/pt-BR/Sobre-MRN/Paginas/Informacoes-Financeiras.aspx>>. Acesso em: 10 de dez 2017

A implantação da mineração na região de Trombetas se deu em um período de globalização e integração da Amazônia ao mercado internacional, inaugurado na década de 1960. Até então, a região era tida pelo governo brasileiro como um “vazio demográfico”, o que favoreceu a entrada do grupo canadense ALCAN, que operou em Trombetas até 1971, quando essa multinacional encerrou suas atividades alegando “forte retração no mercado mundial de alumínio” (TRINDADE, 2001, p. 97). Em 1974, as atividades minerárias foram retomadas pela então Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale, que, naquela época, buscava a diversificação das atividades e assumiu a *joint-venture*³⁸ Mineração Rio do Norte S.A. (TRINDADE, 2001, p. 97), criando as bases para a expansão da empresa.

Uma das principais características desse tipo de agrupamento de empresas sócias em empreendimentos conjuntos (*joint-venture*) é a centralização da gestão em um grupo comum, parte de uma direção unificada, de modo a controlar a livre concorrência, não implicando a perda da identidade e individualidade das participantes como pessoas jurídicas independentes. Segundo Trindade (2001, p. 103) em casos de *joint-venture* como a MRN verifica-se, ainda:

[...] uma acirrada disputa interna, na medida em que os interesses dos sócios compradores (sistema “take or pay”) se localizam [...] na ponta da cadeia, a jusante, com o aproveitamento do alumínio secundário e a produção de ligas para uso em indústrias de ponta.

Nessa fase, a expansão da MRN foi estimulada pela entrada em funcionamento da redutora da Alcoa em São Luís do Maranhão. Trata-se da Alumar, para a qual a MRN passou a fornecer uma quantidade significativa de bauxita, com impacto no aumento da produção.

A terceira fase, implicou uma reestruturação produtiva a fim de aumentar a rentabilidade do capital para permitir à MRN melhores condições de disputar o mercado internacional. Basicamente, essa fase trouxe medidas que implicaram “um forte enxugamento de seu quadro de pessoal, por um amplo processo de racionalização produtiva e por modificações na sua estrutura acionária” (TRINDADE, 2001, p. 100).

Atualmente, segundo informações do sítio eletrônico da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI), a MRN é formada por oito acionistas principais:

³⁸ Negócio entre empresas transnacionais e grupos estatais ou privados de capital nacional.

Vale (40% das ações); South32, empresa resultante de uma cisão de ativos da anglo-australiana BHP Billiton em 2015 (14,8%); Rio Tinto (12%); Companhia Brasileira de Alumínio (10%); Alcoa Alumínio SA (8,58%); Alumina Mundial da Alcoa (5%); Hidro (5%); e Alcoa Awa Brasil Participações (4,62%)³⁹.

A fase atual, que envolve a expansão das atividades de mineração em direção aos territórios ocupados por 14 comunidades quilombolas, parece corresponder a um novo ciclo da empresa, que passa a se reestruturar com ênfase nos segmentos da gestão ambiental e social, incorporando procedimentos formais para o “desenvolvimento sustentável”. Na condição de segunda maior exportadora de bauxita do mundo, a expansão de atividades está gerando custos financeiros, ambientais e sociais, inclusive simbólicos no que concerne à imagem da MRN.

Neste contexto, a realização de procedimentos jurídico-administrativos ligados ao licenciamento das novas áreas que pretende explorar, nunca antes necessários, como veremos adiante, se combina com a institucionalização de procedimentos internos relativos, principalmente, à gestão ambiental e à gestão das relações comunitárias.

No que diz respeito à gestão ambiental, a MRN possui uma auditoria ambiental bem estruturada,⁴⁰ o que se reflete em uma série de posturas planejadas em prol da “sustentabilidade”. Internamente, essa auditoria se liga ao Sistema de Gestão Ambiental (SGA), importante na estrutura organizacional por permitir que a empresa avalie e controle os impactos ambientais de suas atividades, produtos ou serviços. Em seu sítio eletrônico, a empresa destaca esse “Sistema de Gestão Ambiental reconhecido internacionalmente que assegura [...] cada vez mais um desempenho correto”.⁴¹

Na fase atual, o SGA tem tido um papel fundamental por apresentar a “responsabilidade” do grupo empresarial perante as intensas negociações e cobranças sociais, evitando o marketing negativo da poluição e das práticas degradantes, oferecendo outro tipo de imagem, com preocupação social e ambiental. Essa estratégia é fundamental para lhe assegurar competitividade no páreo internacional das empresas “limpas”, o que afeta principalmente as exportações. No SGA se expressam a

³⁹ Disponível em: <<http://www.quilombo.org.br/mrn-maior-produtora-de-bauxita>>. Acesso em: 28 mar 2018.

⁴⁰ As auditorias podem ser voluntárias ou obrigatórias. Enquanto as primeiras não estão “sujeitas a intervenção do órgão público e, em geral, são de caráter sigiloso e confidencial”, as auditorias obrigatórias “são determinadas pelo poder público, auxiliam a fiscalização realizada pelo órgão ambiental e seus relatórios são divulgados à sociedade” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012 p. 525).

⁴¹ www.mrn.com.br/pt/-BR/Sobre-MRN/Paginas/Certificacoes.aspx
Acesso em 07 de agosto de 2017.

capacidade de produzir e organizar informações sobre o desempenho corporativo no setor ambiental, que são disponibilizados para investidores e pessoas físicas ou jurídicas.

No que se refere à gestão “social”, que envolve as relações com os grupos sociais que interagem cotidianamente com a empresa, ela conta principalmente com a Gerência de Relações Comunitárias, cujo nome já mudou ao longo dos anos, mas que continua responsável pelo acompanhamento das demandas das comunidades tradicionais existentes na área geográfica que recebe os impactos da mineração. Basicamente, esse setor se dedica a programas sociais desenvolvidos sobre os pilares: educação, saúde e segurança, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Esses pilares, no discurso da MRN, constituem-na como uma empresa “cidadã, que não limita seus compromissos aos fundamentos de ordem econômica, mas estimula e promove ações que contribuem para o bem estar das comunidades em que atua”⁴². Sobre eles estruturam-se programas que já conferiram à MRN certificados e prêmios, tanto no âmbito nacional quanto internacional, os quais revertem em vantagens no mercado. A esse respeito, destaca-se que os aspectos do trabalho empresarial associados questões de responsabilidade social e organização de ações para o desenvolvimento sustentável têm recebido crescente importância no setor minerário em geral, conforme aponta Trindade (2001, p. 19-20):

Várias empresas desse complexo mineral lograram premiações nacionais pelo sucesso no mercado, constituindo exemplos de qualidade e produtividade. E mesmo prêmios de preservação ambiental, um selo que representa valor concorrencial, apesar dos graves problemas de produção da bauxita [...] Trata-se, portanto, de uma integração complexa e que encontra sua própria regulação e racionalidades em função da concorrência. A incerteza enquanto um princípio absorvido pelos novos modelos em face de dinâmica de mercado, acaba sendo mais um dado a controlar e regulamentar.

Com efeito, a mineradora tem procurado se adequar a exigências para fazer jus a certificados nacionais e internacionais como a OHSAS 18001 e a ISO 14001. Enquanto a primeira envolve o compromisso e a fidelidade dos empregados para com a empresa, a segunda orienta muitos aspectos das políticas de licenciamento ambiental. Ambas constituem índices importantes para orientar o investimento dos oito acionistas

⁴² www.mrn.com.br/pt-BR/Sobre-MRN/Paginas/Politiclas.aspx
Acesso em 07 de agosto de 2017.

principais.⁴³ Assim, especialmente entre os funcionários de alto escalão, a preocupação em atender as certificações se expressa em discursos e ações rotineiras.

Nos programas voltados ao corpo funcional, a premissa declarada da empresa é a garantia da “qualidade, segurança e saúde” como o fator diferencial de fidelização do empregado efetivo. Suas ações nesse segmento garantiram-lhe o terceiro lugar no *ranking* de segurança no trabalho entre 60 mineradoras brasileiras, em 2011;⁴⁴ a certificação na norma OHSAS 18001 – Série de Especificação para avaliação da Segurança e da Saúde Ocupacional; e o selo “Great place to work”, que a reconheceu como uma das melhores empresas para se trabalhar, em 2017.

No que se refere à política ambiental, inclusive de licenciamento ambiental, a MRN informa, nos canais de comunicação empresarial, partir de duas premissas articuladas a uma concepção de desenvolvimento sustentável: a primeira, de que “não há desenvolvimento sem cidadania e sem qualidade de vida”, e outra de que “ser sustentável é levar desenvolvimento econômico sem esquecer-se da educação, da saúde, da segurança e do meio ambiente”. Com base nessas premissas, a empresa concentra grande parte de suas ações de responsabilidade social e ambiental no Programa de Educação Socioambiental (PES), que abarca parte das condicionantes relativas às licenças ambientais que possui.

O PES se compõe de vários projetos, organizados em quatro eixos, conforme figura 31.

⁴³ Vale do Rio Doce, BHP Billiton, Rio Tinto Alcan, CBA, Alcoa Alumínio SA, Alcoa World Alumina, Alcoa AWA Brasil Participações e HIDRO.

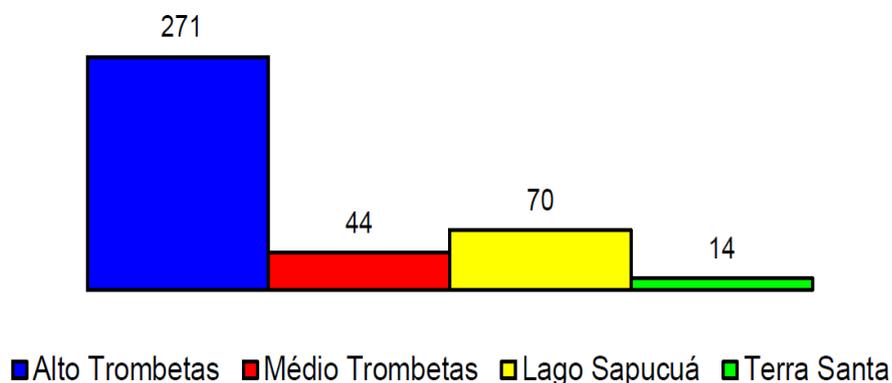
⁴⁴ Segundo pesquisa realizada pela revista *Minérios&Minerates*, publicada no Relatório 2016 disponível em: www.mrn.com.br/Informacoes/20Financeiras/BALANÇO_DOE_23.03.2017.PDF
Acesso em: 07 de agosto de 2017.

Eixo	Projeto
Educação, Cidadania e Cultura	Projeto Apoio a Educação Formal de Ribeirinhos, Inclusão Digital, Projeto Educação Ambiental e Patrimonial.
Segurança e Saúde	Projeto Quilombo, Construções de Microsistemas de água e Poços Artesianos manuais, Combate à Malária e Projeto Leme.
Sustentabilidade	Projeto Agricultura Familiar, Piscicultura, Manejo das Populações de Copaibas, Meliponicultura e Sistemas Agroflorestais.
Meio Ambiente	Projeto Pé de Pincha.

Figura 31: Eixos/projetos MRN
Fonte: ECQ Trombetas

A região de abrangência dos projetos engloba os territórios quilombolas do Alto Trombetas, entre os quais o Alto Trombetas II, mas também outras áreas afetadas pela mineração, inclusive nos municípios de Faro e Terra Santa, como mostra a figura 32, que ainda informa serem atendidas pelos projetos da empresa 271 famílias quilombolas no Alto Trombetas.

Famílias Beneficiárias dos Projetos da MRN Segundo a Região



Fonte: STCP. 2009.

Figura 32: Beneficiários dos projetos da MRN
Fonte: ECQ Trombetas

Dentre os quatro eixos de atuação do PES, a MRN prioriza o de Saúde e Segurança para a implantação de novos projetos (Figura 33), embora mais de 50% dos atendidos se declararem satisfeitos com os projetos nesse segmento (Figura 34).

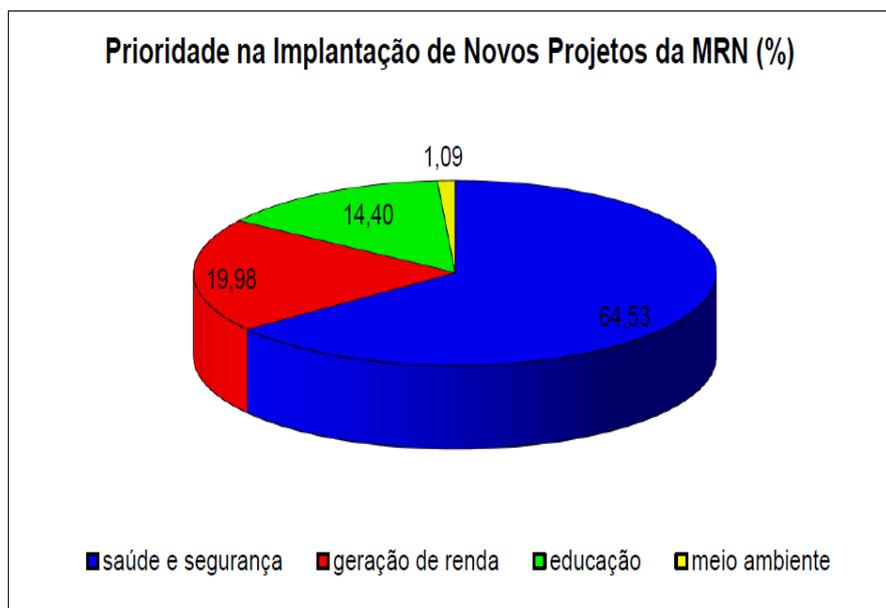
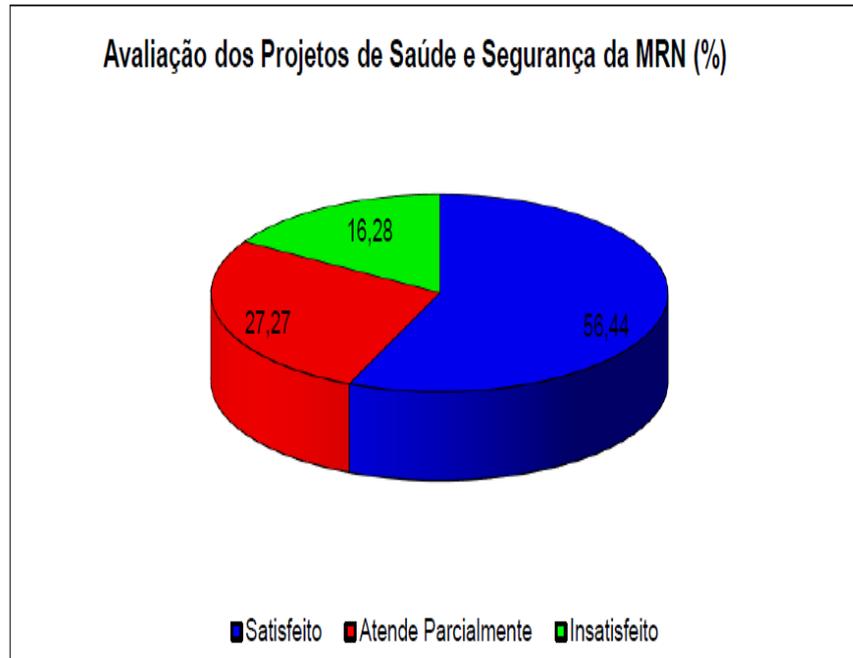


Figura 33: Prioridade na Implantação de Novos Projetos da MRN
Fonte: ECQ Trombetas



Fonte: STCP, 2009.

Figura 34: Avaliação dos Projetos de Saúde e Segurança da MRN - (2009)
Fonte: ECQ Trombetas

A proposta de priorização da saúde pela empresa vai ao encontro das expectativas e demandas das comunidades do TQ Alto Trombetas II, que se queixam das precárias condições de atendimento médico no município de Oriximiná. A propósito, há de se considerar que a distância das comunidades em relação à sede municipal obriga os necessitados a viagens de seis horas, em média, para acessar uma unidade básica ou o hospital público. Neste contexto, a infraestrutura e os serviços de saúde disponibilizados pela MRN em Porto Trombetas se tornam essenciais para a população quilombola, no que se refere aos cuidados regulares e emergências de saúde.

4.2 A ação da MRN no campo da saúde

A MRN mantém infraestrutura, programas, projetos e ações pontuais voltadas para a saúde, tanto dos seus empregados quanto das comunidades ribeirinhas e quilombolas da sua área de abrangência. Como já exposto, a maior parte dessas iniciativas atende a pré-requisitos legais relativos à segurança do trabalho e às licenças para operar na região (as condicionantes ambientais, no caso). Algumas, porém, são apresentadas como “liberalidades” da empresa, ou seja, não se trata de obrigações imputadas pela lei, mas de compromissos assumidos por decisão própria, com base no ideário de sustentabilidade e responsabilidade ambiental e social.

A seguir, serão comentadas as principais intervenções da MRN na área da saúde, das quais se servem as comunidades quilombolas do Alto Trombetas II, ainda que tais intervenções não tenham sido original ou exclusivamente projetadas para elas.

No primeiro subitem, serão apresentadas aquelas que têm por âmbito o universo da cidade-empresa e que se destinam principalmente aos seus empregados (e dependentes, moradores de Porto Trombetas): o Hospital de Porto Trombetas e as ações de saúde e segurança ocupacional.

No segundo subitem, serão abordadas as ações voltadas para as várias comunidades existentes no entorno da mineradora e, em especial, as comunidades quilombolas, que recebem ações exclusivas. Nessa esfera do “quilombo”, serão tratados, entre outros, os atendimentos realizados no Posto de Saúde da Feirinha, o projeto de controle da malária e, destacadamente, o Projeto Quilombo. Este, embora seja considerado o carro-chefe das ações de responsabilidade social e ambiental da empresa para com as comunidades quilombolas, foi alvo de críticas contumazes ao longo das

pesquisas de campo do ECQ, deflagrando o processo de revisão do modelo de saúde propiciado pela mineradora.

4.2.1 A saúde na cidade-empresa

Desde sua instalação em Porto Trombetas, no fim dos anos 1970, a Mineração Rio do Norte desenvolve ações no campo da saúde, que recobrem desde a prevenção até o tratamento de doenças. Desse modo, a então chamada “vila” de Porto Trombetas sempre contou com infraestrutura sanitária adequada para alojamento de seus funcionários, mas a sua urbanização só veio com um período de modernização no qual foram sendo erguidas as moradias, seguidas de uma nova infraestrutura de ensino, lazer e atenção à saúde para os funcionários, na qual se destacou um hospital construído em 1977.

Durante o período de implantação, a oferta de serviços se constituía de um hospital provisório e um ambulatório, contendo salas de cirurgia e parto, berçário, tratamento intensivo, dois gabinetes dentários, laboratório de análises clínicas e aparelho de raios X. Operava com 24 leitos e nele atuavam nove médicos, três dentistas, quatro enfermeiras, 12 auxiliares e três técnicos de enfermagem, operador de raios X, três técnicos laboratoriais e um bioquímico (VICENTIN; MINAYO, 2003, p. 1076).

Porém, segundo Vicentin e Minayo (2003), ainda na criação da “cidade da mineração”, a operacionalização do trabalho e a manutenção de níveis elevados de atividade da mão-de-obra criaram um ambiente propício à aglomeração de vetores de doenças endêmicas da região, destacadamente a malária, cuja prevenção, assim como a da febre amarela, era realizada pela Sucam, na época. Algumas medidas para a prevenção dessas doenças foram logo tomadas pela empresa, entre elas a drenagem pluvial céu aberto a fim de evitar a aglomeração de água e a consequente proliferação dos mosquitos transmissores, que pudessem comprometer grandes contingentes de trabalhadores e reduzir substancialmente a produção.

A lógica que norteava a organização de serviços de saúde da MRN era, então, a “da manutenção e reposição da força de trabalho”, de acordo com Vicentin e Minayo (2003). Para os autores, a empresa não mudou em nada a organização dos serviços e sua política de saúde até a inauguração de um “amplo e moderno hospital, peça principal e centro do sistema de saúde” construído em 1986 (VICENTIN; MINAYO, 2003, p.

1077). Único na região, esse hospital representaria um forte atrativo de trabalhadores para Porto Trombetas.

No mesmo sentido, na década de 1980, a MRN criou serviços de vigilância sanitária e vigilância epidemiológica. A vigilância sanitária assumiu as atividades anteriormente desenvolvidas pela Sucam, e seu principal eixo de atuação foi o controle e redução de vetores de doenças, especialmente os da malária e leishmaniose. Foi durante a fase de implantação dessa mudança que se deu a criação do “padrão epidemiológico” de Porto Trombetas, baseado em um “trabalho transitório, determinado segundo relações precárias de organização do espaço, do trabalho técnico, de respeito às normas de segurança e de provisão de recursos para a atenção à saúde” (VICENTIN; MINAYO, 2003, p. 1078).

Com isso, a malária tornou-se, em função de suas características epidemiológicas, “um instrumento adequado à apreciação do papel que alguns componentes da organização social do espaço e da política de saúde da MRN desempenharam no desenvolvimento do processo saúde doença da população de Porto Trombetas”. A mineradora precisava otimizar a produção, logo, precisava de mão-de-obra efetiva e ativa, e não podia se arriscar a não cumprir metas econômicas por possuir pessoal imobilizado em decorrência de doenças (VICENTIN; MINAYO, 2003).

Assim, Vicentin e Minayo (2003) demonstram que, em um primeiro momento a empresa organizou o espaço à sua volta: área de moradia, área industrial, área de lavra e as vias de transporte, o que dificultava o desenvolvimento de populações de mosquitos vetores e conseqüentemente a transmissão. Posteriormente, criou um mecanismo de controle sobre a entrada dos novos moradores em PTR, “realizando o diagnóstico e tratando previamente os indivíduos doentes de malária, antes de liberá-los para circulação” (VICENTIN; MINAYO, 2003, p. 1078).

Estas duas linhas de medidas preventivas de caráter médico e epidemiológico transformaram a vila residencial de Porto Trombetas numa ilha protegida contra a transmissão da doença, principalmente após 1985, não se registrando mais casos autóctones na vila [...] A frequência de casos anuais e o IPA (Índice Parasitário Anual) registrados nas populações da MRN e das empresas contratadas; em contraste com a verificada nos ribeirinhos (R), moradores das comunidades próximas, onde se registrou sempre número elevado de casos, no período de 1980-1988 (VICENTIN; MINAYO, 2003, p. 1078).

Os autores ainda indicam que os “vinculados diretamente à MRN e os das contratadas recebem a proteção do ambiente organizado”, pois a “vila da MRN é situada

em local elevado e conta com sistemas de drenagem natural e implantado, operando a céu aberto para favorecer sua limpeza e impedir acúmulo de água [...]” (VICENTIN; MINAYO, 2003, p. 1081). Esses mecanismos de controle, atrelados à “busca ativa de amostras de sangue dos novos moradores na chegada ao local” (VICENTIN; MINAYO, 2003, p. 1081) fizeram com que a vila chegasse à ausência de transmissão em seu interior a partir de 1985, registrando-se apenas casos importados. Na figura 35 pode-se contemplar a evolução da doença na década de 1980.

Incidência de malária e IPA registrados na população de Porto Trombetas/PA, segundo as categorias MRN, contratadas e ribeirinhos, 1980-1988.

Categorias Ano	MRN		Contratadas		Ribeirinhos	
	Casos	IPA	Casos	IPA	Casos	IPA
1980	17	0,38	7	0,88	17	4,58
1981	37	0,78	62	7,82	44	9,90
1982	11	0,23	4	0,86	83	16,11
1983	8	0,19	1	0,90	24	4,09
1984	10	0,22	13	1,06	12	1,81
1985	5	0,10	5	0,33	16	2,18
1986	6	0,13	13	0,81	11	1,75
1987	3	0,07	8	0,59	7	1,07
1988	6	0,13	12	0,57	17	2,48

Fonte: MRN – Ambulatório da Feirinha/Vigilância Epidemiológica.

Figura 35: Incidência de malária em Porto Trombetas
Fonte: VICENTIN; MINAYO (2003, p. 1078)

Porém, bastou uma grande enchente no rio Trombetas para haver intensa proliferação de anofelinos nas áreas invadidas pelas águas e provocar uma epidemia de malária na região, em 1999. A doença atingiu quase exclusivamente os ribeirinhos, enquanto apenas um caso foi registrado no interior da vila, atingindo um funcionário de empresa contratada, mas a situação foi suficiente para chamar atenção para ineficácia do controle exclusivo na vila, desconsiderando a população do entorno.⁴⁵

Os mecanismos de prevenção, controle e tratamento de doenças eram, de acordo com Vicentin e Minayo (2003), marcadamente conservadores. Como demonstraram os autores, as iniciativas da empresa mantiveram-se seguindo o mesmo objetivo de assegurar maior rendimento e qualidade nas atividades que eles desenvolvem, seja nas instalações em Porto Trombetas, seja nas áreas de mineração propriamente ditas, onde

⁴⁵ Nessa população, à qual Vicentin e Minayo (2003, p. 1079) se referem como “ribeirinhos”, a transmissão da malária era favorecida pela movimentação humana temporária, principalmente de catadores de castanha e garimpeiros, e pelo modo de viver em barrancas do rio e dos lagos, “em locais favoráveis à constituição dos criadouros de vetores”.

foram instalados um posto de enfermagem e um ambulatório central para atendimento médico, odontológico e de emergências.

Ao mesmo tempo em que adotou programas avançados no controle de determinadas doenças infecciosas e parasitárias e investiu na modernização da produção, no treinamento e em política ostensiva de combate aos acidentes de trabalho, mediante medidas educativas e estímulo permanente ao uso dos equipamentos de proteção individual (EPI), nas demais áreas de desenvolvimento do processo saúde-doença sua política foi conservadora, centrando sua ação na atividade curativa. Compreendeu a modernização na área apenas como a melhoria e a ampliação dos recursos para diagnóstico e tratamento (VICENTIN; MINAYO, 2003, p. 1079).

Com a adoção de normas e padrões nacionais e internacionais mais rigorosos no que tange à saúde e à qualidade de vida dos trabalhadores, associados a critérios de sustentabilidade ambiental e social, a partir dos anos 2000 a mineradora expandiu suas frentes de ação para cobrir outros aspectos da saúde do seu quadro de funcionários, bem como das comunidades do entorno, como será demonstrado mais adiante.

Atualmente, as frentes de trabalho da MRN dividem-se em programas e projetos que já lhe garantiram prêmios e reconhecimento nacional e internacional. Resumidamente, suas iniciativas no setor estruturam-se em duas vertentes principais: o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), restrito aos empregados diretos da empresa, e o Programa de Qualidade de Vida (PQV), que engloba três grandes projetos: o Ação & Bem-Estar, o Apto para a Vida. Apto para o Trabalho e o Começar de Novo.

No PCMSO são realizados diversos exames clínicos relacionados à função e aos riscos identificados nas tarefas profissionais, pelas quais cada exame deve ser ajustado, conforme o tipo de exposição ocupacional identificada. Também são feitos exames adicionais, visando à promoção à saúde, prevenindo o aumento de gordura no sangue, principalmente do colesterol e dos triglicerídeos, e alterações de glicemia.

O PCMSO abrange outras iniciativas da empresa relacionadas à saúde do trabalhador, como os programas de Conservação Auditiva, de Medicina do Viajante e de Gestão da Fadiga.⁴⁶ O Programa de Conservação Auditiva conta com profissionais especializados que inserem na rotina dos funcionários treinamentos, controles estatísticos e ações individualizadas. Já o Programa de Medicina do Viajante prioriza a avaliação prévia de situações de viagem dos funcionários, sejam nacionais ou internacionais, apresentando a eles recomendações associadas ao seu destino.

⁴⁶ Esses programas são descritos nos relatórios anuais da empresa disponíveis no site da MRN.

Há, ainda, o Programa de Gestão da Fadiga e os projetos Apto Para a Vida e Apto Para o Trabalho. De acordo com o balanço de 2017⁴⁷, esses projetos realizaram 293 avaliações na medicina do sono, sendo que 105 profissionais fizeram avaliações físicas e nutricionais, e outras 84 avaliações foram feitas com a clínica médica no Hospital de Porto Trombetas (HPTR) para empregados identificados com alteração na pressão arterial. O objetivo foi medir a capacidade funcional dos trabalhadores e sugerir propostas que melhorassem e potencializassem a produtividade, além de incutir nos empregados uma conduta de hábitos necessários ao bom resultado e ao sucesso pessoal no campo da saúde.

O Programa de Gestão da Fadiga, criado em 2009, foca na segurança no ambiente de trabalho, considerando os riscos das atividades desenvolvidas pelos profissionais, além de tratar problemas relacionados a desordens respiratórias durante o sono. Ele se volta, principalmente, para: operadores de equipamentos de mineração e de ferrovia; profissionais da geração de energia elétrica; trabalhadores em turno; empregados da empresa e seus familiares que apresentavam quadro clínico sugestivo de distúrbios do sono. O acompanhamento de suas ações é feito por uma equipe de odontologia treinada para avaliação e adaptação de aparelhos intra-orais usados no tratamento da apneia obstrutiva do sono, e acontece no Laboratório do Sono, instalado em dois leitos completamente equipados no HPTR. O tratamento, no programa, contempla ainda ações como: acompanhamento nutricional para adoção de dieta alimentar balanceada; visita à residência do profissional para checagem do ambiente de descanso, com orientação da família sobre o tema, e troca de colchões, se necessário.

O programa se estende para as áreas de lavra, onde foram colocadas lâmpadas com baixa emissão UV, que acendem toda vez que o freio de estacionamento é acionado, levando à inibição da produção de melatonina, que é relacionada à indução do sono. Lâmpadas de caminhões foram trocadas, e as salas de descanso foram substituídas por salas de Interação e Estímulo à Vigília. Do mesmo modo, as máquinas de pátio tiveram seus postos de comando adaptados aos profissionais, como forma de associar conforto à capacidade produtiva.

O programa foi tão bem-sucedido que foi premiado pela BHP Billiton (empresa acionista da MRN) no ano seguinte à sua criação, devido ao seu reconhecimento como melhor iniciativa nessa área entre todas as operações da empresa no mundo (Figura 36).

⁴⁷ Disponível em > http://www.mrn.com.br/Informaes/.20financeiras/BALANÇO_DOE_23.03.2017.pdf<
Acesso em: 20/02/2018.

Posteriormente, suas ações foram direcionadas para a escola Jonathas Athias, gerenciada pela Fundação Vale do Trombetas, “com o objetivo de levar informação e possibilitar aos professores a identificação de dificuldades de aprendizagem e comportamento relacionados aos distúrbios do sono”.



Figura 36: Prêmio de melhor projeto na área de saúde
Fonte: Sítio Eletrônico da MRN⁴⁸

Esse conjunto de iniciativas garantiu à MRN, pela segunda vez consecutiva, o reconhecimento como uma das melhores empresas para se trabalhar na Amazônia, ficando entre as 15 empresas de destaque em sete diferentes setores nos estados da região Norte.⁴⁹ Diante do resultado, o Diretor-Presidente da MRN, Guido Germani declarou que:

O que torna uma empresa grande, antes de tudo, é a extrema relevância positiva para as pessoas, dentro da sua própria região de atuação. Em 2017, a empresa contou com o empenho de mais de 1400 colaboradores diretos, sendo quase 88% deles originários do Norte, o que reflete o nosso compromisso em valorizar e desenvolver a mão de obra da região.⁵⁰

Na mesma linha de pensamento, o Gerente de Recursos Humanos, Almir Moreira conta que:

⁴⁸ Disponível em: ><http://www.mrn.com.br/paginas/pt/sobre-a-mrn/premios.html><. Acesso em 05/01/2019.

⁴⁹ O ranking final das empresas pode ser acessado na Revista PIM AMAZÔNIA, n. 106, publicada pela Editora Balponte.

⁵⁰ Disponível em ><http://www.mrn.com.br/paginas/pt/comunicacao/noticias/mrn-e-reconhecida-como-uma-das-melhores-empresas-para-trabalhar-na-amazonia.html><. Acesso em: 22/12/2018.

Os programas disponibilizados na empresa inspiram as pessoas a buscar a qualidade de vida e saúde, a se empenhar pela sua qualificação profissional e a sentir orgulho por trabalhar em uma empresa comprometida com o respeito pelo meio ambiente e focada no desenvolvimento das comunidades locais.

Todas as ações empreendidas, segundo o sítio eletrônico da MRN, são constantemente renovadas com o intuito de proporcionar “novas formas de levar saúde ao corpo profissional”, que, por consequência, entende-se a “alguns dos [...] programas às famílias dos nossos empregados e à comunidade de Porto Trombetas”. Pois a empresa considera, na abordagem à saúde de seus empregados, fatores biológicos, psicológicos e socioculturais.

Além desses programas, os funcionários da MRN contam com os serviços prestados no Hospital de Porto Trombetas (HPTR), modernizado desde sua implantação (Figura 37). Administrado pela empresa Pró-Saúde desde 1997, em um sistema de gestão participativa entre a Mineração Rio do Norte e a empresa contratada, ele possui 22 leitos e oferece atendimento médico-hospitalar e ambulatorial de urgência e emergência. Seu Pronto Atendimento funciona 24 horas por dia.



Figura 37: Hospital de Porto Trombetas
Fonte: ECQ

O corpo clínico do hospital possui especialistas em pediatria, ginecologia e obstetrícia, ortopedia e traumatologia, cirurgia geral, medicina do trabalho,

anestesiologia, neurologia, dermatologia, urologia, clínica médica, cardiologia, otorrinolaringologia, oftalmologia, medicina do sono e psiquiatria. Além disso, o hospital também apresenta atendimentos nas áreas de odontologia, fisioterapia, nutrição, ortoptia, fonoaudiologia e psicologia.

Seu Laboratório de Análises Clínicas possui certificação externa de qualidade, com capacidade de realização de exames complementares de urgência e rotina superior a 70 mil exames por ano. São exames de ultrassonografia, endoscopia, radiologia, espirometria, campimetria, tonometria, audiometria, eletroencefalografia e mapeamento cerebral, eletrocardiografia, Holter, MAPA, teste ergométrico, ecocardiograma e polissonografia.

O Centro Cirúrgico dispõe de salas dotadas de equipamentos modernos para realização de cirurgia de vídeo-laparoscopia e vídeo-artroscopia, inclusive de ombro e cotovelo, além de joelho. O Centro de Tratamento Intermediário conta com equipamentos que garantem a manutenção da vida do paciente até a sua transferência para um centro de referência.

4.2.2 A saúde nas comunidades quilombolas

Neste item apresento as ações de saúde que a MRN destina às comunidades do entorno do empreendimento, com especial atenção àquelas que se desenvolvem nas ou para as comunidades quilombolas. Assim, englobo tanto as ações desenvolvidas *in loco* quanto aquelas que se realizam em Porto Trombetas ou até mesmo em outras localidades, mas que são dirigidas exclusiva ou principalmente para os quilombolas.

Antes de apresentá-las, porém, vale destacar a precariedade da infraestrutura sanitária e de equipamentos de saúde de que as referidas comunidades dispõem. No caso do TQ Alto Trombetas II, as oito comunidades são servidas por água diretamente retirada do rio Trombetas e dos seus lagos e igarapés, à qual o único tratamento aplicado é o hipoclorito. Em todas elas predominam valas para dejetos, embora algumas construções possuam fossas. Nenhuma comunidade possui posto de saúde. Apenas duas recebem Agentes Comunitários de Saúde (ACS)⁵¹ contratados pela Prefeitura de Oriximiná, que dão orientações às famílias e fazem atendimentos preventivos em

⁵¹ O município de Oriximiná tem ACS em atividade há mais de 10 anos, trabalhando com base na “prevenção, informação, do pré-natal, a prevenção das doenças transmissíveis, a questão do peso [da criança], do bolsa família, também hipertensos, os diabéticos”, como explicou um ACS do TQ Alto Trombetas II. Todavia, eles não são suficientes para suprir as necessidades das muitas comunidades ribeirinhas e quilombolas no município.

algumas localidades, com regularidade variável. O hospital público mais próximo fica na cidade de Oriximiná, e, como atesta o ECQ (p. 37), “chegar até ele exige do doente deslocamentos de até mais de 12 horas, dependendo da comunidade em que o mesmo reside e do meio de transporte disponível”.

Nessas condições, e considerando o amplo legado de conhecimentos tradicionais que detêm, os quilombolas tendem a preferir estratégias caseiras para lidar com mal-estar e doenças consideradas simples e mais costumeiras como febre, diarreia, gripe, coceiras e dores no corpo. Entre tais estratégias, que não são poucas, destaca-se, conforme o ECQ (p. 37), o uso de “ervas e cascas extraídas do mato ou do quintal de casa, conforme os conhecimentos tradicionais da população local”.

A propósito, durante as atividades de campo no ECQ, ficou evidente que muitos moradores sabem identificar as plantas e explicar para quais casos elas são indicadas. A propósito, foi comum encontrar, na frente ou atrás das residências, pequenos jardins, hortas ou canteiros cheios de plantas medicinais com as quais preparam chás, garrafadas, infusões, unguentos, banhos e defumações utilizadas em tratamentos cotidianos, cuja aplicação é amplamente difundida nas comunidades. Com efeito, grande parte das pessoas que adoecem não chegam a sair de casa para se tratar, ou, pelo menos, do território quilombola, onde recorrem a especialistas locais.

Esses especialistas, embora sejam poucos, são muito conhecidos e respeitados entre os quilombolas. São parteiras, benzedoras e benzedores, curadores, “puxadores” e “consertadores”, boa parte deles residentes na comunidade de Curuçá. Geralmente, essas pessoas são mais velhas e consideradas dotadas de saberes e qualidades especiais, como é o caso de parteiras que “puxam” a barriga de grávidas e dos “consertadores” que puxam luxações, “desmentiduras”, “mãe do corpo”, “espinhela caída” entre outros males que “atacam” o corpo.⁵²

Nesse cenário, o recurso ao sistema oficial de saúde só acontece em casos graves ou quando as estratégias caseiras de tratamento se esgotam ou são sabidamente ineficazes. É então que as ações de prevenção e tratamento de doenças desenvolvidas pela MRN se insinuam na vida cotidiana dos quilombolas, passando a constar entre as estratégias comunitárias de saúde.

A primeira iniciativa da mineradora em relação à saúde das comunidades, quilombolas localizadas no seu entorno, foi a realização de um cadastramento de

⁵² Neste trabalho não nos deteremos em mapear as doenças, as terapias ou os agentes especialistas no assunto.

moradores de Boa Vista com vistas a lhes dar acesso ao Hospital de Porto Trombetas. Dentre as comunidades quilombolas, Boa Vista é a mais próxima da “cidade da mineração” e a única, das redondezas, que tem um território titulado (em 1995).⁵³ É também, aquela que há mais tempo sofre os impactos da mineração, devido à localização dos platôs que vêm sendo explorados. É, ainda, a principal fornecedora de mão-de-obra aos cargos de baixo escalão na mineradora.⁵⁴ Neste sentido, ela tem recebido da MRN jus a uma série de políticas diferenciadas.

Lá no Boa Vista, [...] ela [a MRN] fez um cadastro que está servindo até hoje ao pessoal: consulta, exame, antigamente fazia cirurgia, arrancava dente. Hoje em dia é só consulta e olhe, olhe. O pessoal de fora, como daqui do Erepecu, não teve o direito de cadastrar: Palhal, Jamari, Juquirizinho, Juquiri Grande, Curuçá, Mãe Domingas, essas não tiveram direito porque estavam mais distantes; só os que moravam no Batata e no Boa Vista. (ECQ, p. 395).

O referido cadastramento de moradores foi realizado no início das operações do setor voltado para as relações comunitárias da empresa, em meados dos anos 1980. Nas palavras do atual gerente de Relações Comunitárias, trata-se de “cadastro médico” para que os médicos do HPTR tenham à sua disposição tanto o histórico de saúde quanto outras informações pessoais do paciente. Nas palavras do gerente, “ele surge com o intuito de disciplinar [...], porque não tinha um controle e gerava desordem e confusão para a gestão da MRN”. Assim, o cadastro “veio, pois se [precisou] disciplinar esse processo”.

Junto com o cadastro, vieram outras vantagens para os moradores de Boa Vista, como a permissão de trânsito na “cidade da mineração”. Porém, foi especialmente no campo da educação, somado ao da saúde, que a distinção entre ela e as demais comunidades quilombolas da região aumentou, conforme expõe Wanderley (2009, p. 150):

Com a construção da escola na comunidade, os alunos do ensino fundamental básico (até 4ª série) passaram a estudar na própria Boa Vista. A partir da 5.ª série, consoante os requisitos da MRN, os cadastrados passavam a frequentar a Escola Professor Jonathas Pontes Athias em Porto Trombetas, administrada, até meados da década de 1990, pelo Sistema Pitágoras de Ensino. [...] Ainda que seja uma questão problemática, a empresa acabou

⁵³ Segundo Silvano Silva Santos, ex-coordenador financeiro da ARQMO, a titulação de Boa Vista, antes de todas as outras áreas, se deu em função do risco que a comunidade sofreu de perder o território e a autonomia após a criação de Porto Trombetas. Em sua opinião, em pouco tempo a comunidade poderia desaparecer.

⁵⁴ No ECQ, quilombolas usaram o termo *encostada* para se referir à situação de Boa Vista em relação a PTR. O sentido do termo ultrapassa o de proximidade territorial para indicar que Boa Vista figura como uma periferia de Porto Trombetas, passando por uma transformação significativa em sua organização espacial e sociocultural desde a chegada da mineradora (WANDERLEY, 2009).

substituindo a função do Estado em serviços como saúde e educação, e até mesmo financiando bolsas para alunos que conseguiram chegar à Universidade.

Nas pesquisas do ECQ ficou clara a associação do cadastro com o acesso a serviços de melhor qualidade em PTR, beneficiando os moradores de Boa Vista em detrimento de centenas de famílias quilombolas, como fica claro na fala de uma professora do Moura:

Meus alunos reclamam muito, porque Boa Vista tem todo um amparo da Mineração... Dá merenda para lá, dá transporte para lá... eles têm ajuda da Prefeitura, mas a Mineração ainda contribui com algumas partes, enquanto aqui no Moura não tem... Por que o pessoal do Boa Vista tem acesso ao Pitágoras? [colégio]. Aqui no Moura não. Só do Boa Vista...Então, tem essa questão, aí está o processo social de exclusão. Por que não tem aqui para o Moura, só Boa Vista? Por que só eles têm o direito de frequentar o Pitágoras? E o Moura não? (Informação verbal, ECQ, p. 197).

Após três décadas, o próprio acesso aos postos de trabalho criados pela MRN foi facilitado aos cadastrados, que estudaram no colégio de Porto Trombetas e depois se integraram a cooperativas de trabalho que prestam serviços à MRN,⁵⁵ as quais se tornaram verdadeiras “portas de entrada” na mineração. Segundo Rodrigo Fernandes, “uma vez lá dentro se conhece o trabalho de todos, tem acesso à cidade, tem a carteirinha, eles fazem cadastro e tu tens acesso a exames clínicos, radiometria, menos a odontologia, só os funcionários mesmo” (Informação Verbal). Assim, o dito cadastro, que visava originalmente melhorar a gestão dos atendimentos de saúde em Porto Trombetas, acabou selecionando as pessoas que podem estudar, trabalhar, ir ao médico, aos bancos, ao supermercado, enfim, usufruir da estrutura da cidade ou até mesmo simplesmente entrar nela.

Em suma, o cadastro diferenciou os quilombolas entre si, fazendo com que não residentes em Boa Vista se sintam como o “pessoal de fora”. Para Rosa Acevedo (2004, p. 6) a “carteirinha” concedida a alguns cadastrados pela empresa, “tem mais a forma de um passaporte étnico, tornando antigos moradores em estrangeiros nas terras e espaços do empreendimento”, gerando mal estar e sentimentos de exclusão, desconsideração e conflitos entre os territórios quilombolas que são tratados diferentemente pela empresa.

⁵⁵ Duas cooperativas quilombolas, uma da comunidade Boa Vista e outra do Moura, respectivamente Cooperboa e Coopermoura, foram criadas com auxílio da MRN na fase que Trindade (2001) chamou de “reestruturação produtiva”.

Na visão dos quilombolas do Alto Trombetas II, tudo que Boa Vista pedia era prontamente atendido pela mineradora. Até hoje, segundo eles, mesmo com mais restrições feitas pela empresa, essa postura ainda orienta uma atenção especial àquela comunidade, via doações de material para construção e implantação de projetos econômicos.

Foram, e ainda são, várias as demandas dirigidas à empresa quanto à abertura do cadastro para novos membros, quilombolas de outras comunidades que não Boa Vista. Como resultado, a MRN abriu essa prerrogativa aos moradores da comunidade Moura, a segunda mais próxima do empreendimento. Segundo um morador local, entrevistado no ECQ, devido à proximidade e aos impactos das atividades da mineração em suas vidas, mais pessoas deveriam ter direito a esse cadastro. Embora, como vimos, ele venha servindo como chave de acesso a diferentes vantagens, o principal objetivo do cadastramento, é o acesso ao hospital. Esse é, de fato, um ponto crítico para todos os indivíduos consultados no ECQ, e foi assim resumido por um quilombola do Moura: “A gente está morrendo, tem um hospital ali, eu vou morrer aqui porque não posso ir lá? Não, eu vou lá, ainda que eu morra lá na porta, mas eu vou lá” (ECQ, p. 201).

Nesse contexto, o tal cadastro veio a constituir objeto de estratégias familiares, já que o parentesco direto com moradores de Boa Vista e Moura pode dar o direito de se tornar um cadastrado. Para ilustrar a situação, Rosiane Siqueira explica como conseguiu o seu cadastro, sendo moradora do Juquirizinho: “Meus irmãos todos são cadastrados os filhos deles são também. Os meus não são porque eu ainda não levei para cadastrar. Consegui pela minha mãe. A minha mãe morava no Moura, por lá ela é cadastrada, aí nós somos cadastrados” (ECQ, p. 237).

Segundo funcionário da Gerência de Relações Comunitárias, também “aconteceram várias cognações para acesso ao cadastro”, mediante casamentos de moradores do Boa Vista com os de outras comunidades. Isso contribuiu, segundo ele, para um crescimento descontrolado no número de cadastrados. Conforme explicou, em 2014 o Moura tinha 188 famílias residentes, com uma média de 5,2 membros por família, o que daria um total de 614 habitantes; porém, contabilizava 780 pessoas cadastradas. Em Boa Vista e Água Fria (outra comunidade), um total de 147 famílias, que em tese corresponderiam a 765 moradores, havia 1.477 pessoas cadastradas. O mesmo ocorreu com comunidades no entorno do lago do Batata, onde o número de cadastrados ultrapassou em 100 o total de moradores. Assim, segundo o representante

da MRN, somando-se todos os cadastrados e projetando-os sobre a população das comunidades, há cerca de mil cadastros excedentes.

Tal discrepância nos números se agrava pelo fato de que o cadastro não é atualizado há muito tempo. Entre os próprios quilombolas há relatos de que boa parte da população cadastrada já faleceu ou não mora mais nas comunidades. A própria gerência da MRN reconhece tal fato, quando diz que “tem gente morando em Manaus e é cadastrado, gente morando em Oriximiná e é cadastrado, gente que se separou e é cadastrado” (Informação Verbal).

Há, ainda, muitas dúvidas em relação às regras para cadastramento, sobretudo nas comunidades mais distantes no centro urbano de Porto Trombetas. Inicialmente, o cadastro integrou os agregados das famílias, mas, com o passar dos anos, as regras foram se alterando em função da crescente demanda, até que passou a considerar apenas os parentes consanguíneos. Muitas pessoas interessadas, contudo, não acompanharam as mudanças. Por exemplo, quando questionada sobre o assunto, uma moradora do Juquirizinho informou acreditar que o matrimônio com pessoas cadastradas garantisse a extensão do serviço de saúde para os cônjuges, e que se surpreendeu ao saber que o benefício só alcança os filhos do casal: “Tem que ter um marido cadastrado, casar com o marido para poder ele cadastrar a mulher, e a mulher ir cadastrando os filhos” (ECQ, p. 237). Outra quilombola declarou:

Eu tenho direito, eu sei, mas foi preciso eu fazer “contrato”, meu marido entregar lá [cadastrar]. E eu sou cadastrada com nome de nora, vinculado ao cadastro da minha sogra. Depois de um tempo, eu acho que já pode sair da ‘nora’ e ter seu próprio cadastro. Mas só pode assim: olha, meu filho, que não é filho dele [do marido atual] teve direito ao cadastro porque é meu filho e está morando com a gente. Ele teve, mas outras pessoas que vêm oriundas não têm direito (Informação verbal, ECQ, p. 200).

Diante da confusão relativa ao cadastro, discrepante no tratamento conferido a quilombolas de diferentes comunidades, defasado quanto à dinâmica populacional e desatualizado no que tange aos dados pessoais dos beneficiários, os quilombolas do TQ Alto Trombetas II requerem um cadastro que os contemple, ou a abolição do cadastro e a liberação automática de acesso ao HPTR para todos os moradores do território.

A minha avó é cadastrada, porque o pai dela era do Moura. Pelo cadastro dela é que nós somos [atendidos], mas a maioria daqui não é cadastrado. Quando é prioridade, eles atendem; quando é emergência não tem tanta dificuldade. Mas quando é um caso simples, sempre eles põem dificuldade (Informação verbal, ECQ, p. 334).

A Gerência de Relações Comunitárias da MRN se defende, argumentando:

Já tem cadastrados no Jamari, no Mãe Cué [Alto Trombetas I], no Curuçá, em uma série de comunidades. A gente tem 2.886 pessoas no Alto Trombetas, mas a gente tem 2.715 cadastros, se a gente está defasado é uns 150. Lá no início tem os titulares do cadastro, se eu consigo evidenciar que aquele bisneto tem conexão com o patriarca ou a matriarca, porque às vezes tem titulares mulheres, obviamente eu cadastro. Eu vou precisar da certidão de nascimento, geralmente eu preciso de 3 certificações porque vai conectando até chegar no avô, aí evidencia e faz o cadastro. Essa semana eu cadastrei duas crianças, eu nunca paro de cadastrar. Só que eu tô cadastrando os bisnetos e não os agregados. Imagina eu parar tudo, eu tenho que fazer um censo pra instituir o cadastro (Em entrevista, Porto Trombetas, julho de 2017).

As queixas se intensificam quanto à exigência de cadastro para atendimento de portadores de enfermidades que demandam cuidados continuados, como gestantes, hipertensos e diabéticos. A frustração dos quilombolas, nesses casos, é que os pacientes não cadastrados são encaminhados para as cidades de Oriximiná e Santarém, mesmo estando próximos a um hospital de alta qualidade em PTR. Como se ouviu no ECQ (p. 429), “se ela [MRN] puder ficar, ela fica; se não puder, já despacha logo, manda para outro lugar. Aí, não adianta nada esse cadastro de lá, porque não pode ficar por muito tempo”.

O mesmo acontece a quem recebe pronto atendimento no HPTR. Para urgências e emergências médicas não se exige o cadastro, e o atendimento, assegurado a qualquer paciente, é considerado bastante satisfatório pelos quilombolas que já o utilizaram. No entanto, para dar continuidade ao tratamento, caso a situação o requeira, a inexistência do cadastro implica a transferência do paciente para o Hospital Municipal de Oriximiná,⁵⁶ de onde pode ser direcionado para o Hospital Regional de Santarém, dependendo da gravidade do caso.

Apesar de a transferência ser custeada pela própria MNR, os quilombolas alegam a dificuldade dos membros da família de acompanharem o enfermo e permanecerem na cidade, sobretudo por privações econômicas, as quais muitas vezes os obrigam a desistir da “missão” ou mesmo a dormir acampados em barcos, de favor ou trocando estadia por gasolina. Com um forte relato que revela o sentimento de desconsideração, uma moradora da comunidade Último Quilombo descreveu todas as dificuldades implicadas na trajetória de quem busca atendimento médico fora da região.

⁵⁶ Na cidade há também o Hospital e Maternidade São Domingos Sávio, uma espécie de “Centro de Saúde, com funcionamento assistemático como unidade avançada da Universidade Federal Fluminense, para treinamento de seus alunos” (MINAYO; VICENTIN, 2003, p. 1071). A ele recorrem principalmente as quilombolas gestantes.

Ano passado eu fui praticamente quase morta daqui... Me apareceu um problema, dizendo eles que era do coração. Cheguei lá eles me acudiram... quando o negócio melhorou um pouco, eles me encaminharam pra Oriximiná para ver um negócio de cardiologista. Aí, quando foi esse ano, era uma tia minha que morava comigo, tia e mãe que ajudou me criar. Já estava velhinha, com 94 anos, apareceu um problema, levei para lá, eles fizeram o que eles puderam, depois eles me chamaram, disseram que o caso dela estava ruim. Mas, mesmo assim, encaminharam ela para Oriximiná. Foi o médico e uma enfermeira acompanhando. Não tinha mais jeito, com quatro dias que nós estávamos lá ela morreu [...]. A doutora [dizia]: “Dona Luzia, se sua mãe ficar aqui, ela vai morrer”. [Eu respondia] “Doutora, me desculpe, mas se ela vai morrer, vai morrer em qualquer canto; se a senhora estivesse me dando uma certeza que eu fosse levar ela para Santarém, ela ia melhorar, ela ia aguentar o tratamento, aí eu ia. Mas a senhora está dizendo que não vai meter ela no aparelho porque ela não vai aguentar, então deixa eu ficar parando por aqui” (Informação verbal, ECQ, p. 272).

Com todas as dificuldades de se deslocar e permanecer na cidade, seja de Oriximiná ou de Santarém, que é ainda mais inacessível, o HPTR continua sendo o recurso preferencial dos quilombolas do TQ Alto Trombetas II, mesmo com todas as restrições relativas ao cadastro. Apesar das complicações, a qualidade do serviço na “cidade da mineração” é considerada mais alta, e a iniciativa da mineradora, mesmo com todos os problemas do cadastro, tem levado líderes quilombolas a afirmarem que “a Mineração está fazendo mais coisa que a prefeitura”, como avalia uma moradora da comunidade Palhal,

[...] eu entendo assim, uma outra parte. Não cobrar tanto da Mineração, porque a gente sabe que ela é uma empresa privada, [o atendimento] é para funcionário, não é do público. Eles já abrem uma exceção, assim, quando tu vais morrendo, porque eles não vão deixar tu morrer. Mas, ela já ajudou muito também, teve gente que ela já mandou para Belém, São Paulo, e que não era funcionário, então, eu penso assim, em certas coisas ela já ajudou muito nessa parte dedoença. Porque, aonde que um de nós vai ter condição de fretar um avião para mandar um curumim desse doente para Belém, São Paulo, para onde quer que seja? Que eu saiba, ela tem obrigação com os funcionários, mas eles abrem uma exceção que garante, que sendo emergência, eles atendem, até na emergência (Informação verbal, ECQ, p. 373).

Contudo, outros relatos enfatizam que o cadastro não é, necessariamente, garantia de bom atendimento no HPTR:

Um dia eu levei o meu filho que estava com vômito e diarreia. A doutora de plantão só fez olhar e deu uma receita. Disse que foi alguma coisa que ele comeu, mas não fez um exame de nada. Passou mais uma semana, ele continuou ruim e eu levei de novo lá. Aí que ela pediu um exame de sangue e bateu um raio-x e viram que ele estava com bronquite, início de pneumonia e ela foi fazer o tratamento. Quando as pessoas estão quase morrendo que eles atendem. Na saúde não é para ser tratado assim. (Informação verbal, ECQ, p. 234).

Há, também, problemas relativos à exequibilidade do tratamento médico, inclusive por fatores que transcendem o próprio hospital. Com frequência, as privações financeiras impedem os cuidados recomendados, como diz uma jovem moradora da comunidade de Curuçá, onde há poucos indivíduos cadastrados pela MRN:

A gente vai lá [no hospital]. Quando eles não atendem, a gente vem para casa cuidar, que não tem recurso para a gente estar parado. A gente vai lá, eles olham a gente, aí passa uma receita para tu comprares, tu não tens o dinheiro e vens para casa fazer remédio caseiro (Informação verbal, ECQ, p. 335).

Como se depreende do depoimento, as múltiplas carências e dificuldades associadas à ausência de serviços públicos de saúde satisfatórias incrementam a manutenção de práticas tradicionais de saúde conjugadas aos tratamentos biomédicos oferecidos no HPTR, ou mesmo em substituição a eles. Porém, como essas práticas não eliminam a necessidade de serviços básicos, as comunidades quilombolas se veem obrigadas a articular formas de alcançar o HPTR e de, igualmente, permanecer na “cidade da mineração”.

A fim de diminuir a pressão sobre o hospital, que logo após sua criação passou a atrair aqueles que dependiam de serviços regulares de controle de diabetes e hipertensão, ou de acompanhamento pré-natal, entre outros, a Mineração Rio do Norte instalou, ainda na década de 1980, um ambulatório para disponibilizar serviços de saúde aos habitantes de comunidades do entorno da mineração. Devido à sua localização estratégica no centro comercial que fica a poucos metros do porto fluvial, precisamente em frente a uma pequena feira de produtos agrícolas (figura 38), motivo pelo qual passou a ser conhecido como Posto da Feirinha (figura 39).



Figura 38: Ferinha, Porto Trombetas
Fonte: Acervo da autora



Figura 39: Posto da Feirinha
Fonte: Acervo da autora

Por estar fora dos limites da vila residencial, dispensando a necessidade de autorização de entrada em Porto Trombetas, o ambulatório se fez acessível às comunidades locais e passou a cumprir um papel importante diante das demandas de atendimento médico na região de Trombetas. Oferecendo consultas com pediatra, ginecologista, otorrinolaringologista, ortopedista e dentista, absorveu, de fato, muitas demandas. Porém, não chegou efetivamente a “reduzir [a] pressão sobre o ambulatório e os demais serviços contidos no hospital” (VICENTIN; MINAYO, 2003, p. 1077), que continuam, como já demonstrado, sendo especialmente visados pelas comunidades quilombolas.

Um dos problemas, segundo uma moradora do Curuça, é que o Posto da Feirinha oferece um número muito limitado de atendimentos.

O atendimento no ginecologista era só sexta feira de manhã, e muitas pessoas não conseguiam marcar as consultas... Chegavam e já estava cheio. E eles mudaram para terça feira de manhã e de tarde, aí já tem mais espaço, atendimento, mais vagas. Mas os outros médicos não, só mudaram o ginecologista e o pediatra. [Para marcar é] dia 30 a partir das 14 horas, e agora só quem pode marcar é a própria pessoa. Se for o caso de emergência e tu não puderes vir, eles marcam com os médicos que estão na escala. É pediatra, ginecologista, médico de ouvido, médico de osso. Dia de quarta tem que chegar cedo para pegar a ficha. Os outros médicos, tem que agendar. O dentista só tá tendo esse mês de maio, só esse mês. No outro mês ele vai para a escola ou para mina, não sei qual dos dois, depois volta. É um mês em cada lugar desses. Antes não tinha dentista, mas isso era pauta nossa. Com as negociações eles disseram que podiam colocar o dentista móvel. Ele passa um tempo aqui, um tempo na mina e outro na escola... Na escola da Mineração, no caso. (Em entrevista, Porto Trombetas, maio de 2018).

Além da dificuldade de agendar consultas, faltam exames e, quando um caso requer investigação, esbarra-se nas restrições associadas ao cadastro:

Consulta, a gente pejeja para conseguir uma. Passam dois, três meses, às vezes, até ano. Quando a gente vai, o médico só faz olhar, não faz exame, é muito difícil, só quando tem alguém que conhece eles lá, pede um apoio, aí eles ajudam. E quem não é cadastrado, eles dizem que não tem direito de atendimento, só na emergência. Se precisar fazer um exame, tem que ir pra Oriximiná, se tu vais doente, eles mandam para Santarém ou então pra Oriximiná, dizem que só cadastrados [são atendidos lá]. (Informação verbal ECQ, p. 333).

Para os pacientes que têm cadastro no HPTR, o ambulatório pode solicitar exames no próprio hospital. Nesse caso, faz-se um encaminhamento específico:

A consulta marca aqui. As consultas são aqui, só vai lá pra cima quando para exame ou ultrassom, raios-X, o exame de laboratório é tudo por lá, agora a consulta de rotina é aqui embaixo. A gente pega uma ficha e aguarda às vezes, tem várias pessoas e tem que aguardar. Apresenta a solicitação do médico e apresenta e eles dão as fichas, a solicitação é dada no dia do exame,

porque o médico pede. No dia que é marcado, é para coletar o exame e tem que marcar no laboratório. Agora é das 7 às 8 da manhã a coleta de sangue e urina, o agendamento é a partir das 8. O atendimento vai até meio dia no posto, das 14 às 17. Lá em cima a emergência é direta, mas laboratório tem horário (Em entrevista, Porto Trombetas, maio de 2018).

Além dos atendimentos centralizados em Porto Trombetas, a MRN, por intermédio de sua Gerência de Reações Comunitárias, realiza um conjunto de projetos visando à saúde nas próprias comunidades do seu entorno, nos municípios de Oriximiná, Faro e Terra Santa.

O primeiro deles, intitulado Projeto de Combate à Malária, foi criado em 2000 visando ao combate dessa doença. Ele foi concebido após o já mencionado surto da doença, ocorrido em 1999, quando a empresa finalmente entendeu que os vetores precisavam ser erradicados do entorno do empreendimento e não somente do interior das áreas ocupadas por seus funcionários.

Assim, naquele mesmo ano, a MRN criou o, responsável por uma redução significativa no número de casos da doença na região como um todo. Segundo as informações contidas no site da MRN, atualmente são vinte e uma comunidades atendidas com uma série de ações preventivas, promovidas a cada quatro meses, considerando os períodos de maior propagação do mosquito do gênero *Anopheles* que transmite a infecção. Elas consistem em: realização de pulverizações intradomiciliares nas paredes das casas e em locais úmidos e escuros; termonebulização (fumacê), como pode ser observado na figura 40; e distribuição de panfletos informativos sobre as formas de prevenção da doença.



Figura 40: Fumacê do Projeto de Combate à Malária
Fonte: Site da MRN

No passado, as borrifações eram feitas pela Sucam, segundo Deuzilene Salgado, moradora da comunidade Curuçá:

Ah isso aí foi um pessoal da Sucam, que a gente chamava. Eles andavam nas comunidades no período da cheia, eles andam fiscalizando, fazendo exames. Quando dá bem a febre, eles andavam direto [...]. Mesmo que a gente não sentisse nada e não quisesse fazer [a borrifação], eles faziam. Eu fiz e eles passaram o medicamento, tomei só o remédio da malária mesmo (Em entrevista, Porto Trombetas, maio de 2018).

Segundo ela, os casos de malária eram muito numerosos, mas foram controlados pelas iniciativas existentes.

Antes dava muito, pessoal todo adoecia. Teve o combate à malária e controlou. Ano passado deu três casos, e fazia vários anos que não dava, muita gente morria. Tinha comunidades inteiras doentes [...]. Agora, são outras doenças que estão aparecendo (Em entrevista, Porto Trombetas, maio de 2018).

O Projeto de Combate à Malária, atualmente, é realizado pela MRN por meio da empresa S.O.S – Serviços Operacionais de Saneamento e conta ainda com a parceria do Hospital de Porto Trombetas (HPTR), que monitora os números de incidência da infecção; do Projeto Quilombo, que atua nas comunidades com ações educativas; e do Setor de Endemias da Secretaria de Saúde do Município de Oriximiná, que acompanha as estatísticas da doença, faz o empréstimo de equipamentos e disponibiliza profissional (microscopista) para realização de exames nas comunidades.

Os resultados têm se mostrado bastante expressivos quanto ao sucesso do programa. Como se pode ver na figura 41, os casos de malária detectados no Hospital de Porto Trombetas caíram consideravelmente logo após a implantação do projeto: se em 1999 o número de casos era de 1.126, sete anos depois, em 2006, caiu para apenas um.

Programa de Combate a Malária

Casos de malária por ano no hospital de Porto Trombetas							
1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
1.126	214	147	42	27	11	6	1

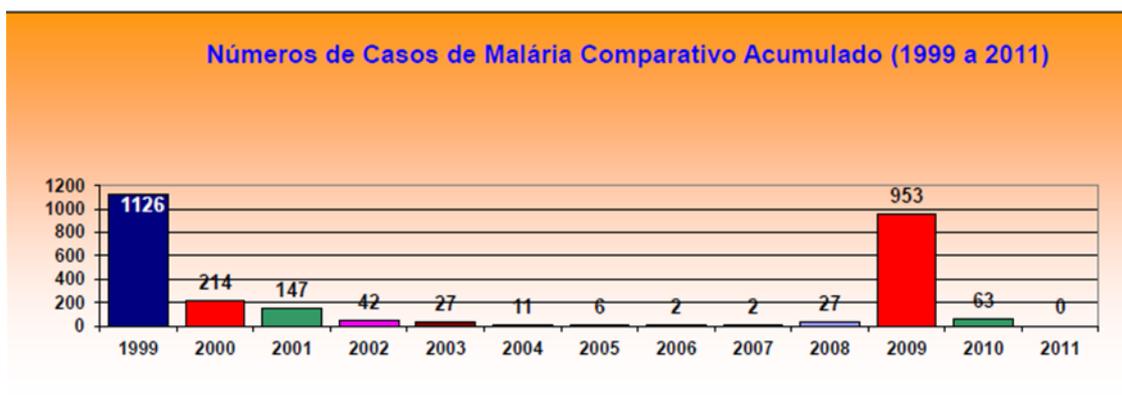
Figura 41: Casos de malária no HPTR entre 1999 e 2006

Fonte: Livrozila⁵⁷

Em 2009, porém, um aumento expressivo no número de casos de malária diagnosticados no HPTR indicou um novo surto da doença, cujo combate se intensificou até 2011 (Figura 42).

⁵⁷ Disponível em: ><http://livrozilla.com/doc/614590/minera%C3%A7%C3%A3o-em-uc-na-amaz%C3%B4nia---caso-mrn><./ Acesso em 04/01/2019.

Casos registrados no Hospital de Porto Trombetas



Objetivo: Comunidades "Quilombolas" ao longo do Rio Trombetas. Aproximadamente 5.000 pessoas assistidas.

Figura 42: Número de casos de malária no período 1999-2011

Fonte: Livrozila⁵⁸

O papel da MRN na erradicação de casos de malária é reconhecido por vários quilombolas, e seus depoimentos referendam os resultados das pesquisas divulgadas pela mineradora. Segundo Manoel Siqueira, morador da comunidade do Moura, “[a malária] nos anos anteriores era frequente, mas, após uma campanha que a mineradora lançou, hoje é muito difícil acontecer um caso de malária. Antes, as pessoas iam a óbito com malária” (Ecodimensão, 2014, p. 80). Da mesma forma, Deuzilene Salgado moradora da comunidade de Curuçá, relata:

Pra mim estar doente é sentir dor. Sente muita dor, pior coisa é sentir dor. Eu acho que sinto isso porque eu já peguei malária, teve um ano que deu bem malária. Eu sentia muito, porque até dor de dente deu, ai eu sentia febre e dor no corpo. Fiz exame e deu início de malária. O remédio era mais ruim que a doença, eu fiquei mais doente. Ele era muito forte, muito amargo. Hoje em dia ele não é assim, ele era tão forte que tu ficava fraca. A malária é a pior coisa que existe. A malária dar uma dor no corpo insuportável, febre, mas não é todo tempo, ela tem os horários, não é o dia inteiro. E dava dor de dente junto, não conseguia comer (Em entrevista, Porto Trombetas, maio de 2018).

Outra iniciativa, concebida em 1999, é o projeto Poços Artesianos e Microsistemas de Água, cujo objetivo é lidar com um problema frequente das comunidades, a falta de água. Apesar de viverem cercadas pelo rio Trombetas, lagos e igarapés, a maior parte deles não dispõe de sistema de captação, tratamento ou distribuição de água, o que implica a necessidade de buscar o líquido direto na fonte.

⁵⁸ Disponível em: ><http://livrozila.com/doc/614590/minera%C3%A7%C3%A3o-em-uc-na-amaz%C3%B4nia---caso-mrn><./ Acesso em 04/01/2019.

Esse problema se agrava com o período de seca, quando lagos e igarapés secam, e as margens dos rios recuam. Então, o projeto trabalha na construção de poços artesianos nas comunidades, e isso tem contribuído para a diminuição de doenças causadas por água contaminada (diarreias, verminoses, hepatites, entre outras).

Outro projeto, intitulado Odontologia Voluntária, foi criado em 2004 para oferecer tratamento dentário gratuito a moradores das comunidades da região. Segundo informações da MRN, ele é formado por uma equipe de profissionais, odontólogos sediados em Porto Trombetas, que, uma vez ao mês, recebem os pacientes em seus consultórios particulares para realizar tratamentos. De acordo com o site da empresa “as crianças atendidas saem de suas comunidades de barco, em grupos de 8 a 12 pessoas, até a vila”. Do porto, são “transportadas gratuitamente pela Cattani,⁵⁹ outra parceira do projeto, até o consultório”. Para o transporte de barco, a MRN doa 40 litros de diesel a cada operação.

Na sequência desse projeto, em 2006 a MRN inaugurou o projeto Sorriso Saudável, com serviços de saúde dental para alunos 11 escolas da rede pública do município de Terra Santa, beneficiando cerca de 3 mil crianças. Nas escolas, os estudantes aprendem a “cuidar dos dentes [...] com auxílio de uma equipe treinada” que ensina técnicas de escovação correta e distribui escova de dente, fio dental e creme dental para estudantes. A conscientização se estende aos pais, que são orientados a proceder à higiene em casa, com o auxílio de visitas domiciliares. Já nos consultórios, os estudantes recebem atendimento odontológico de qualidade, com aplicação de flúor.

Em 2007, a MRN, em parceria com as secretarias de Trabalho e Promoção Social, de Educação e de Saúde, passou a executar ações educativas em sexualidade e vida produtiva junto a adolescentes da cidade de Terra Santa. Segundo as informações disponibilizadas pela empresa seu site, são realizadas palestras feitas nas escolas do município, com distribuição de preservativos, orientação familiar e promoção de consultas médicas nas Unidades Básicas de Saúde, no programa DST/AIDS, o qual ajuda na “redução do número de adolescentes grávidas, de acordo com o levantamento recente feito pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Terra Santa”.

No que se refere particularmente às comunidades quilombolas do Alto Trombetas, as ações de saúde da MRN fazem parte do escopo do Programa de Educação Socioambiental (PES). O carro-chefe do programa no segmento em questão é

⁵⁹ Empresa de ônibus que atua em PTR.

o Projeto Quilombo, que, embora tenha sido criado antes mesmo do PES para atender uma condicionante ambiental da mineração nos arredores do Território Boa Vista, passou a integrá-lo nos anos 2000, chegando a ser premiado em 2004 como melhor projeto na área de relações comunitárias, pela mineradora BHP Billiton, acionista da MRN (Figura 43).

Conforme divulgação da MRN, o objetivo do projeto é “prover as comunidades de assistência curativa ou preventiva”, incluindo tratamentos básicos em saúde. Ele realiza assistência médica, de enfermagem, de imunização e orientação com palestras educativas, exames laboratoriais, coletas de PPCCU, programa de desenvolvimento e crescimento da criança, além da dispensação de medicamentos. Promove, também, atendimentos em pediatria e ginecologia, além do acompanhamento de gestantes, hipertensos e diabéticos.



Figura 43: Prêmio do Projeto Quilombo.

Fonte: Sítio Eletrônico da MRN

A operacionalização do projeto fica a cargo da Fundação Esperança, instituição privada sediada em Santarém, que tem um histórico valorizado e profissionais considerados gabaritados para atuação na área da saúde. Segundo as informações do relatório de fevereiro a junho de 2016, elaborado pela Fundação Esperança e entregue à Gerência de Relações Comunitárias da MRN, o projeto é fruto de um “convênio celebrado entre Mineração Rio do Norte [...] em parceria com a Secretaria Municipal de

Saúde de Oriximiná”. Graças ao projeto, diz a MRN que até 3.300 beneficiários por mês são assistidos nos territórios quilombolas TQ Alto Trombetas I e Alto Trombetas II.

Mensalmente, 18 comunidades das margens do rio Trombetas recebem atendimento médico com a visita do barco Barão do Mar, que leva às comunidades isoladas uma equipe de 12 a 15 profissionais - médicos, enfermeiras e técnicos. O projeto contempla ainda atividades de educação em saúde, incluem orientações sobre aleitamento materno; alimentação complementar; higiene e tratamento de água; prevenção de doenças como diarreia, infecção urinária e câncer no colo do útero e próstata; bem como informações sobre a importância das vacinas e do planejamento familiar.

Na prática, porém, nem todas as comunidades recebem as equipes de profissionais de saúde, pois as atividades do projeto são executadas apenas em três comunidades-polos: no Moura e Curuçá, no TQ Alto Trombetas II, e na Tapagem, no Alto Trombetas I. De acordo com a estação do ano e com as chuvas, que interferem no nível do rio Trombetas e seus tributários, os polos TQ Alto Trombetas II podem ser transferidos, respectivamente, para o Último Quilombo e o Jamari.

Com suporte do barco Barão do Mar, sob responsabilidade da Fundação Esperança, os atendimentos são prestados em campanhas de campo mensais cuja duração é de três dias cada. A equipe de campo, que, em tese, seria composta por 15 profissionais de medicina e enfermagem, permanece apenas um dia em cada comunidade-polo. Para efetuar os atendimentos, essa equipe conta com a intensa mobilização comunitária para prover instalações, acolher os profissionais, carregar os equipamentos, distribuir fichas e até mesmo ajudar pessoas que passam mal enquanto aguardam os atendimentos.

Os postos de atendimento são montados em pátios de escolas, barracões comunitários (quando eles suportam a demanda) ou até mesmo debaixo de árvores, onde se improvisa o serviço. Muitos quilombolas atuam como voluntários e recebem certificados que os tornam mais cotados para ocupar vagas nos processos seletivos de Agente Comunitário de Saúde do município. A expectativa desses voluntários, em geral, é trabalhar pelas comunidades em que vivem.

Nos dias de visita da Fundação Esperança, há expressiva procura pelo atendimento médico proporcionado pelo projeto, que acaba sendo o único canal de acesso a serviços básicos em saúde dentro dos territórios quilombolas. Atribui-se ao próprio projeto a redução de índices de doenças em adultos e de desnutrição infantil, que caiu de 39% para 7% desde o início das atividades do projeto, de acordo com o ECQ.



Figura 44: Atendimento do Projeto Quilombo
Fonte: Sítio Eletrônico da MRN

Ocorre que, no período em que participei do ECQ, fazendo visitas regulares aos TQ, do final de 2016 a meados de 2017, houve uma espécie de crise no Projeto Quilombo: o calendário das campanhas de campo estava irregular, segundo os quilombolas, e a equipe que vinha assisti-los era menor do que o necessário. Com efeito, as campanhas chegaram a ser interrompidas por dez meses, devido à falta de acordo quanto ao orçamento do projeto, o que impediu a renovação do contrato em tempo. Sobre esse episódio, a Gerência de Relações Comunitária explicou:

Todo ao é renovado o contrato. Esse ano teve uma peculiaridade. No ano passado nós investíamos 33 mil e alguma coisa por campanha [de atendimento], cada campanha dura 3 dias. Esse ano eles pediram 46 mil. Fechamos em 6 campanhas. E ao rodar a primeira [campanha] eles disseram que haviam se enganado, havia um equívoco no cálculo e que o valor estaria errado, e nós ocupamos reavaliar isso internamente. Eles conversaram com área comercial e justificaram que o custo na verdade era de 66 mil, então era 36, foi 46 e foi 66. Pelo mesmo serviço, 3 campanhas... Tem um médico, tem vários auxiliares, tem várias disciplinas, na verdade, dentro do programa. Não sei se seria interessante poder ver a proposta técnica deles, né... O quilombo é uma condicionante socioeconômica da MRN conectada as minas anteriores... (Em entrevista, Porto Trombetas, julho de 2017).

Segundo o próprio relatório da Fundação Esperança, usado pela MRN para reportar ao Ibama o cumprimento da condicionante ambiental recoberta pelo Projeto Quilombo, a equipe deixou de ir aos territórios todos os meses e, quando neles esteve, trabalhou com um número de profissionais bem abaixo do previsto, contando apenas

com um clínico geral, uma ginecologista, uma enfermeira e uma técnica de enfermagem da Secretaria de Saúde de Oriximiná.

Só para efeitos de comparação, os dados relatados no período de fevereiro a junho de 2016, indicavam que os atendimentos haviam sido realizados mensalmente, por equipe composta por três técnicos em enfermagem, dois enfermeiros assistenciais, um médico assistencial, um farmacêutico e um técnico de laboratório. A meta de atendimentos, que fora estipulada em 32 por polo, foi superada com 553 atendimentos médicos totais, seguidos de 662 atendimentos de serviços de ginecologia, coleta de PCCU e planejamento familiar, 240 pré-natais e 510 acompanhamentos de do crescimento e desenvolvimento de filhos. A distribuição de remédios chegou a ser de 11.878 medicamentos, conforme a meta estipulada pela equipe.

O impasse em relação à renovação do contrato ensejou, entre os quilombolas, um profundo sentimento de desconsideração associado a um descrédito na empresa e na própria Fundação Esperança, pois justamente quando se discutiam novas ideias para o Projeto Quilombo, o serviço foi suspenso. Então, ao longo dos trabalhos do ECQ, as reclamações sobre Projeto Quilombo se multiplicaram, referindo-se tanto à ausência quanto à qualidade do atendimento prestado pela Fundação Esperança. O próprio foco na prevenção sofreu críticas, bem como a falta de cobertura com tratamentos especializados. Por fim, até mesmo denúncias de discriminação racial foram feitas por alguns quilombolas.

Com efeito, uma mulher da família mais antiga da comunidade Jamari contou que, depois do falecimento da enfermeira que durante vários anos esteve à frente dos profissionais, a qual tinha construído boa relação com as famílias atendidas, o tratamento não foi o mesmo, e o racismo despontou na equipe. Para ela, “se o projeto é dos quilombos, era pra eles [a equipe] virem preparados. Agora eu me senti mal, porque, como você pode saber, até de macaca já ouvi eles [os enfermeiros] falarem entre si, riam e riam quando a gente entrava”. Após esse relato, o pai da mulher se manifestou: “Isso aí, é assim... É um direito que é do povo, da comunidade, tem que ser direito” [no sentido de ser respeitoso].

Entre as críticas mais frequentemente ouvidas no ECQ, ressaltava-se a “falta de estrutura” ou “estrutura improvisada” na realização dos atendimentos básicos de saúde, bem como a má qualidade desses atendimentos. A maioria das queixas partiu das mulheres, público mais frequente nas visitas médicas para receber tratamento ginecológico, atendimento pré-natal e cuidados com filhos pequenos. Seja nas casas de

farinha ou barracões comunitários, elas relataram vários problemas, e algumas pediram que se resguardassem seus nomes, por medo de que os maridos em contratos temporários da MRN perdessem o emprego.

Em relação à estrutura disponível para a realização dos procedimentos e exames, principalmente os ginecológicos, criticaram o uso de locais improvisados, sem a devida “proteção, à vista de qualquer pessoa”. Sobre isso a coordenação da ACRQAT comentou:

[...] foi uma das que a gente conversou na reunião com o Bruno, da Fundação Esperança e a secretaria, a mineração... Que aí está sendo atendido na escola, no barracão da comunidade e isso são os problemas. Eles nos disseram eles disseram que o atendimento não tá sendo de mais qualidade por causa das estruturas, porque eles tem que improvisar algum barracão, né. Colocar cortina, isso e aquilo, e as pessoas não tão se achando confortável com relação ao PCCU né? Tira o sangue a céu aberto, e não pode. Então a gente jogou a proposta de que faça estrutura em cada polo de atendimento pra ter estrutura suficiente pros atendimentos dos médicos. (Em entrevista, comunidade Curuçá, julho de 2017).

Duas moradoras da comunidade Curuçá também afirmaram que os atendimentos prestados em único dia por mês são insuficientes. Segundo elas, há sempre muita demanda da população vinda das outras comunidades do TQ e “poucas fichas”. Enquanto isso, aos moradores de Curuçá era exigido todo o trabalho de organizar o barracão comunitário pelo menos um dia antes, e, no dia do atendimento, “muita gente trabalha e não conseguia ficha”.

Outras comunidades vêm, do Mãe Cué, até do Juquiri Grande eles atendem aqui. É só fazer exame de sangue e de urina, aí eles passam a medicação, as vezes é um dia inteiro de viagem só pra pegar uma aspirina. Já tem um bom tempo isso, eu era criança quando eles começaram, mas nem todo mundo consegue, é muita gente de outras comunidades, é muito sofrimento (Informação verbal, ECQ, p. 334).

Declaração semelhante veio de uma moradora da comunidade Último Quilombo: “Tem que ir lá para o Moura para ser atendido, e lá só tem dez fichas para as comunidades. Mas esses dez, durante um mês, às vezes nem recebem os exames que fez porque já tem outros dez para consultar” (informação verbal).

No que tange à qualidade dos atendimentos, as mulheres queixaram-se de que muitas vezes eles são realizados por estagiários e “gente que está aprendendo na comunidade”, e não por médicos, enfermeiros e técnicos formados e contratados pela Fundação Esperança e pela Prefeitura Municipal de Oriximiná, contrariando as descrições do projeto feitas no sítio eletrônico da MRN, em cartilhas e relatórios da empresa e da Fundação. Segundo uma moradora do TQ, “a Fundação vem com umas

crianças que não sabem achar uma veia para tirar sangue, furam todo o braço para encontrar” (informação verbal). Para outra mulher, as equipes enviadas para as comunidades “só consultam, passam remedinho, passam exames de sangue, de urina, e trazem remédio para não pegar filho” (informação verbal).

Nessa última declaração, dois pontos merecem destaque: a distribuição de remédios e a campanha de controle da natalidade. Quanto à distribuição de remédios, os moradores reivindicam acesso a outros medicamentos além de analgésicos, sobretudo anti-inflamatórios, que não são oferecidos pelo Projeto Quilombo. Porém, nas campanhas é costume da equipe alertar as famílias sobre o perigo da automedicação, justificando a negativa de distribuir medicamentos como obediência à orientação básica da biomedicina. Sobre o assunto, a Gerência de Relações Comunitárias da MRN declarou:

Eles não fazem nada que não seja legal, isso eu te garanto. Nada... Isso é certo. Toda medicação (...) toda a equipe que tá lá ela é credenciada pra fazer o que ela faz, e acompanhada. Isso aí, nada foge a legislação. No máximo, o que poderia infligir a legislação é o excesso de atendimento que talvez o médico faça, porque ele é projetado pra atender x e acaba que, sempre aparece um pouco mais. Talvez isso, não é que infrinja a legislação, diria que não é o ideal pro profissional porque ele fica sobrecarregado. O que acontece que tá aumentando o número de pessoas nas comunidades né, e acaba sobrecarregando o profissional. Mas é isso, quem passa a medicação lá é o médico, quem distribui é o enfermeiro, e o técnico lá responsável, a pessoa que tem a responsabilidade de fazer essa distribuição. Faz mediante a receita médica, o que é de base só, o que não é eles recebem pra, a receitinha dele pro encaminhamento pra secretaria ou pra cá, ou pra secretaria de Oriximiná. (Em entrevista, Porto Trombetas, julho de 2017).

Porém, as mulheres apontam que grandes quantidades de anticoncepcionais têm sido distribuídas nas comunidades quilombolas, junto com palestras de “conscientização”, e reconhecem estar usando de maneira crescente esse método contraceptivo. No próprio relatório do Projeto Quilombo no primeiro semestre de 2016, gráficos demonstram que os anticoncepcionais foram o tipo de medicamento mais distribuído nas comunidades, configurando uma medida de controle de natalidade que visa aos interesses da empresa, posto que grande parte das mulheres quilombolas recorre ao HPTR para a realização de partos e acompanhamento pré-natal. Nesse último caso,

[...] quando as mulheres não são cadastradas, elas fazem pelo Projeto Quilombo, que vem de mês em mês na comunidade. Algumas que são cadastradas vão fazer lá [no hospital da MRN], mas é dificultoso para estar gastando para ir fazer todas as consultas lá, é muito triste quando mandam a gente voltar (Informação verbal, ECQ, p. 335).

Por outro lado, quando as mulheres possuem cadastro, solicitam a inclusão de seus filhos no sistema logo em seguida ao nascimento, onerando a mineradora.

Ainda sobre esse ponto, observa-se que, com o aumento da população, o orçamento mensal do Projeto Quilombo também aumenta. Contudo, ainda parecer ser, para a empresa, mais interessante do que abrir as portas do HPTR às comunidades. Bem direta, uma quilombola argumentou: “Ela [a MRN] criou esse projeto aqui, da Fundação Esperança, para tirar o acesso das pessoas lá dentro do quadro delas [do HPTR]. Lá é uma carga que ela não quer carregar e que a gente nunca vai parar de calejar (ECQ, p. 201). No mesmo sentido, outra mulher, residente comunidade Jamari contou que, todas as vezes que os familiares procuram o hospital da vila, são lembrados sobre o Projeto Quilombo, como se ele fosse “dar conta de todos os problemas”, como “se fosse única saída que temos direito”, sentindo que, aos olhos da empresa, a presença dos comunitários deve se resumir ao “beiradão” ou à feirinha.

Apesar dos problemas, os moradores do TQ Alto Trombetas II em geral ratificaram a importância do Projeto Quilombo. Para muitos deles, as campanhas médicas do projeto, mesmo com todas as dificuldades relatadas, representam a única forma da população de acessar serviços médicos, principalmente para quem não é cadastrado pela MRN. Um reflexo disso é que ao longo dos três dias de campanha, famílias e comunidades inteiras se mobilizam para chegarem até os postos de atendimento e usufruírem de serviços primários de saúde.

Para além das insuficiências do Projeto Quilombo, assim como das demais ações empreendidas pela MRN na área da saúde, o que se nota, nas conversas com os quilombolas, o que os incomoda é o profundo sentimento de desconsideração, no qual se ressalta uma espécie de dimensão moral do atendimento. Para eles, tratar a saúde da população quilombola não pode se resumir a atender um requisito formal-legal e fundamental do licenciamento ambiental, que garante a legitimidade da MRN para explorar a natureza conquanto demonstre uma “responsabilidade socioambiental”. O que eles esperam são gestos mais enfáticos de consideração e respeito. E é por isso que passaram a lutar, em várias frentes de negociação com a MRN.

5. A *PERNOITA* QUILOMBOLA EM PORTO TROMBETAS E OS ACORDOS EMERGENCIAIS EM TORNO DOS SERVIÇOS BIOMÉDICOS

Neste capítulo parto da narrativa de uma experiência vivenciada no trabalho de campo, quando adoeci e precisei buscar atendimento médico em Porto Trombetas, junto com quilombolas que estavam em situação semelhante. Para tanto, tive de *pernoitar* com eles em um barco ancorado no porto da cidade da mineração, compartilhando, além do espaço, comidas, histórias e angústias. Dessa maneira, “afetada” por uma doença, pude acompanhar a jornada de quem costuma passar dias em busca de consultas no Posto da Feirinha ou de atendimentos no HPTR.

A experiência pessoal de estar doente em pleno trabalho campo permitiu conhecer uma série de estratégias de quem depende da MRN, tanto para trabalhar quanto para se tratar. *Pernoitar*, no caso, é categoria nativa cujo sentido ultrapassa o de meramente passar a noite. É uma estratégia que alia espera e ação.

A possibilidade de conhecer, de dentro, os arranjos usualmente feitos pelos quilombolas a fim de acessar serviços biomédicos ajudou a compreender como o “tratamento diferenciado” ou o “modelo quilombola” de saúde, que é objeto de reivindicação do TQ Alto Trombetas II, se integra ao desejo de que a mineradora cumpra com uma “responsabilidade moral” para com eles, sejam ou não cadastrados para acessar os serviços biomédicos que ela disponibiliza em Porto Trombetas.

A partir dessa compreensão, comentarei, na segunda parte do capítulo, o modo como a ACRQAT, incentivada pela oportunidade de debater o assunto no âmbito do processo de licenciamento ambiental da ZCO e apoiada na vivência da liberação e da restrição de acesso aos serviços atualmente prestados, passa a negociar com a MRN a oferta de um novo “modelo” de saúde tanto em PTR quanto no próprio território.

As reivindicações da ACRQAT tomam fôlego após casos graves de doença serem registrados no TQ em decorrência da falta acompanhamento do Projeto Quilombo, e alimentam negociações com a empresa no âmbito de novos processos de licenciamento ambiental, desta vez incidentes na Zona Leste e dentro do próprio território.

Com a publicação do RTID do território em 2017, o Ibama (órgão responsável pelo LA) entendeu que, para a emissão de novas licenças ambientais relativas aos platôs situados na Zona Leste, em cuja área de influência indireta está o TQ Alto Trombetas II, e para renovação da licença do platô Monte Branco, dentro do TQ, as comunidades quilombolas deveriam ser consultadas, nos termos da Convenção nº 169/OIT. A MRN

não contava com essa etapa no licenciamento ambiental dos platôs da Zona Leste, principalmente, por estarem fora do TQ. Ademais, isso nunca havia sido solicitado, mas, premida pela urgência de atuar nos platôs Teófilo e Cipó (Figuras 17 e 22), dispôs-se a revisar os programas e projetos desenvolvidos para atender as condicionantes da exploração da Zona Leste e abrir negociação a respeito daquelas que se estendem à exploração do platô Monte Branco.

Nesse contexto, portanto, em meio ao processo de consulta das comunidades, se realizaram as negociações emergenciais feitas entre ACRQAT e MRN no sentido de liberar vagas no Posto da Feirinha, principalmente para o acompanhamento pré-natal de mulheres não cadastradas, e atendimentos de urgência no HPTR.

5.1 Sobre *pernoitar*, um relato de campo

No fim do dia 12 de maio de 2018, seis dos oito coordenadores das comunidades que formam o Território Quilombola Alto Trombetas II saíram do porto de Oriximiná a bordo do Comandante de Curuçá em direção ao Alto rio Trombetas. A pequena embarcação estava carregada de alimentos retirados da sede da Arqmo, os quais haviam sido enviados por empresários de Belém em troca da isenção de impostos devidos ao Governo do Estado.



Figura 45: Coordenadores da ACRQAT retiram fardos de alimentos da sede da Arqmo

Fonte: Acervo da autora

No barco, os quilombolas amontoaram em pilhas os fardos de arroz, feijão, macarrão e farinha, cuja qualidade era motivo de reclamação, pois, segundo eles, servia

estritamente para empoar⁶⁰ peixes. As pilhas de alimentos foram identificadas e agrupadas pelos integrantes da coordenação executiva da ACRQAT, e não poderiam ser realojadas após essa separação cuidadosa, cujo objetivo era facilitar o posterior desembarque em cada comunidade do território.

Assim, no Comandante de Curuçá, a locomoção estava difícil, e a subida, pesada, embora os tripulantes contassem histórias para animar o percurso a montante do Trombetas, o maior da região, passando por várias comunidades ribeirinhas e quilombolas. Parte deles já havia baixado o rio juntamente com outros comunitários que, aproveitando a carona, adiantaram compras de ranchos⁶¹, saques de benefícios e consultas médicas na cidade.

Para mim a subida era especialmente cansativa, porque já estava há mais de dez dias em campo, e o percurso até a cidade já havia sido feito algumas vezes durante a luz do dia. Marquinho estava na função de capitão da embarcação, substituindo André, que a conduzia quando estivemos próximos às comunidades do baixo curso do rio. Assim, seguindo as precauções do comandante interino Marquinho, a rede na qual eu dormia estava atada próximo ao teto da embarcação, a salvo de qualquer acidente que pudesse ser provocado por um banzeiro⁶² forte que jogasse água no meu caderno de campo ou no meu computador, comprometendo, assim, o equipamento que costumava ser solicitado pelos quilombolas nas reuniões da associação em que eu estivesse presente.

Todos, cansados pela subida demorada, encontraram uma maneira de se acomodar para conversar “sobre as coisas do território”⁶³ e sobre os “causos” que já haviam presenciado em outras viagens, subindo e baixando o rio Trombetas. Em meio às brincadeiras para passar o tempo, falava-se sobre os recentes acontecimentos envolvendo a construção de um posto médico para o território, bem como sobre as negociações da associação com relação a novas ações de saúde.

Participando das conversas, questionei sobre a navegabilidade do rio durante a noite, já que seu curso ora é mais largo, ora mais estreito, seguindo sempre um corredor de água negra de onde se vislumbra a floresta verde de grandes dimensões. Da pequena

⁶⁰ Consiste basicamente em passar o pescado na farinha antes de ser frito.

⁶¹ Despesa básica de alimentos não perecíveis.

⁶² Espécie de onda provocada pelo agito do rio.

⁶³ Os quilombolas estariam, a partir de então, envolvidos em uma série de reuniões sobre o processo de titulação aberto junto ao Incra em 2004 e sobre as sobreposições das Unidades de Conservação geridas pelo ICMBio.

embarcação, a água é vista de perto, e a floresta é nitidamente visível, ao contrário do que ocorre quando viajamos nos barcos de linha que partem de Santarém.

A luz do sol dava lugar à escuridão, mas Marquinho era guiado por André, conhecido na região por ser “consertador” experiente e exímio navegador. Eu estava receosa diante das seguidas “batidas” da embarcação na água. Fazia dias que não utilizava um banheiro, então comecei a lavar as pernas e os braços nas ondas que se formavam quando batiam nas paredes da embarcação. No meu corpo, espalhavam-se bolhas que haviam surgido alguns dias antes, e já estavam inflamadas. Até então, eu não tinha atribuído importância a elas por relacioná-la aos mosquitos que são comuns à beira do lago Erepecu, onde havia dormido nas quatro noites anteriores.

Já estávamos próximos à Floresta Nacional Saracá Taquera e à Reserva Biológica do Rio Trombetas. Navegando um pouco mais, vejo uma cena,⁶⁴ no sentido empregado por Crapanzano (2005). Encontrava-me sentada na lateral do barco e próxima à cabine de navegação, precisamente entre a água e o chão de madeira quando percebi que dois faróis se aproximavam, a cerca de 30 metros da embarcação. Eles iluminavam a margem do rio, próximo da mata, e traziam à minha memória as histórias contadas por meus familiares, que viveram durante muitos anos em comunidades, transitando e dependendo do rio para praticamente tudo.

A água do rio se agitava, batia sucessivamente na embarcação e todos estavam em silêncio. Eu segui com os olhos aquela luz que chamava atenção na medida em que se aproximava e me fazia pensar no que minha avó materna sempre contou, de todas as vezes que precisou atracar o barco de pesca de meu avô quando avistavam no rio os olhos da Cobra Grande, senhora guardiã das águas, mãe de todos os encantados⁶⁵. Sempre existiu um grande respeito e temor em volta das histórias de pescaria na região de Santarém, lugar onde nasci e cresci, então, naquele momento, associei a cena à existência/presença da cobra.

Entrei na cabine de navegação, onde se encontravam os experientes navegadores daquele rio e questionei, da forma mais polida que podia, sobre a real necessidade de seguir com o barco àquela altura da noite, diante do agito das águas, indo ao encontro daqueles olhos dos quais já ouvira muito falar.

⁶⁴ Uma espécie de memória dentro da “objetividade” do real que é acionada pela subjetividade. Uma aparência, forma ou refração de uma situação objetiva gerada por um potencial narrativo, que por sua vez, pode ser compartilhado ritualmente por um determinado grupo cultural.

⁶⁵ Seres não-humanos que povoam as crenças e regras sociais em muitas regiões da Amazônia, os quais podem interferir na vida humana lançando diferentes prejuízos às populações. Sobre isso ver os trabalhos de João Valentin Wawzyniak, (2003; 2008; 2012).

Além de mim, ninguém mais havia feito tal associação, mesmo sendo o rio Erepecuru conhecido pelas histórias de encantados, dentre eles a própria cobra grande⁶⁶. Os homens procuravam atar suas redes ou se deitavam na proa da embarcação, enquanto Marquinhos e André pareciam se divertir com as minhas perguntas e seguiam tranquilos subindo o percurso. Aquela imagem talvez tenha sido motivada por minha angústia por estar quebrando ali um contrato moral de navegação, pois já passava das onze horas da noite e, o horário me parecia impróprio para realizar tal tarefa.

Ainda rindo da situação, Marquinhos, que sabia por onde navegava, afirmou que não havia cobra e sim mineração; e os faróis, que para mim eram olhos da cobra, não passavam de dois sinalizadores que, à noite, direcionam os navios até o porto de abastecimento de bauxita em Porto Trombetas. O potencial narrativo da cena por mim formada fora negado, diluindo-se diante dos meus olhos. Estávamos entrando na “área da mineração”, onde eu já estivera por tantas vezes. Passando por mais alguns sinalizadores, finalmente chegamos à *company town*.

Sob o calor inclemente do mês de maio, típico da virada do inverno para o verão, vi do porto pequenas embarcações que chegavam e saíam de PTR com “trabalhadores das minas”, vindos de comunidades não tão próximas, que recorrentemente ocupam vagas nos empregos temporários na MRN. Naquela noite, o “Comandante de Curuçá” também atracou no porto para que a tripulação descansasse até a manhã seguinte. No entanto, quando atracamos, a gente que dormia nos barcos tratou de compartilhar informações sobre assuntos variados, desde o número de fichas do ambulatório até o recrutamento para novos postos de trabalho, tomando o espaço como ponto de comunicação e socialização no Alto Trombetas.

O porto conta com uma boa estrutura de pavimentação, segurança e limpeza, constituindo um espaço importante na dinâmica local, como me disse José Pinto, feirante e comunitário do território: “No porto se faz o mais necessário, lá se faz qualquer negócio e qualquer conhecido chega”. É nele que se troca favor, se compra e se vende mercadorias primordiais para o dia a dia dos moradores locais como a gasolina, o diesel e alimentos “da cidade”, industrializados.

⁶⁶ Sobre isso, ver o trabalho de Raquel Dias Teixeira (2011) sobre os filhos do rio Erepecuru, em Oriximiná e as publicações de Eliane Cantarino O’Dwyer (2001; 2008) sobre os “sacacas” no rio Erepecuru-Cuminã e a narrativa da cobra grande do Barracão da Pedra.

Dali é fácil avistar a bauxita explorada sendo escoada no interior de navios tipo Panamax⁶⁷, por meio de uma grande estrutura de ferro de cor vermelha. Do lado oposto a essa estrutura, se encontram pequenos alojamentos flutuantes feitos para os empregados contratados por prestadoras de serviços (trabalhadores da COOPBARCOS⁶⁸), e uma estreita passarela onde lanchas e barcos vindos da região atracam, com passageiros e cargas. Em terra estão a sede administrativa do ICMBio, a feira de venda de produtores rurais e extrativistas, um pequeno ambulatório ligado à estrutura da feira, duas sedes administrativas de cooperativas quilombolas (COOPERBOA E COOPERMOURA),⁶⁹ agências de bancos privados, pequenos comércios, ponto de táxi, bar, lanchonete/restaurante, escritórios de advocacia/contabilidade, além da guarita que controla a entrada e saída de pessoas no interior da *company town*.

Ali, na beira do rio, foi o local onde *pernoitei* pela primeira vez junto com comunitários do território Alto Trombetas II. Assim como nós, havia grupos que dormiam em pequenas embarcações que, como compreendi posteriormente, funcionam como acampamentos/moradia de empregados temporários da MRN. Muitas vezes, essas embarcações onde se “dorme, se banha e se come”, como explicou Deuzilene, acabam servindo de suporte logístico para quem passa dias esperando atendimento médico no ambulatório da feirinha ou no hospital da mineração.

Nesses barcos é comum encontrar feirantes e algumas famílias em “baixada” para Oriximiná, mostrando as facetas do trânsito em torno da *company town*. Era a quinta vez que eu estava em temporada de campo, subindo e baixando o rio Trombetas. Nunca havia dormido no porto. Posso dizer que *pernoitar* não é uma tarefa corriqueira, é preciso motivos para isso, uma finalidade, pois como relatou Deuzilene, filha de Marquinho: “ninguém *pernoita* no porto porque gosta”.

⁶⁷ A infraestrutura de Porto Trombetas é intermodal, ou seja, conecta vários modos de transporte. Os navios carregados partem do cais, conectado com a Estrada de Ferro Trombetas, e a bauxita é escoada por hidrovia até Porto de Itaqui em São Luiz do Maranhão, de onde segue para o seu destino final. O nome Panamax indica o tamanho máximo do navio, que consegue entrar nas eclusas e cruzar o lago do Panamá. A capacidade dessas eclusas é de 289 m de comprimento, 32,3 m de largura e 12 m de profundidade.

⁶⁸ Segundo o sítio eletrônico do Sistema OCB-Pará, A COOPERATIVA DE SERVIÇOS FLUVIAIS ESPECIALIZADOS DO RIO TROMBETAS-COOPBARCOS, é um a cooperativa do ramo transporte, que atua há 19 anos com transporte marítimo de pessoas. Possui 20 cooperados e é a única do segmento a realizar esse tipo de transporte no Pará. ><http://paracooperativo.coop.br/noticias/502-cooperativas-de-porto-trombetas-recebem-visita-do-sistema-ocb-pa><. Acesso em: 26/11/2018.

⁶⁹ COOPERATIVA DE TRABALHO DA COMUNIDADE DO BOA VISTA e COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA COMUNIDADE DO MOURA. Sobre elas ver: ><http://paracooperativo.coop.br/sistema-ocb><. Acesso em: 26/11/2018.

Naquela ocasião, Marquinho, o articulador da ACRQAT e homem respeitado na região, chamou atenção para a embarcação atracada ao nosso lado. Tratava-se de um barco que alojava trabalhadores da comunidade Jamari, contratados temporariamente. No mesmo barco estavam esposa, filha e dois netos de Marquinho, que aproveitaram a subida de final de semana dos homens às comunidades para baixar com eles e *pernoitar* em PTR. Segundo elas, no porto encontrariam com Marquinho para pagar a estadia na embarcação com um pouco da gasolina conquistada na “parceria” entre a MRN e a ACRQAT, que possibilitara a busca dos alimentos em Oriximiná.

Assim, dividindo espaço, cobertores e até redes na embarcação de pequeno porte, estavam trabalhadores, crianças e mulheres, dentre elas uma grávida. Enquanto os primeiros articulavam uma forma estratégica de permanecer no trabalho, acampando no porto para garantir o emprego, os demais arranjavam uma forma de acessar atendimentos e consultas médicas sem precisar enfrentar mais viagens, dificultadas por falta de recursos e meios de troca para permanência no porto.

Quem tivesse conhecidos e parentes mais próximos vivendo no TQ vizinho Boa Vista, ou na comunidade do Moura, conseguia “dar seu jeito de passar os dias”, como explicou Deuzilene. Ela havia “baixado” com moradores da comunidade Jamari, que estavam trabalhando nas minas, e explicou que a quem não contava com tal suporte de acolhimento restava pagar ou negociar alugueis de casas na Ilha do Ajudante, situada logo à frente de PTR, ou permanecer nos acampamentos às margens da cidade-empresa, *pernoitando* nas embarcações atracadas.

Por morarem, acamparem no porto, viverem de alugueis em um espaço fora do empreendimento, os quilombolas são também conhecidos como a gente do “beiradão”, sendo assim que se chamam nas brincadeiras entre conhecidos. Internamente, diferenciam-se entre si, são os “os não cadastrados”, “os cadastrados” e os “os ilegais” (que moram na área da Rebio ou na Ilha do Ajudante). Enfim, a gente do “beiradão”, que não deveria estar na *company town* e se aglomera, literalmente, nas margens (do rio).

Ali, trabalhadores, feirantes e pessoas em busca de consultas médicas construía e articulavam, em tempo real, estratégias distintas para entrar na cidade fechada, esperando de “barco em barco, à sorte do porto”, o melhor meio de fazê-lo. O próprio acesso às fichas e, necessariamente ao atendimento médico, passa pelas condições de trânsito e permanência em PTR e pelos instrumentos para ingressar no espaço da mineração. Esse é um retrato comum no dia a dia de quem *pernoita* para

conseguir uma consulta médica, acionando suas redes de troca e reciprocidade para não voltar para casa sem conseguir seu intento.

Dormimos ali, “à sorte do porto”, como disse Deuzilene. Acordamos por volta das cinco horas da manhã, com o barulho das rabetas⁷⁰ que se acercavam das margens do rio. A cidade construída nos anos 1970, no lugar da fazenda Conceição, acordava diante dos meus olhos. Da embarcação em que estava, tive a atenção despertada pela presença de trabalhadores fardados que circulavam no porto. Suas as fardas eram parecidas, mas de cores distintas conforme as empresas contratantes. Em meio a fardas azuis estavam os cooperados de Boa Vista e do Moura; em menor quantidade, de cinza, estavam os funcionários efetivos da MRN.

Foi constante a movimentação das rabetas até às 8 da manhã, voltando a crescer a partir das 17 horas, com a troca de turnos e saída dos empregados. Na paisagem matinal foi predominante a chegada dos trabalhadores das cooperativas quilombolas, a maior parte vindo em rabetas individuais, nas quais muitos rapazes chegavam sozinhos. Havia também outros jovens que transportavam mulheres fardadas, as quais poderiam ser suas mães, esposas, parentes em geral. Em algumas canoas viajavam casais de trabalhadores, no entanto, o número de homens atracando foi maior. Algumas pessoas descarregavam frutas e leguminosas enquanto outras se equilibravam de canoa em canoa até a terra firme, na esperança de conseguir alguma ficha no ambulatório.

Segundo me contaram as mulheres que dormiram no barco ao lado, as fichas costumam ser distribuídas sete horas da manhã, sem atraso. Deuzilene estava com o pré-natal marcado para as 16 horas, e dormira no porto porque sua mãe estava fazendo acompanhamento de um cisto e um mioma no ovário, e precisava realizar uma série de exames que, por sua vez, precisavam ser marcados em função do prazo previsto para a realização de uma cirurgia. Ela já havia feito um exame de ultrassom no HPTR, mas precisava retornar, antes das 7 da manhã, para pegar a distribuição de fichas.

Deuzilene dizia que “tudo estava funcionando no horário, algumas coisas tinham melhorado depois das últimas negociações para liberar as vagas para não cadastrados, [mas] é um sofrimento ter que dormir aqui”. Ela, então, explicou:

Aqui embaixo só faz a consulta com o médico, ele solicita todos os exames e tu vais lá para ‘cima’ [HPTR] fazer todos eles, já marcados. Eles não marcam os exames no mesmo dia, então é uma luta quando se está grávida. Todo mês eu venho, têm vezes que eu venho mais de uma vez... Eles que marcam na agenda e a gente vêm. Quando tá

⁷⁰ Canoas feitas de madeira com o motor acoplado.

próximo da criança nascer, vem mais de uma vez... Tem mulher que praticamente se muda pra cá. Quando têm exames nós viemos mais. Esse mês eu venho mais fazer ultrassom porque é uma [consulta] pertinho da outra: dia 14 é minha consulta e dia 15 já dava de esperar... Dá de fazer, duas viagens não. Tem vezes que fazemos duas ou três viagens, é cansativo, é longe.

Em seguida, subimos juntas rumo ao Posto da Feirinha para confirmar qual médica estaria lá à tarde. Havia movimentação do lado de fora, onde se aguarda a consulta. É necessário preencher e entregar uma ficha de comparecimento na triagem, antes de qualquer atendimento, para o controle da mineração.

Eu já havia comentado com Deuzilene sobre as bolhas que tinha no corpo, que inflamavam e irritavam com o calor que fazia. Ela se mostrou preocupada pelas condições em que eu voltaria para comunidade, e me acompanhou até a farmácia, próxima à feirinha, para que pudéssemos escolher uma pomada.

O tempo havia passado e já passava do meio dia. Baixamos de novo para o porto e o barco no qual eu estava precisava entregar as mercadorias nas comunidades e seguir até Curuçá, onde eu ficaria mais uns dias. Deuzilene comentou com Marquinhos sobre minha situação e todos foram unânimes em pedir que eu procurasse atendimento na feirinha, podendo inclusive ficar no barco do Jamari, junto com as mulheres de Curuçá e os homens que estavam trabalhando nas minas.

Demorei a tomar a decisão de ficar, mas, naquele momento, julguei ser mais sensato procurar um diagnóstico, adquirir um remédio em PTR e, quem sabe, retornar à comunidade. Ao observar o corpo em um banheiro, cujas chaves eu havia pedido a uma funcionária da lanchonete da feirinha, tomei a decisão de consultar um médico. Instalei-me no barco do Jamari, mas ainda esperava vagar algum espaço para a rede. Almoçamos a comida que os meninos traziam das minas em saco plástico, e dividiam entre os que estavam presentes. Havia tudo em um único saco, arroz, carne, pão de queijo, misto quente.

Conversei com um morador que estava pagando 50 reais, com parte de sua aposentadoria, para passar alguns dias numa casa alugada na Ilha do Ajudante, na intenção de consultar um médico para saber das dores que sofria no joelho. Eu já o havia observado na parte da manhã, quando ele, se equilibrando de canoa em canoa, recebeu a ajuda de um dos trabalhadores cooperados para chegar à escada da feirinha, por onde idosos e mulheres grávida subiam. Com ele atracou um trabalhador das minas que, se integrando à conversa, falou:

Vou fazer três anos e meio lá [na ilha]. Trabalho de carpinteiro nos alojamentos da mina. Eu teria direito ao alojamento, mas eu moro com ela [esposa] no Ajudante, por ela não ter alojamento, eu fico lá com ela. No alojamento é um quarto onde moram 3 ou 4 pessoas, só chega para dormir e antes de clarear a gente já vai trabalhar, não tem muita convivência não, dorme e acorda para trabalhar. Lá vem todo tipo de gente, de tudo quanto é lugar que tu pode imaginar aparece. Eu sou de Oriximiná, mas tem gente de Terra Santa, Manaus, Santarém, Óbidos, teve um cara de Itacoatiara, que já morou lá... Ali no Ajudante, vou te contar, tava uma briga da empresa e do ICMBio por estar irregular ali, por isso o antigo chefe foi embora, ele não aguentou a pressão da empresa para tirar a gente dali. Tem muita gente que mora ali... Mas as pessoas que estão ali não são nativos, ou seja, a maioria de lá faz como a gente faz, trabalham nas empresas da MRN. O cara de lá faz a casa dele e aluga para um funcionário trabalhar. Ela na COOPERMOURA, trabalha e não tem alojamento, eu trabalho e tenho, mas eu prefiro alugar uma casa para estar perto da minha mulher, assim como a grande parte dos caras. Nem todos que moram lá são filhos do Ajudante. Tem gente que faz casa para alugar, virou um meio de negócio para todo lado, um comércio. Chega lá faz um contrato de boca a boca. Tem o sistema de diesel lá, diferente do aluguel. Todo dia primeiro tu paga. Tem o motor que é colocado lá, e tu compras o diesel para ter energia, mas é outra pessoa, o cara que toma conta do motor. São 20 litros por 50 reais, e é por mês, se torna mais barato o aluguel também. É com outra pessoa que tu faz a negociação, o cara da casa te dá o local bacana e tal, mas é outra pessoa. Eu conheço muita gente de Oriximiná que vem para cá para trabalhar na MRN, mas o que se vê agora é gente pagando para passar uns dias, pra não ficar no porto. Comida lá é cara, o diesel, a gasolina. Preferem negociar uns dias na ilha, lá ele pesca e come.

Deuzilene eu permanecemos conversando, e posteriormente, um pouco antes do horário da consulta dela, subiríamos juntas ao Posto da Feirinha para eu tentar obter uma consulta, alegando ser de emergência. Procuramos conversar na triagem sobre a possibilidade de consultar no ambulatório, no entanto, nos foi solicitado o cadastro. Deuzilene explicou a situação, falou que eu estava acompanhando a ACRQAT nas suas atividades e me encontrava doente. Cheguei a mostrar partes do corpo afetadas, e a enfermeira responsável, comovida, sugeriu que eu tentasse ir até o HPTR, e desejou boa sorte.

Eram quase 3 horas da tarde quando entramos no hospital, eu e Deuzilene. Na sala de espera estavam duas moradoras da vila. No balcão para o atendimento estava uma moça que vestia uma farda da Pró-Saúde, que nos disse “boa tarde” e em seguida nos solicitou o cadastro. Nesse momento, eu ensaiava uma meia volta ao porto, quando Deuzilene explicou minha situação de pesquisadora que acompanha a ACRQAT. Fiquei calada, e esperei. A moça entrou. Não havia muita gente para ser atendida, tivemos sorte

ou os acordos com a MRN estavam realmente surtindo efeito, pois a moça preencheu a minha ficha enquanto me olhava, curiosa.

O médico percebeu que eu não era da comunidade, me perguntou se estava fazendo pesquisa, enquanto me examinava. Foi gentil, me solicitou retorno caso o quadro não melhorasse depois de uma semana. Saí do hospital, nervosa, sabendo que seria difícil voltar. Retornamos à feirinha para a consulta de Deuzilene, a qual eu pude acompanhar. Depois, compramos mais remédios, que foram solicitados em nossas respectivas consultas.

Meu plano era seguir para Curuçá no dia seguinte, pegando carona com alguém que estivesse subindo para a comunidade ou para o Jamari. No entanto, acabei ficando mais uma noite em PTR, *pernoitando*. “*Pernoitar é ficar de barco em barco à sorte do porto*”, lembrei do que dissera Deuzilene. De novo, eu e os integrantes do barco dividimos a comida que ficou no saco plástico e outras trazidas dos refeitórios das minas. No outro dia, havia mais consultas a serem feitas, havia mais rabetas chegando ao amanhecer e mais fardas azuis sendo lavadas e estendidas nas laterais dos barcos. Mais um dia no porto...

As *pernoitas* durante o trabalho de campo encontraram lugar na escrita desta dissertação conforme fui retomando e organizando dados recolhidos em outras situações observadas e vivenciadas, como faz parte de nosso ofício (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000). Julguei ser necessário descrevê-las como uma experiência na qual pude observar diversas estratégias comunitárias, tanto dos trabalhadores das minas quanto das pessoas que buscam o ambulatório ou o hospital.

5.2 As negociações de saúde com a MRN

Acompanhado os quilombolas do TQ Alto Trombetas II desde o ECQ até o momento em que *pernoitei* no porto, após terem sido liberadas vagas para não cadastrados no ambulatório e no hospital da empresa, procurei compreender melhor as negociações feitas em reuniões da ACRQAT com a MRN.

Pude observar a costura de uma pauta ligada à saúde baseada na exigência de consideração, por parte da empresa, aos moradores do território Alto Trombetas II, como um tipo de direitos humanos, associado à dignidade do cidadão (OLIVEIRA, 2002, p.8). Essa pauta surge, em grande medida, em função da abertura de um campo de negociação advindo com o licenciamento ambiental, mas também associada à

experiência de desconsideração da empresa para com os quilombolas, ao deixá-los fora do cadastro da mineração e ao negar-lhes atendimento médico por não possuí-lo.

Manoel Lucivaldo, atual coordenador da ACRQAT, explica que o surgimento de novas pautas não exclui da luta as pautas anteriores, pois elas são prioridade, e ajudaram a formar o “valor” quilombola. No entanto, deve-se reconhecer o momento vivido pelos quilombolas da região:

A principal pauta deles [dos mais antigos] naquele tempo foi os valores, ou seja, o respeito o auto-respeito, nossas posturas, e o processo de titulação. Mas naquele tempo eles trabalhavam mesmo numa linha seca, ou seja, titular ou titular. Olhando hoje aqui, naquele tempo ninguém falava em manejo, em territórios sustentáveis. Eles só falavam em titular o território. Eles não foram orientados em pensar em titulação com educação, saúde, renda, infraestrutura, manejo. Então era como a natureza fosse consagrada para eles, ou seja, titulouse e não mexe. (Em entrevista, Oriximiná, maio de 2018).

Com a abertura do processo de licenciamento da ZCO foi possível incrementar um novo jeito de articular as demandas do território, o que acabou chamando atenção dos territórios vizinhos, inclusive Boa Vista, em função da possibilidade de finalmente cobrar da empresa posturas nunca antes adotadas na instalação ou em outras fases da expansão do empreendimento:

Hoje, inclusive isso até impacta nos territórios aqui que já foram titulados, que foram titulados primeiro, pelas lideranças primeiras, eles se sentem impactados por não poder negociar, não mais ter como negociar um manejo, qualquer negociação, não pode mais mexer fica naquilo e é aquilo mesmo, sabe. Aí chega uma ideia para nós de negociação, onde podemos apresentar nossas demandas atuais, eles se sentem afetados. É porque eles não tinham a visão de manejo, eles não tinham um plano para o território. Ou seja, Vamos titular? Vamos. Mas vamos titular para que? Somente para titular? Hoje não, hoje a gente já pensa diferente. (Em entrevista, Oriximiná, maio de 2018).

Manoel chama atenção para a realidade em que as comunidades do território se situam, chamada por ele de “conflito de interesses”. Esse conflito está relacionado tanto com a “empresa multinacional que disputa o subsolo pela bauxita”, quanto ao “conflito da sobreposição com o ICMBio de duas unidades de conservação”. Para ele, só é possível lutar pela melhoria na vida das comunidades por meio diálogo: “Se não houver, não teremos nenhuma chance de questionar e ter voz, de negociar. Então eu costumo dizer, se não houver diálogo, ou luta para isso quem perde mais são os quilombolas, como antigamente”.

Hoje é uma constante negociação, negociação de grande porte de longo e em curto prazo. Então, a gente tem está pronto para negociar, dialogar. Nós não podemos fechar [as portas] porque as comunidades já estiveram trancadas durante muito tempo por determinadas lideranças e assessores que faziam bloqueios, ou seja, só era aquela pessoa que negociava a gente praticamente não tinha acesso na construção da negociação. (Em entrevista, Oriximiná, maio de 2018).

Nesse sentido, o próprio processo de “negociar” junto à empresa implica na possibilidade de a ACRQAT buscar reparação por anos de desconsideração e “insulto moral” (OLIVEIRA, 2002, p. 8), expressadas em formas de tratamento que produziram distinções entre quilombolas, como, por exemplo, o cadastro da mineração. Mesmo não configurando uma agressão que fundamenta demanda por reconhecimento como um direito legal, a exigência da consideração expõe a busca pela “estima” que ocorre na relação entre indivíduos que se reconhecem mutuamente, em um processo de luta por reconhecimento (HONNET, 2003).

O reconhecimento intersubjetivo “liberta” os sujeitos, possibilita o pleno exercício da integridade, da moral e da cidadania, pois, ao se perceberem, percebem também como remodelam suas interações, ou seja, suas trocas e suas reivindicações na busca da estima social dos parceiros, para que ambos se reconheçam efetivamente e reciprocamente. (HONNET 2003 [1992], p. 9).

Nesse sentido, Elielma de Jesus, ao ser questionada sobre a motivação das reuniões para negociação de pautas emergências da saúde, expressou uma reivindicação de forte carga moral, se referindo ao cadastro da mineração:

Eu acho que isso é direito [saúde] a mineração está dentro do nosso território. É um direito das comunidades lutarem para conseguir esse bendito cadastro, para terem o mínimo de acesso. Eles encontram grandes problemas até para fazer uma compra básica no supermercado, porque não tem esse bendito cadastro, não pode consultar [no hospital] por causa disso. É direito de todos. A mineração chegou, entrou e é invasor no espaço onde nós convivíamos, aquele espaço era um espaço de circulação também. A minha família foi cadastrada e tenho acesso ao ambulatório da feirinha que tem clínico, o ginecologista, o acesso é para consultar com esses médicos, etc. Em Porto Trombetas eu tenho acesso. Na comunidade Moura quase todo mundo é cadastrado, acredito que 85% são cadastrados. Mas tem outras comunidades. Ela [a MRN] está levando o que é nosso então é mais que direito se sentir parte do espaço, é pelo menos isso, ter uma saúde mais próxima mais digna. Estar doente é não está bem de saúde, então é simples, a pessoa não tem a disposição, estar se sentindo mal e ainda lidar com isso, é como se não tivéssemos direito a nada também. (Em entrevista, Oriximiná, maio de 2018).

Em entrevista, o gerente das Relações Comunitárias da MNR já assinalava que a empresa trabalhava na atualização do cadastro no sentido de “excluir quem mora fora das comunidades, para disciplinar o uso da feirinha”. O fato é que, sem a Fundação Esperança atuando nas comunidades, a ACRQAT reclamou junto à empresa e solicitou medidas emergenciais porque as “pessoas não cadastradas precisam de atendimento e não podem ir para Oriximiná só para acompanhar a pressão ou a glicemia”.

As negociações foram possíveis porque a empresa vinha realizando reuniões para tratar do vencimento da licença de operação do platô Monte Branco, situado no TQ Alto Trombetas II, e do pedido de licenças de instalação e operação de platôs da Zona Leste, próximos do território. Dessa forma, a associação tomou proveito da situação para apresentar como pauta emergencial a liberação das vagas, como explicou o coordenador da ACRQAT:

A licença de Monte Branco está vencendo agora em 2018 e metade dele está finalizando o processo de extração, e falta outra. O processo de extração dele começou e a gente não tinha o respaldo, posse de direito, ou seja, não tínhamos o RTID. Hoje nós temos o RTID, mas como ele já tinha autorizado antes, nós não podemos fazer mais nada. Só que a licença dele vai vencer lá com o Ibama, a negociação será com nós porque o platô está dentro do nosso território. Assim que vencer a licença, estamos aí. Mas a gente já vem conversando com a MRN sobre o Monte Branco, faremos outro levantamento e colocaremos novas condicionantes (Em entrevista, Oriximiná, maio de 2018)

As negociações se incrementaram, também, porque o Projeto Quilombo, que é uma condicionante ambiental da empresa, estava inativo e a população sofria para conseguir assistência básica. O atendimento da Fundação Esperança já era associado a uma “obrigação” em função do cumprimento de condicionantes da MRN, como corrobora o relato a seguir:

Na questão da saúde... A mineração tem um documento chamado “As condicionantes”, para ela poder operar dentro da área quilombola. Hoje já se tornou área quilombola, antes área Mineradora MRN [...] Mas ela [age] como uma obrigação com a saúde dos ribeirinhos, quilombolas, ela tem [age] assim uma questão de acompanhamento. Se ela não atender uma pessoa que está em emergência, ela pode ser multada por omissão de socorro, que essa é a lei. A lei obriga ela a fazer, não é que ela queira fazer, ela faz porque a lei obriga. Então, assim, se os ribeirinhos da comunidade do Palhal forem lá para marcar uma consulta, eles não conseguem marcar, porque não é cadastrado. Então, esse cadastro não chega para cá, porque não está mais em torno do projeto, quem está em torno do projeto é a Boa Vista e o Moura, que é mais próximo [...]. Foi uma luta para eles poderem entrar no

cadastro... E a mineração se defende que ela é uma empresa e a responsabilidade toda é do município, mas não é. (Informação verbal, ECQ, p. 372).

Segundo outra moradora, a associação finalmente conseguiu “sentar e negociar” com a MRN porque houve casos graves decorrentes da falta de atendimento de pessoas não cadastradas. Por exemplo, uma moça não cadastrada perdeu o bebê porque lhe foi negado o pré-natal, que ela costumava fazer com a Fundação Esperança, no âmbito do Projeto Quilombo. Com isso, a associação cobrou providências, uma vez que a população começava a padecer em função da impossibilidade de realizar consultas e atendimentos básicos:

Isso foi uma negociação da Associação com a Mineração porque houve um caso de uma menina que passou mal porque ela tava grávida, isso depois de várias queixas, não tem atendimento da Fundação, nunca mais teve... Ela perdeu o bebê por falta de acompanhamento médico. Ela não podia fazer pré-natal porque ela não é cadastrada, só podia fazer quem era e ela só restava o hospital de Oriximiná, mas ela não tinha condição de tá indo, tudo é custoso. Quando ela perdeu o bebê, aí a associação conversou com a Mineração pra negociar mais vagas só para as mulheres grávidas, que moram e que fazem parte, pra fazer o acompanhamento porque não tem condições de tá indo pra lá [Oriximiná] porque por onde a gente fazia era pela Fundação Esperança, Projeto Quilombo e não tem mais. Por outro lado, pra entrar e fazer pré-natal eles querem que o coordenador [das comunidades] identifique, autorize pelo escritório, pra quando as pessoas vêm que precisa fazer exames, o hospital só libera se o pessoal do escritório da Mineração Libere. Uma pessoa só veio tomar um remédio pra diabetes e ela passou à tarde, a trouxeram pra observação, até controlar mas liberaram ela e disseram pra ela não ir longe, ficar vindo todo dia. Aí ficava na beirada, doente. Para fazer o exame tiveram que chamar o papai [coordenador de Curuçá] pra liberar, aí espera até ele vir da comunidade, e se ele não tivesse?. Ele fez, aí internaram ela uma noite só pra fazer o exame e agora ela tem que ficar na casa de uma parenta dela aqui no Boa Vista, só pra ficar medindo a pressão. Eu falei com ela na quinta, olha os dias que ela está aqui. Ela mora no Curuçá, mas tem que se virar por aqui pra ter atendimento. (Em entrevista, Porto Trombetas, maio de 2018)

Começaram, então, as negociações entre ACRQAT e MRN para liberar o HPTR. A MRN apresentou propostas, sem aceitar a liberação. Inicialmente cogitaram a contratação de um “médico da família”, que pudesse ir até as famílias quilombolas, retornando a *company town* ao final do dia. A proposta não foi aceita pela associação, que solicitou urgência na volta do Projeto Quilombo. Como explica Manoel Lucivaldo:

O pedido foi em torno da estrutura, para atender as famílias. Eles pensaram em colocar um médico de família para ficar rodando em uma lancha nas comunidades, uma equipe de enfermagem e laboratório. A gente pediu mais exames, pedimos também encaminhamentos, o formato deles não dava certo. A gente pediu melhorias no formato oferecido, a gente não aceitou [a proposta] e voltamos provisoriamente, até fevereiro de 2019, para o atendimento de barco. (Em entrevista, Oriximiná, maio de 2018).

Em entrevista em 2017, o gerente de Relações Comunitárias já adiantava as pautas que seriam retomadas nas reuniões de 2018, com a suspensão do Projeto Quilombo. O cenário não mudou muito. Na época, a ideia de criar um posto no território era considerada “infectível” pela empresa. Porém, essa discussão foi retomada após o ECQ, diante do vencimento da licença do platô Monte Branco. Segundo o gerente das Relações Comunitárias:

[...] Numa reunião eu já tinha conversado com Manoel e Marquinho, com algumas pessoas... Bila, pessoa responsável de tratar saúde no Alto quilombola, e a gente entendeu o seguinte, eu lembro que a gente conversou um pouquinho sobre isso numa reunião que houve no Mãe Cué, também em Junho, que a gente conversaria com os outros entes mas a comunidade gostaria de discutir a formatação de uma proposta, que mesmo que não pudesse ser implementada nesse ano [2017], pudesse ser implementada no ano que vem [2018], mas que pudesse ter um formato específico. É [...] seguinte, tem um modo de operar o quilombo, [...] a condicionante. Se eu alterar o modo de operar a primeira providência é pedir autorização ao IBAMA para alterar o modo de operar uma condicionante. “Não, eu trabalhava com 3 polos, mas eu mudei de ideia, agora eu fazer...” então, não é simples assim. É preciso que eu interaja com o órgão ambiental, apresente um novo modelo e ele entenda que isso é factível e tecnicamente aceitável, aí então a gente pode mudar. Nesse âmbito, surgiram várias sugestões [...] eu achei não factíveis, como por exemplo, um posto de saúde no Alto Trombetas. Esse posto de saúde funcionaria presumi-se com um médico, todos os dias. [...] imagina que você em um posto, por exemplo, no Juquirizinho, que fica no meio. No segundo mês eu vou ter um morador, vamos dizer, do nova Esperança, que vai dizer o seguinte “ se é pra eu dar a volta no Juquirizinho, eu já vou pro Trombetas [feirinha], imaginar que é no Abuí. Ele vai dizer “ o programa vinha quase na minha porta, vinha aqui na Tapagem, pertinho de casa, agora eu tenho que ir lá no Juquirizinho”. Então isso ia gerar outras demandas, talvez um segundo posto com um segundo médico. Depois alguém pode dizer o seguinte: “ mas eu passei mal 6 e meia da tarde e não tinha médico lá”. Teria que ser 24 horas. Aí ia talvez se montar a casa do médico. O médico não teria suporte para emergência, como por exemplo, “ele tá muito ruim, então é melhor que ele vá pra Trombetas”. Então além da casa do médico e do posto seria interessante uma lancha 24 horas... O céu é o limite. Então não tem um formato que a gente consiga dizer “isso funciona, isso é factível”. A gente não conseguiu chegar nesse formato. Então foi interessante conversar com o Manoel pra gente pensar numa proposta

que fosse viável e que atendesse as comunidades e conseguíssemos chegar num ponto de equilíbrio. Inicialmente se pensou num médico de família, numa lancha que subiria todos os dias, aí começa de novo... (Em entrevista, Porto Trombetas, julho de 2017).

Sem aprovação da proposta do médico da família, a ideia de construção de um posto médico pela empresa para prestar atendimentos básicos foi bem aceita. A associação solicitou que seu funcionamento fosse de 24 horas, mas o acordo fechou em de 8 horas de trabalho, contando com um médico que residiria no local. Também ficou acordado sobre qual a comunidade que abrigaria a construção: Juquiri Grande, que fica no “meio do caminho” do território, como explicou Manoel:

Eles apresentaram a proposta de manter esse médico domiciliar, só que a gente não aceitou e a gente tem a proposta de construir um posto médico. A gente pensou 50 % no território onde todos pudessem chegar, e aí agosto começa a construção de um posto médico equipado, com o atendimento de 8 horas por dia, solicitamos 24 e não conseguimos chegar em 24. Esse posto médico terá o atendimento para todas as comunidades e terá um prazo de 10 a 20 anos. É um ponto muito importante, que a gente pediu, é uma demanda que não acham solução, queremos um tratamento diferenciado. Ele será construído na comunidade de Juquiri Grande e lá o médico vai atender todas as comunidades. Estamos apostando que o médico vai se instalar lá, terá uma estrutura básica, que fará com que ele possa morar lá. Então a gente tá com a negociação com a MRN, o prazo final é maio de 2019. Seria uma estrutura do posto e uma residência para o médico. Tudo pela conta da MRN, ficará no meio do Território, tanto Alto II e Alto I. Ele será um clínico geral, essa é a proposta. (Em entrevista, Oriximiná, maio de 2018)

Uma vez aprovada a construção do posto, o problema da falta de atendimento continuava. Após muita discussão em torno das propostas, a MRN finalmente decidiu por liberar as vagas no hospital solicitadas pela ACRQAT. Segundo Manoel, a medida é provisória, com a possibilidade de realização de um novo cadastro para o território, a ser discutida em outras reuniões:

Quanto à questão do hospital da MRN ficou acordada que a gente terá acesso a consulta lá, porque terá limitações o posto. Do posto será encaminhado para o Hospital de Porto Trombetas, para qualquer pessoa que mora no território. Aí será encaminhado para quem for do território. Porque você sabe, a gente tá lutando com eles com relação à possibilidade de fazer novo cadastro. Até porque o cadastro eles fizeram há muitos anos, ele serve não só para a saúde, ele serve para circular lá na Vila. Ir ao supermercado, tirar dinheiro, resolver alguma coisa. Mas nós não temos nenhum posicionamento concreto com relação a esse cadastro. Eles abriram exceção com relação às grávidas que não são cadastradas, por conta do que vem ocorrendo no território sem a “fundação”, mas eles estão estudando a possibilidade de fazer novo cadastro. Eles disseram que será feito um levantamento para

saber quantas pessoas irão sair e quantas serão inseridas (Em entrevista, Oriximiná, maio de 2018).

Com a liberação de vagas temporárias para atendimento médico em Porto Trombetas, algumas mudanças efetivas aconteceram: ampliação das vagas e do número de médicos para atendimento, além do respeito ao horário de consultas, coisa que não acontecia antes. Havia relatos de que pacientes quilombolas esperavam uma consulta por várias horas, até que o médico comunicasse um imprevisto qualquer, comprometendo o orçamento de quem precisa planejar muito bem a estadia em Porto Trombetas:

Antes não conseguia marcar consulta não se consultava. Às vezes descia o rio na terça para garantir a madrugada de quarta e não marcava agora a gente já tá conseguindo. A gente chegava e dizia que não tinha mais vaga, eram 16. Hoje são 32 vagas, 16 de manhã e 16 de tarde. Chegava por aqui o pessoal das outras comunidades, mais próxima, já tinham marcado e a gente que mora longe ainda tinha o trabalho de voltar, quando não conseguia onde ficar. Às vezes tu chegavas a marcar, depois de dois dias aqui na beirada, o médico não vinha. Agora o médico tá chegando no horário certo, atende todo mundo. Marcavam com a gente, marcava às 08 horas a consulta e o médico chegava as 10 atendia metade do pessoal e iam embora. Agora não, chegam cedo. Olha, aqui vai dar 07 horas e o médico já está lá, no atendimento. Antes era sempre que a gente vinha de manhã e só voltava à noite do outro dia para casa, ficava esperando. Só tinha um ginecologista, um obstetra. Quando tinha um algum parto cesariano, ele deixava o atendimento aqui e ia para lá pra cima [HPTR] acudir. Agora tá tendo 2. Uma terça é um e na outra vem outro médico. Hoje é a doutora Delma que tá aqui, depois é a doutora Cristiane. (Porto Em entrevista, Porto Trombetas, maio de 2018).

Segundo contaram, a liberação de vagas no hospital possibilitou o acesso ao atendimento e acompanhamento básico de gestantes, de hipertensos e diabéticos. No que se refere ao posto no Juquiri Grande, alegaram não ser a sua construção motivo suficiente para diminuição da procura pelo hospital ou do ambulatório de PTR, uma vez que o posto não disponibilizará consultas e diagnósticos de médicos especialistas.

Alguns consideraram a construção do posto uma saída menos adequada, motivo pelo qual temiam a falta de estrutura suficiente para atender a população. Além disso, consideraram a liberação definitiva e ampliada do serviço e estrutura do HPTR a melhor saída para a população, lembrando que próprio gerente de Relações Comunitárias já havia dito que o número de cirurgias e internações é maior entre não cadastrados do que entre os cadastrados. “As comunidades são poucas e ouvem o que não devem”, como disseram alguns. Deuzilene explicou:

Esse hospital não é nosso, é do pessoal da mineração... Não temos como lotar, não lota nem as vagas que tem porque a pessoa só vem quando precisa de atendimento... Eles mostram os gráficos que a gente gasta, mas não é assim... Os tratamentos são caros mesmo, mas e a gente? Eu sei que [o posto] não terá os atendimentos necessários, que precisamos. Eu não acho que seja legal, não adianta ter só o prédio se não vai ter atendimento, os profissionais para atender. Só terá uma enfermeira, talvez um médico uma vez... Pelo que eu já ouvi dizer. Mas se tiver uma emergência tu terás de vir para cá [HPTR]. Uns exames mais profundos vai ter que vir aqui fazer porque lá não vai ter. Aqui tem especialista... Eu acho que seria melhor o atendimento aqui, aqui podemos reivindicar mais exames, não só de fezes e urina. Eu to falando que venho porque tô grávida, e grávida e criança já rendeu muita história pra essa Mineração. Antes ampliasse o hospital daqui para atender as pessoas porque o hospital não iria ficar cheio de gente, igual àquela desculpa que eles dizem. Se sobrecarrega as coisas é porque o orçamento é só pras pessoas da mineração, as pessoas daqui. Não vem todo dia um monte de gente, só vêm mesmo pessoas que estão necessitadas. (Em entrevista, Porto Trombetas, maio de 2018).

O “acesso pode ser uma categoria que auxilia na observação das características da oferta de serviços a saúde, permitindo a reflexão sobre o padrão de utilização dos mesmos” (TRAVASSOS; MARTINS, 2004, p. 192). Ele demonstra o grau de facilidade ou dificuldade com que as pessoas obtêm serviços de saúde:

O acesso reflete as características do sistema de saúde, que atuam aumentando ou diminuindo obstáculos à obtenção de serviços pela população. A utilização de serviços de saúde, entendida como a entrada nos serviços, é uma expressão positiva do acesso. No entanto, a utilização é influenciada também por fatores dos indivíduos, em particular, pelo perfil de necessidades de saúde e pelos valores e preferências das pessoas (OLIVEIRA, 2017, p. 29).

No histórico de relações com a MRN, o acesso à saúde vinha sendo pensado em termos de “cadastro”. Observamos que, depois do cadastro da MRN, em vez do acesso, criou-se uma espécie de linha que distingue os quilombolas da região entre si, como que escolhendo os que entram na cidade da mineração, os que são formados e educados na escola da mineração e os que recebem atenção médica sem maiores constrangimentos. O cadastro, portanto, funcionou para instaurar fronteiras simbólicas, além de físicas.

Situação semelhante é presente no trabalho de José Maurício Arruti (2017), quando analisa a relação da população do município de Itaóca com a população negra do Cangume. Sobre o Cangume, o autor explica que não é apenas um lugar ou um povo, mas uma fronteira simbólica e prática que marca a diferença e expressa algo mais significativo que o racismo. Essa fronteira simbólica é apresentada como uma “função de alteridade” que se refere, também, “ao distante, ao outsider, ao símbolo de

alteridade”, de modo que um “cangumeiro” é visto, de modo geral, por uma ótica discriminatória (ARRUTI, 2017, p. 23). Segundo o autor, ela é:

Fundamental para compreender tanto o caráter colonial que marca a relação que a sociedade local estabelece com as comunidades quilombolas, quanto as razões pelas quais os coletivos negros socialmente segregados, mesmo que sem adesão à noção de negritude ou sem uma memória clara de um passado de resistência à escravidão (ou mesmo de um passado escravo) podem aderir ao rótulo de “comunidades remanescentes de quilombos” (ARRUTI, 2017, p. 23).

Assim, a expressão “cangumeiro” foi assumindo para a população do município um significado impreciso, mas que acabou se ligando a ideia de “místico, pobre, bêbado e, fundamentalmente, negro” (ARRUTI, 2017, p. 23). Um “camungueiro” é, então, um negro ao qual se acrescenta alguma qualidade negativa, assim, “função de alteridade do Cangume está na reafirmação de uma branquitude ameaçada pela pobreza e pelo isolamento” (ARRUTI, 2017, p. 24).

Essas reflexões nos ajudaram a pensar a relação perigosa entre quilombolas cadastrados e não cadastrado, os beiradões (representados pelos quilombolas como um todo) e a cidade da mineração, uma vez que esses lugares e a população que vive neles estão “perto demais”. Nesse contexto, como ensinam Montero et. al (2011, p. 27), é preciso “observar como, onde e para que fins a diferença é agenciada”, pois é possível que “as experiências mais ou menos privadas se tornam ‘motivos morais’ de uma luta pelo reconhecimento” (MONTERO et. al, 2011, p. 34).

Os processos de produção de identidades, e seu uso político, só podem ser compreendidos através da observação empírica do modo como agentes particulares, a partir de repertórios disponíveis, produzem seus modos de representar suas diferenças na interação com os outros (MONTERO et. al., 2011, p. 27).

Entendo, então, que no contexto empírico desta pesquisa, a demanda, o debate e a negociação de atendimento médico nas dependências da cidade mineração não só descortinam a diferenciação feita entre os quilombolas como também representam uma face da luta por reconhecimento, que é repleta de controvérsias.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa inicialmente buscou compreender em que medida, ou por que, os quilombolas do Território Alto Trombetas II elaboram estratégias para negociar acesso aos serviços biomédicos originalmente reservados a funcionários da Mineração Rio do Norte em um contexto de intensa disputa socioambiental, e teve por objetivo observar, desde suas motivações, objetivações e sentidos os discursos associados à saúde no TQ Alto Trombetas II, situando-os no seio do conflito e do processo de Licenciamento Ambiental movimentado por negociações entre Estado, MRN e Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Alto Trombetas II (ACRQAT).

Diante do teor das reivindicações que me foram apresentadas em campo, inicialmente julguei ser um “modelo quilombola” o objeto que motivava as disputas com a empresa mineradora, e busquei estudar em que medida ele pretendia ser “diferenciado” em relação ao que lhe era, até então, oferecido. Cogitei tratar-se de um modelo que combinasse os serviços “biomédicos” aos tratamentos e cuidados cotidianamente praticados nas comunidades, onde é abundante o uso de remédios feitos à base de plantas, resinas, óleos vegetais e animais, defumações, banhos, unguentos e outros preparos do conhecimento tradicional, frequentemente associados à intervenção de parteiras, benzedeiras, curadores e pessoas que “consertam desmentiduras”.

Com esse direcionamento, buscamos estudar os preceitos da escola mexicana de antropologia da saúde, que desde 1980, através da Universidade Nacional Autônoma do México, têm inspirado a temática no Brasil, especialmente em função da atuação intelectual de Eduardo Menéndez (1992; 2003), o antropólogo que ajudou a consolidar uma postura crítica frente ao capitalismo, especialmente ao Modelo Médico Hegemônico (MMH) de cuidado e saúde.

Para ele o modelo médico hegemônico (MMH), representado pela biomedicina (criada a partir da modernização do ensino acadêmico especializado) não só exclui sistemas alternativos como também se apropria deles para transforma-los “a partir da sua subordinação ideológica”, que, apesar de contraditória faz surgir “novos modelos”, sendo o hegemônico:

Aquele que conduz a emergência de vários modelos de atenção médica, sendo o modelo médico hegemônico aquele que tenta excluir os outros modelos por caminhos ideológicos e jurídicos dos outros modelos alternativos, o qual na prática social se resolve pela apropriação e transformação dos mesmos que cada vez mais

constroem derivados conflitivos e complementares. (MENÉNDEZ, 1992, p. 98).

Procurei ver o “tratamento diferenciado” demandado pelos quilombolas sob a ótica reivindicativa da assistência à “saúde diferenciada”, tal qual ela fora pontuada por Arruti (2011), ou seja, como política pública para a qual se deve levar em consideração, principalmente, a diferença do outro, sendo o modelo indígena a política mais próxima a esse segmento. Ela vinha incorporando “uma série de mudanças derivadas da observação da alteridade destas populações com relação às representações de saúde e doença e as práticas terapêuticas da biomedicina” (ARRUTI, 2009, p. 104).

Por meio da observação e de novos procedimentos derivados deste reconhecimento, pensei ser possível pensar um modelo para o trato da diversidade no plano das políticas de saúde, suficientemente abstrato para servir a uma reflexão sobre a formulação das políticas de saúde para quilombos baseados em conceitos como atenção “diferenciada” e práticas de “autoatenção”, “intermedicalidade”, etc (ARRUTI, 2009, p.104; MENÉNDEZ, 2003).

Atentei-me, então, para a inexistência de dispositivos jurídicos direcionados à saúde quilombola no Brasil, ao contrário do que se passa no setor da educação, que teve avanços desde 1990, pois já havia percebido, em minhas pesquisas e leituras, que a pauta da saúde tão somente é associada ao caráter distributivo de outras políticas (ARRUTI, 2009; 2011).

Aprofundando a reflexão sobre o caso empírico, considerei o “tratamento diferenciado” demandado pela associação quilombola local frente à expansão mineral como um reflexo da tomada progressiva e consciente dos quilombolas enquanto “sujeito de direitos”, no âmbito das discussões feitas no ECQ, perante a MRN e ao Estado brasileiro. Afinal, a palavra “reconhecimento” fora muito utilizada naquele contexto, passando a se basear não só na política constitucional, mas também em dispositivos ambientais que mitigam e compensam a exploração mineral nas terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades e nas experiências em torno dos serviços médicos procurados em Porto Trombetas.

Nessas novas reflexões, pesquisas como a de Edmundo Pereira (2012) nos chamaram atenção, pois ao realizar seu trabalho junto ao povo Uitoto na Colômbia, ele expõe sua experiência com o chefe Don Ángel Ortiz (iyataima) que incansavelmente trabalhava a palavra junto ao seu povo para torná-lo mais “aconselhado” e “sábio”.

Percebemos que o chefe do mambadero de coca não observou as oportunidades políticas sem as considerar, sem exercer sua “sabedoria”. Mediante a proposta de um plano de reordenamento territorial oferecida pelo governo, ele manejou uma contraproposta contrastiva nos moldes de um “plano de vida”, que integrasse os ensinamentos políticos e simbólicos em torno da coca e do tabaco.

Vimos que os Uitoto não eram “contra o Estado”, parafraseando Clastres (1978). Naquele contexto, conversaram sobre coca e sobre política e, por isso, decidiram contrargumentar apresentando um modelo, capaz de figurar em nossa interpretação como verdadeiro convite à aprendizagem do Governo Colombiano sobre os Uitoto, mas, sobretudo de aprendizado dos Uitoto com eles mesmos ouvindo as palavras de sabedoria, seus conhecimentos tradicionais, e sua história.

A partir dessa experiência de Pereira (2012), entendemos que o licenciamento ambiental incrementou um processo de debate e entendimento das condições de saúde e acesso da população no Alto Trombetas. Ele proporcionou, antes de tudo, a exposição das experiências, a conversa e o debate entre os próprios sujeitos do componente que integraria o EIA.

No decorrer do trabalho de campo, conforme voltávamos ao território e participávamos nos debates onde a pauta começava a ser fazer presente, percebíamos que a saúde da qual se falava em campo era a biomédica e, que esse assunto era interessante aos interlocutores. A ideia de “tratamento diferenciado”, então, não se traduz necessariamente na criação de um modelo de saúde quilombola, diferente do que vínhamos maturando nas primeiras idas a campo e nas primeiras inferências teóricas, mas na inauguração de um tempo de entendimento e debate sobre essa questão.

Mesmo sem esse modelo em mente, percebemos, ao longo dos debates iniciados com o licenciamento, que se “exagerava” e se colocava no centro das disputas a desconsideração sentida pelos moradores que não possuem cadastro e se encontram no entorno do empreendimento mineral. Demorou-se em perceber que a ideia de um “tratamento diferenciado” carrega múltiplos sentidos e que ela se fazia confundir nas falas das pessoas, porque demarca dois diferentes campos de percepção de quem busca atendimento médico em Porto Trombetas, o de quem tem “passe” e o de quem não o tem, os “dentro” e os de “fora” das políticas da empresa. Ou seja, estávamos tendo acesso à dimensão do “peso” de duas experiências possíveis para quem procura o sistema biomédico em PTR.

No percurso da pesquisa, entendi que o “tratamento diferenciado”, expresso como categoria nativa, é incrementado em acordos discricionários com a empresa, não para a constituição de um modelo diferenciado como política pública (ARRUTI, 2009), mas sim em um processo de experimentação do serviço biomédico. Ou seja, experimentar não no sentido de conhecê-lo, pois ele já é conhecido e procurado por parte considerável dos quilombolas, mas sim de estendê-lo, torá-lo mais aberto ao usufruto da população. Dentro de tudo, experimentar-se-á na liberação do serviço a estima do empreendedor.

Nesse universo de possibilidades de recortes, percebemos que a busca por tratamento diferenciado é, na verdade, a busca pela liberação de serviços fechados em Porto Trombetas, em especial no que se refere ao serviço biomédico. Requer-se com isso a consideração da empresa para com os moradores do território Alto Trombetas II, como um tipo de direito humano associado à dignidade do cidadão (OLIVEIRA, 2002, p.8).

Portanto, o “conflito moral” aqui exposto se fundamenta na configuração de diferenças produzidas entre as comunidades quilombolas da região ao longo da instalação, presença e atividade da mineradora. Assim, com a experiência desse trabalho concordamos que é preciso “observar como, onde e para que fins a diferença é agenciada” (p. 27), pois pode ser que nesses contextos, “as experiências mais ou menos privadas se tornam ‘motivos morais’ de uma luta pelo reconhecimento” (MONTERO, ET AL., 2011, p. 34).

Axel Honneth (2003) explica que, quando um conflito se instaura em uma luta por reconhecimento, ele se pauta na experiência de “desrespeito moral”, que pode emergir de modos distintos em cenários particulares. No entanto, para que essa experiência de “desrespeito” do indivíduo, de forma individual, passe a ser pauta coletiva, é necessário que se crie e se compartilhe uma gramática suficientemente coletiva, capaz de corporificar um grupo. No caso estudado, formou-se um grupo que tem em comum experiências de desrespeito, vistas como insultos morais, em torno do sistema biomédico, do hospital e do atendimento médico em PTR.

Um insulto moral, normalmente é caracterizado “como um ato ou atitude que agride direitos de natureza étnico moral” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002 p.9). Nos relatos das experiências destacadas pelos quilombolas cadastrados e não cadastrados fica clara a controvérsia quanto ao “direito” que julgam possuir por serem, todos,

quilombolas. Logo, a empresa que explora o seu território deveria assegurar a todos o atendimento no Hospital de Porto Trombetas.

Com esse entendimento, os quilombolas da ACRQAT passaram a demandar a liberação do serviço médico como uma obrigação da mineradora, não só legal, mas também moral, que ponha fim no “desrespeito” de fazê-los passarem por diversas situações no porto à espera de atendimento, ou de simplesmente não serem atendidos no hospital. Ou seja, a “obrigação moral” que os quilombolas atribuem à empresa se baseia em suas experiências individuais de desconsideração da mineradora para com eles, enquanto habitantes históricos e tradicionais do território que ela explora. A seu ver, a liberação definitiva dos serviços biomédicos, por ora, expressaria a consideração que se deseja, além da estima e o respeito, valores os quais os quilombolas apreenderam em seus debates e reivindicações junto à empresa.

A ideia de “conflito moral” nos ajuda a entender o problema porque ela incide justamente na questão das unidades sociais, que ao serem moldadas por uma gramática moral, que se fundamenta com base na experiência de “desrespeito” compartilhada, forja uma unidade coletiva e política em contraste com outrem, reconfigurando fronteiras. (BARTH, 1997). Entendemos, pois, que a restrição dos serviços biomédicos que foi imposta aos não cadastrados pela MRN criou uma experiência que se tornou comum a um grupo de indivíduos. Em função desse compartilhamento da experiência de desrespeito, conectaram-se distintos episódios, lembranças, cenas que redefinem as suas “fronteiras”. O “conflito moral” se configurou, então, pelas diferenciações produzidas entre as comunidades quilombolas da região ao longo da instalação, presença e atividade da mineradora.

Observo, portanto, o processo de licenciamento do qual eu participei, em 2016, como porta de entrada para gestação de um “modelo quilombola” de saúde que reflita as características do TQ Alto Trombetas II. Lembremos, nesse sentido, que a população desse território tem convivido com a mineração há, pelo menos, 40 anos. Nesse contexto, a “saúde diferenciada” nasce como uma pauta dotada de alta carga moral, que vê na negação ou omissão do “direito moral” ao atendimento de qualidade a expressão da não “estima” ou “não respeito” e, conseqüentemente do “não reconhecimento” da empresa mineradora dos quilombolas da região do Alto Trombetas II.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios**. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas: terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundo de pasto**. Manaus: Ed. UFAM, 2008.

ARRUTI, José Maurício Andion. Conceitos, normas e números: uma introdução à educação escolar quilombola. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 107-142, 2017.

_____. Função de alteridade: o Cangume, a professora, a escola e a universidade. **Revista da FAEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 26, n. 49, p. 21-33, 2017.

_____. Diferenciar, Redistribuir, Reconhecer: ensaio de atualização dos debates sobre terra e educação para quilombos. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 20, n. 20, p. 285-294, 2011.

_____. Políticas Públicas para Quilombos: terra, saúde e educação. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (org.). **Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll Stiftung, Actionaid, 2009.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FNART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1997[1969].

BESER, E.G.A.S. **O drama da consulta prévia sobre mineração em territórios quilombolas de Oriximiná, Pará**. 2018. 227 f. Tese (Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento) – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2018.

BESER, Erika Giuliane Andrade; RIBEIRO, Júlia Farias; CARVALHO, Luciana Gonçalves de. Um protocolo de consulta no Alto Trombetas: experiências e resultados. **Terceira Margem Amazônia**, Manaus, v. 3, n. 11, 2018.

BURSZTYN, Maria Augusta; BURSZTYN, Marcel. **Fundamentos de Política e Gestão Ambiental: caminhos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CAIXETA DE QUEIROZ, Ruben; GIRARDI, Luisa G. Dispersão e Concentração Indígena nas Fronteiras das Guianas: análise do caso kaxuyana. **Revista Brasileira do Caribe** (Impresso), v. 13, p. 15-42, 2012.

CAIXETA DE QUEIROZ, Ruben. Olhares e perspectivas que fabricam a diversidade do passado e do presente: por uma arqueologia-etnográfica das bacias dos rios Trombetas e Nhamundá. **Anuário Antropológico**, v. 39, p. 161-200, 2014.

CANESQUI, Ana Maria. Notas sobre a produção acadêmica de antropologia e saúde da década de 80. In: ALVES, P. C.; MYNAIO, M. C.S. (Org.). **Saúde e Doença: um olhar antropológico**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998, p. 13-32.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R.. **Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA**. Relume Dumará, 2002.

CHAGAS, Miriam de Fátima. A política do reconhecimento dos "remanescentes das comunidades dos quilombos". **Horizontes Antropológicos**, v. 7, n. 15, p. 209-235, 2001.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac Naify, 2014 [1978].

CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

COUDREAU, Henri. A. **Voyage au Rio Branco, aux Montagnes de la Lune, au Haut Trombetas**. Rouen: Imprimerie Esperance Cagnaiard, 1886.

COUDREAU, O. **Voyage à la Mapuera**. Paris: A Lahuere Imprimeur-Éditeur, 1903.

CRAPANZANO, Vincent. A cena: lançando sombra sobre o real. **Mana**, v. 11, n. 2, p. 357-383, 2005.

DAWSEY, John C. Victor Turner e antropologia da experiência. **Cadernos de Campo**, v. 13, n. 13, p. 163-176, 2005.

DEMEDA, Kátia. S. **Mineração em comunidades tradicionais: royalties, indenizações e conflitos socioambientais no PAE Juruti Velho, oeste do Pará**. Projeto de Tese (Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento). Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2016.

DILTHEY, Wilhelm. **Weltanschauung und Analyse des Menschen seit Renaissance und Reformation: Abhandlungen zur Geschichte der Philosophie und Religion**. BG Teubner, 1914.

FAVRET-SAADA, Jeanne. "Ser afetado". **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 13, p. 155-161, 2005.

_____. Jeanne. **Les mots, la mort, les sorts**. Paris: Gallimard, 1977.

FIDELIS, Juliana Cardoso Fidelis. **POR DENTRO DA REDE: Circuito de trocas e reciprocidades na promoção de saúde no Baixo Amazonas**. 121 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia). Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2016.

GEERTZ, Clifford. **Obras e Vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. Uma Descrição Densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 3-24.

GENEROSO, Francisco Chaves. As condicionantes no licenciamento ambiental de empreendimentos minerários. **MPMG Jurídico**, Belo Horizonte, p. 17-20, 2012. Edição especial.

GOLDMAN, Marcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, v. 46, n. 2, p. 423-444, 2003.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HOWARD, Catherine. A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida (Org.). **Pacificando o branco**: cosmologias do contato no norte amazônico. São Paulo: UNESP, 2002.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia e política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 163-167, 2007.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A ciência do concreto. In: _____. **O Pensamento Selvagem**. Campinas: Papirus, 2012 [1974], p.15-50.

LIMA, André. SiNUCa de bico: mineração em Unidade de Conservação. In: RICARDO, Fany; ROLLA, Alicia (Org.). **Mineração em Unidades de Conservação na Amazônia brasileira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução: tema, método e objetivo desta pesquisa. In: **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976. (Os Pensadores).

MARCUS, George E. **Multi-Sited Ethnography**: Problems and Possibilities in the Translocation of Research Methods. New York; London: Routledge, 2011.

_____. Ethnography in/of the world system: The emergence of multi-sited ethnography. **Annual review of anthropology**, v. 24, n. 1, p. 95-117, 1995.

_____. Entrevista com George Marcus. **Mana**, v. 21, n. 2, p. 407-423, 2015

MENÉNDEZ, Eduardo L. Modelos de atención de los padecimientos: de exclusiones teóricas y articulaciones prácticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, p. 185-207, 2003.

MENÉNDEZ, Eduardo. Modelo hegemónico, modelo alternativo subordinado, modelo de autoatención: caracteres estructurales. In: NAVARRO, Roberto Campos (Org.). **La Antropología Médica en México**. México: Instituto Mora/Universidad Autónoma Metropolitana, 1992, p. 97-114.

MONTERO, P., ARRUTI, J.M., POMPA, C. “Para uma antropologia do político”. In: LAVALLE A.G. (Org.). **O Horizonte da Política**: Questões Emergentes e Agenda de Pesquisa, São Paulo, UNESP, pp. 145-184, 2011.

MORENO, Eduardo et. al. Licenciamento ambiental de grandes empreendimentos: quais os limites para avaliação de impactos diretos e indiretos em saúde? Estudo de caso na Terra Indígena Wajãpi, Amapá. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 13, n. 3, p. 519-540, set.-dez. 2018

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos do Trombetas e do Erepecuru-Cuminá. In: _____. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. Terras de quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. **Revista TOMO**, n. 11, p. 43-58, 2007.

_____. Profetismos e práticas de cura: saber tradicional dos remanescentes de quilombo de Oriximiná-PA. **CEPPAC-Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas/UNB, Brasília**, n. 5, p. 2-13, 2008.

PEREIRA, Edmundo. **Um povo sábio, um povo aconselhado: ritual e política entre os Uitoto-Murui**. Brasília: Paralelo, v. 15, 2012

PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

RICARDO, Fany; ROLLA, Alicia. (Org.). **Mineração em Unidades de Conservação na Amazônia brasileira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

ROBERTO DE PAULA, L. Antropologia, desenvolvimento e estudos de impacto ambiental: a responsabilidade social do antropólogo revisitada. **R@U-Revista dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, v. 2, n. 2, p. 252-281, 2010.

RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração e estudo do valle do Amazonas**. Typ. nacional, 1875.

SAHLINS, Marshal. O 'Pessimismo Sentimental' e a Experiência Etnográfica: porque a cultura não é um 'objeto' em via de extinção. **Mana – Estudos de Antropologia Social do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1 e 2, p. 103-150, 1997.

_____. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará sob o Regime da Escravidão**. Belém: Instituto de Artes do Pará, Programa Raízes, p. 372 2005

SCHMITT, Alessandra et al. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 10, p. 129-136, 2002.

TEIXEIRA, Raquel Dias. Todo lugar tem uma mãe: Sobre os filhos de Erepecuru. **Revista AntHropológicas**, v. 17, n. 2, 2011.

TRAVASSOS, Claudia; MARTINS, Mônica. Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 20, Sup. 2:S190-S198, 2004.

TRINDADE, José Raimundo Barreto. **A Metamorfose do Trabalho na Amazônia: para além da Mineração Rio do Norte**. Belém: UFPA/NAEA/PDTU, 2001.

VICENTIN, Genésio; MINAYO, Carlos Gomes. Saúde, ambiente e desenvolvimento econômico na Amazônia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, p. 1069-1085, 2003.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. **Conflitos e Movimentos Sociais Populares em Área de Mineração na Amazônia Brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2008.

_____. Tem “Cerca” para Negro na Amazônia! A luta dos quilombolas do Trombetas – PA por titulação e uso da terra. Anais do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

WAWZYNIAK, João Valentin. **Assombro de olhada de bicho: uma etnografia das concepções e ações em saúde entre ribeirinhos do baixo rio Tapajós, Pará, Brasil**. 237 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

_____. Humanos e não-humanos no universo transformacional dos ribeirinhos do rio Tapajós–Pará. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 17, n. 1, p. 17-32, 2012.

_____. “Engerar”: uma categoria cosmológica sobre pessoa, saúde e corpo. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 5, n. 2, p. 033-055, 2003.

ZHOURI, Andréa; GOMES, L. A. Da invisibilidade à resistência – atores-rede no licenciamento. In: ZHOURI, A. (org.). **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa; Klemens LASCHEFSKI, K; PEREIRA, Doralice Barros. **A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. São Paulo: Autêntica Editora, 2005.